



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 149**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, terça-feira, 06 de setembro de 2016**

**Presidente:** *Deputado Ricardo Cabral (Substituído no decorrer da sessão pela Senhora Presidente Deputada Ana Luís)*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados, procedeu-se à [verificação de poderes da Sra. Deputada Letícia Maria Dias Lourenço Vieira.](#)

Apresentado o relatório pela Sra. Deputada Marta Couto, relatora da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, passou-se à votação, tendo sido obtida uma aprovação por unanimidade.

Seguiram-se os pontos da Agenda da Reunião:

**1 - [Interpeção ao Governo Regional sobre “A situação do Setor da Pesca na Região”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do BE.**

O debate iniciou-se com a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), tendo usado a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*) e os/as Srs./as Deputados/as Luís Garcia (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), José Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*).

**2 - Pedido de autorização para o Senhor Deputado Miguel António Moniz da Costa exercer o contraditório, na qualidade de demandado, no âmbito do processo autónomo de multa n.º 7/2016-M-SRATC.**

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

**3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 74/X – “Cria a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental”.**

O uso da palavra foi concedido ao Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e aos/às Srs./as Deputados/as Luís Maurício (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Renata Correia Botelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

**4 - Projeto de Resolução nº 158/X – “Dotar e aumentar o número de Terapeutas da Fala nas Unidades de Saúde de ilha do Serviço Regional de Saúde”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Participaram no debate os/a Srs./a Deputados/a Ana Espínola (*CDS-PP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Maurício (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Após votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**5 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 73/X – “Aprova o regime jurídico dos museus da Região Autónoma dos Açores”.**

Usaram da palavra as Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 41 minutos.*

**Presidente:** Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Encarrega-me Sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia de conduzir a sessão de hoje, na parte da manhã. Vamos começar pela chamada.

*Eram 10 horas e 06 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Nuno Miguel Aguiar de Meneses**

**Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Cláudio Borges Almeida**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**

**Humberto Trindade Borges de Melo**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**José Maria de Medeiros Andrade**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Maria Judite Gomes Parreira**

**Paulo Henrique Parece Baptista**

**Paulo Jorge da Silva Ribeiro**

**Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro**

**Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos**

***Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)***

**Ana Carina Alberto Espínola**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Maria da Graça Silveira**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

***Partido Comunista Português (PCP)***

**Aníbal da Conceição Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 50, Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Está aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos começar os trabalhos como combinado na conferência de líderes, com a verificação de poderes da Sra. Deputada Letícia Maria Dias Lourenço Vieira.

Tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Deputada Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Relatório de Verificação de Poderes da candidata à Assembleia Legislativa Regional Letícia Maria Dias Lourenço Vieira**

*Ponta Delgada, 01 de setembro de 2016*

#### ***Capítulo I***

#### ***INTRODUÇÃO***

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 01 de setembro de 2016, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Letícia Maria Dias Lourenço Vieira.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Marta Couto (Relatora), José Andrade (Secretário), Benilde Oliveira, Graça Silva, José Contente, Pedro Moura, Renata Correia Botelho (em substituição da

deputada Bárbara Chaves), Joaquim Machado, Luís Garcia, Graça Silveira e Aníbal Pires.

## *Capítulo II*

### *ENQUADRAMENTO JURÍDICO*

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da

Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

### ***Capítulo III***

#### ***VERIFICAÇÃO DOS PODERES DO DEPUTADO***

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 12 de agosto de 2016 e selo de entrada a 16 dos mesmos mês e ano, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, com efeito a 18 de agosto de 2016, comunicou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a vaga será preenchida pela candidata Letícia Maria Dias Lourenço Vieira.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 14 de outubro de 2012, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Letícia Maria Dias Lourenço Vieira a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa.



A candidata Letícia Maria Dias Lourenço Vieira não apresenta qualquer situação de inelegibilidade ou de incompatibilidade.

#### *Capítulo IV*

### ***SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS***

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP* e a *Representação Parlamentar do PCP* consideram estar verificada a elegibilidade e que a candidata não está em situação de incompatibilidade.

#### *Capítulo V*

### ***CONCLUSÕES E PARECER***

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Letícia Maria Dias Lourenço Vieira, e que a mesma não está em situação de incompatibilidade, concluindo que pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato da Deputada que substitui, ou seja, a 18 de agosto de 2016.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Ponta Delgada, 01 de setembro de 2016

A Relatora, *Marta Couto*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de permanecer como estão.

Agradecia que a Sra. Secretária fizesse o favor de dar o resultado.

**Secretária:** O relatório de verificação de poderes apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Secretária.

Antes de começar os trabalhos queria convidar a Sra. Deputada Letícia Vieira, para ocupar o seu lugar e desejar bons projetos. Faça o favor.

*(Neste momento a Sra. Deputada Letícia Vieira ocupou o seu lugar na bancada do Grupo Parlamentar do PS)*

Vamos passar ao ponto um da nossa agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre “A situação do Setor da Pesca na Região”, apresentada pela Representação Parlamentar do BE.** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ano de 2016 fica, seguramente, marcado, como um dos piores anos de sempre, no setor das pescas dos Açores.

O Arquipélago – embora possuindo a maior subárea da Zona Económica Exclusiva de Portugal, com a dimensão de 1 milhão de Km<sup>2</sup> - apresenta uma escassa abundância de biomassa e alguma fragilidade biológica (nomeadamente, nas espécies demersais e de profundidade), por não ter plataforma continental e por ser uma zona de grande profundidade média. Assim, apenas 2,2% daquela área tem potencial de exploração, até aos 1000 metros de profundidade.

Na Região, a pesca, com valores médios de descargas, em lota, da ordem das 13-15 mil toneladas por ano (volume muito dependente da pesca de tunídeos), proporciona ocupação a cerca de 3.500 pescadores, apanhadores e trabalhadores em terra de apoio à atividade extrativa, propriamente dita. A restante fileira da pesca também gera perto de um milhar de empregos, maioritariamente, na indústria de transformação - em especial a conserveira, mas também no circuito de comercialização do pescado e nos transportes marítimos e aéreos.

A aquicultura marinha é um sector em rápida expansão, no espaço europeu, com grande potencial de crescimento, no âmbito da produção alimentar. No entanto, nos Açores, regista-se alguma dificuldade em encontrar investidores privados disponíveis para investir, nesta área. Tal facto dever-se-á à circunstância de as espécies produzidas, com sucesso comercial, na União Europeia (UE), não existirem nos Açores (caso do robalo, da dourada e do pregado, por exemplo), mas também ao facto das condições naturais, que se verificam na nossa Região, dificultarem a colocação de estabelecimentos offshore.

Desde o Tratado de Lisboa, sob a égide de Sócrates, que a gestão dos nossos recursos haliêuticos passou para a cogestão entre a UE, o Governo da República e o Governo da Região. Perdemos 100 milhas marítimas, com

grande prejuízo para todo este setor. Desde há muito tempo (e ainda hoje!), grandes navios (comunitários e extracomunitários) pescam, no limite entre as 100 e as 200 milhas, capturam sem limites, tendo apenas de informar a ICS das capturas efetuadas. Além disso, exercem a faina com práticas predadoras, arrasto de águas profundas que obstaculizam a entrada de peixe, nas 100 milhas (nas quais os nossos pescadores podem pescar), enquanto estes utilizam artes seletivas e sustentáveis (de linha e anzol).

Ao longo dos últimos 10 anos, o setor das pescas, nos Açores, tem vindo a enfrentar inúmeras dificuldades, apesar dos programas de apoio da UE, para a modernização das embarcações e melhoria dos Portos. A verdade é que o setor nunca foi preparado para a sustentabilidade e para diversidade biológica. No entanto, os sucessivos governos regionais foram alertados para a necessidade de cuidar e de garantir a sustentabilidade dos nossos recursos.

De facto, em 1994, o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, fez a primeira proposta de gestão, caracterizando a nossa Zona Económica Exclusiva, como frágil, o que implicava uma cuidada política de gestão de recursos. Em 1999, surgiu outro Estudo do Departamento de Oceanografia e Pescas, que aumentava o número de espécies e alterava o TAC (Total Admissível de Capturas) de outras, para vigorar, logo, em 2000, o que nunca foi posto em prática.

As capturas dos últimos anos confirmam a preocupação das equipas científicas de então, porque todas as espécies com TAC's de referência, (propostas, em 1999) registam, nos últimos anos, capturas inferiores aos valores estabelecidos, bem como capturas elevadas de juvenis.

Não só os executivos regionais não tomaram medidas de precaução e de boa gestão, como aumentaram o esforço de pesca, nomeadamente, através

da modernização das embarcações. Obviamente que esta modernização era necessária, para uma maior segurança e conforto das companhias! No entanto, não houve a consequente reestruturação do setor, reestruturação que, já então, se percebia ser necessária, como a reconversão de muitas das embarcações, o direcionamento da captura de espécies e artes, ou a regulamentação de períodos de defeso para as espécies em perigo.

Desde 2009/2010, Portugal continental e o arquipélago da Madeira aproveitaram os envelopes financeiros para a reconversão de frotas pesqueiras local e costeira. Este tipo de apoio, proporcionado pela União Europeia, através do eixo 4, do Quadro Comunitário, nunca foi regulamentado, na Região, tendo visto apenas a luz do dia, em 2015.

O Bloco de Esquerda/Açores várias vezes questionou a tutela, nesta Casa, sobre a ausência da referida regulamentação. Nunca obteve resposta! No entanto, ela teria permitido a implementação de Grupos de Ação Local Costeiros, bem como a criação de projetos de Desenvolvimento Local - como a pesca, o turismo e outras atividades ligadas ao mar - que se podem e devem desenvolver, no caso dos Açores, nas comunidades piscatórias e na orla marítima, permitindo a diminuição de dependentes da pesca extrativa.

Os dados estatísticos do INE, relativos ao setor da pesca dos Açores, são insuficientes para se poder fazer um estudo socioeconómico (por ilha, ou por freguesia). Contudo, permite-nos saber que o número de pescadores matriculados, em vez de diminuírem, aumentaram, nos Portos dos Açores: - entre 2010 e 2015, passaram de 2.697 para 3.151, tal como as licenças atribuídas passaram de 2.289 para 2.632, ou seja, um aumento de 15%.

Significa isto que, nos Açores, mais de 4.000 famílias dependem do setor da pesca!

Os nossos pescadores vivem do ancestral “quinhão”, sendo a média de 150€/200€ (no inverno) e de 300/400€ (no verão), raramente atingindo o parco salário mínimo regional, principalmente, em S. Miguel e na Terceira, ilhas onde existe o maior número de pescadores da Região.

Onde está o Contrato de Trabalho a bordo, em vigor, em Portugal continental, desde a Lei 15/1997, de 31 de maio?!

Por outro lado, a caracterização socioeconómica da nossa pesca de pequena dimensão traduz-se, num sistema, essencialmente familiar, com coabitação entre gerações. A média de escolaridade dos pescadores, na Região, é muito baixa, registando-se elevadas taxas de iliteracia, nos adultos, e de insucesso escolar, nos mais jovens, características das sociedades subdesenvolvidas.

Ora, desde 2005, que o Governo Regional não promove formação específica para o setor, ou sensibilização para as mudanças necessárias!

O poder de reivindicação deste setor é baixíssimo, encontrando-se as suas comunidades, em situação económica aflitiva e sempre com medo de perder o Rendimento Social de Inserção.

A estes constrangimentos, junta-se a falta ou diminuta informação estatística atualizada, com os dados da economia do mar, levando a classe piscatória a perder capacidade empreendedora para assumir riscos.

Estamos, portanto, face a um setor obrigado a uma enorme pressão, exercida sobre os recursos das zonas marítimas próximas das ilhas, em resultado das situações económicas muito precárias, em que vivem.

Onde esteve, onde está, então, o Governo Regional?!

Já avaliou do esforço das atividades extrativas sobre os recursos biológicos, realizado por todos os operadores marítimos e de terra, quando as

descargas indicam que as capturas são cada vez menores, porque existem muito menos recursos piscícolas?!

Já tomou alguma iniciativa credível e consequente, sabendo que, ainda há duas semanas atrás, estiveram 70 barcos não comunitários, a pescar toneladas de atum, a cerca de 170 milhas, depredando recursos que, assim, não chegaram a entrar nas 100 milhas, onde os pescadores açorianos podem pescar?!

Já exigiu ao Governo da República que reivindique, junto da União Europeia, a alteração legal necessária para que sejam tidas em conta, no mínimo, as nossas 200 milhas?!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O seu partido apoia o Governo da República!

**A Oradora:** Que esforços já desenvolveu, para que as artes seletivas que usamos, sejam reconhecidas, em detrimento de grandes pesqueiros, que nos roubam e depredam recursos?!

Que planos já elaborou, para uma verdadeira reestruturação do setor, com reconversão e reorientação da frota ativa e do tipo de faina, mais afastadas da costa, de modo a obter maior rendimento para todos, sem acabar com os recursos piscícolas?!

Já calendarizou e criou as condições necessárias para a implementação de uma formação consistente e orientada para este setor?!

Já sabe quando vai atribuir o Posei Pescas aos nossos pescadores, em atraso há 2 anos?! Dar-se-á o caso de estar à espera do fim deste mês para o fazer, ou seja, mesmo antes do ato eleitoral de 16 de outubro?!

Já pôs os seus infidáveis departamentos a trabalhar, para a elaboração e implementação de um plano de emergência, contemplando a redução do esforço de Pesca (dirigida a determinadas espécies), com a adoção de

medidas económicas que assegurem a dignidade e a sobrevivência dos pescadores e respetivas famílias, no âmbito do Programa Operacional Nacional do Fundo Europeu de Assuntos do Mar e das Pescas?!

Termino, referindo alguns dos objetivos e prioridades da Política Comum de Pescas e da Organização Comum dos Mercados dos Produtos Alimentares, elementos que, necessariamente, as Sras. e os Srs. Membros do Governo já conhecem, por ser informação obrigatória e inerente à vossa função, enquanto executivo da Região Autónoma dos Açores:

Primeiro e cito - “que as atividades da pesca e da aquacultura sejam ambientalmente sustentáveis, a longo prazo, e sejam guiadas de forma consentânea, com os objetivos acordados para gerar benefícios económicos e de emprego e contribuir para o abastecimento alimentar” (art.º nº.1 e nº.2 do Regulamento 1380 da União Europeia);

Segundo – “que dê atenção às especificidades regionais, através de uma abordagem regionalizada”;

Terceiro - “que fomente a participação adequada das partes interessadas”;

Quarto - “que estabeleça medidas, conforme os melhores pareceres científicos disponíveis” (art.º 3º, alíneas a), c) e f) do mesmo Regulamento 1380), com o título “Princípios de Boa Governação”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É inaceitável que, tanto tempo depois, qualquer semelhança entre estes objetivos e diretivas da União Europeia e a realidade concreta do setor das pescas, nos Açores, nem consiga ser uma pura coincidência!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diga ao seu Governo na República!

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra agora o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Fausto Brito e Abreu.



**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a responder à sua parceira na Assembleia da República!

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pesca é um setor de grande importância estratégica na nossa região, sendo responsável por mais de 20% das nossas exportações e cerca de 150 milhões de euros de volume de negócios. Para além da dimensão económica e também como foi referido pela oradora que me precedeu, é também um setor de enorme relevância social, com milhares de famílias açorianas a dependerem da fileira da pesca, direta ou indiretamente, para a sua subsistência. O Setor da Pesca, nos Açores, enfrenta hoje uma crise!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Enfrenta hoje?! Já enfrenta há muito tempo!

**O Orador:** Para resolvermos um problema é importante que o reconheçamos. Hoje, o setor das pescas enfrenta uma crise! Para resolvermos este problema temos que diagnosticar corretamente as suas causas...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Hoje!

**O Orador:** ...e a crise que abateu sobre as pescas, nos últimos anos, tem múltiplas causas. Uma são causas estruturais e que carecem de medidas de longo prazo, como a dimensão da nossa frota e esforço de pesca face aos recursos disponíveis, ou a forma como a riqueza é tradicionalmente dividida ao longo da cadeia de valor da pesca.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é que a definiu!

**O Orador:** Outras são causas conjunturais, carecem da ação mais imediata e mais urgente, como é o caso do impacto que teve três anos consecutivos

com má safra de atum, ou o facto de termos sofrido dois cortes consecutivos de 25% na quota do goraz, ou termos sofrido com o atraso na operacionalização, em Bruxelas, do POSEI Pescas, apoio que não nos permitiu ser pago em 2014/2015. Na avaliação que o Governo Regional faz da situação atual, são as causas conjunturais que mais impacto estão a ter neste momento nos rendimentos do setor e que carecem de ação mais imediata.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Onde é que está essa ação? Diga onde está!

**O Orador:** Infelizmente, são também as causas que menos dependem diretamente de medidas administrativas, ou políticas dos Órgãos do Governo da nossa Região Autónoma. A ausência de atum nos nossos mares não se resolve por decreto, o corte da quota do goraz e o atraso no pagamento do POSEI foram o resultado de decisões da Comissão Europeia, do Conselho das Pescas da União Europeia, às quais o Governo Regional dos Açores e o Estado Português se opuseram. Isto não significa que o Governo Regional se resigna e temos exercido a nossa influência junto do Governo da República, da Comissão Europeia e de outros Estados Membros com assento no Conselho das Pescas, para defender ao máximo o interesse dos Açores.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não se nota!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Peça ajuda ao PCP!

**O Orador:** Para fomentarmos a transformação necessária no setor, para fazer face aos desafios estruturais, elaboramos em 2015, em proximidade com o setor, um documento estratégico designado – “Melhor Pesca Mais Rendimento”, que congrega vinte e duas medidas organizadas em cinco eixos estratégicos. Mais recentemente, já neste ano, foi criado um grupo de

trabalho designado pelo próprio Presidente do Governo, para propor uma reestruturação de longo prazo do setor, com vista a adequar a nossa frota aos recursos marinhos disponíveis. No curto prazo, contudo, temos que encontrar soluções para as dificuldades financeiras que o setor enfrenta. Tudo estamos a fazer para que os pescadores recebam um apoio do POSEI o mais cedo possível, referente a 2014 e 2015, o que trará seguramente algum alívio a muitos dos nossos pescadores.

Mas basicamente o que precisamos de fazer para aumentar rendimentos é, por um lado, baixar custos e, por outro, aumentar receitas. Para baixar de custos temos investido na operacionalidade e segurança dos portos de pesca e nos seus equipamentos, nas casas de aprestos, para que as operações na pesca sejam mais rápidas e mais eficientes, diminuindo assim os custos operacionais.

Equipamos recentemente o preço do gasóleo da pesca artesanal ao da pesca costeira, baixando em 10 cêntimos por litro o custo do combustível, que beneficiou mais de metade da frota de pesca regional.

Criamos também apoios para minimizar os custos recorrentes de manutenção das embarcações, tendo recentemente reaberto os apoios da Portaria N.º 74/2008 e criado uma linha de pesca dedicada, designada de Credipesca.

Do lado da receita temos investido na rede frio, com vista a valorizar cada vez mais o nosso pescado, temos mais máquinas de gelo, lotas requalificadas e novos interpostos frigoríficos, temos promovido o peixe dos Açores crescentemente em feiras internacionais e feito campanhas internamente para valorizar espécies menos conhecidas tradicionalmente, mas de alto valor nutritivo.

Estamos a avançar com a marcação do pescado, vamos iniciar a breve trecho as vendas online e atrair mais compradores à nossa Região. Vamos em locais selecionados permitir a venda direta de pescado ao consumidor final pelo pescador e estamos a promover a diversificação de atividades para além da pesca, para criar fontes de rendimento complementares, designadamente através dos mecanismos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Todas estas medidas e a estratégia que as orienta têm sido discutidas com o setor, a par e passo, e só mantendo este espírito de cooperação próxima e união entre armadores, pescadores, apanhadores, comerciantes de pescado, cientistas e Administração Local é que conseguiremos fazer face aos desafios e à crise que a pesca vive neste momento.

O Governo Regional está sempre aberto para debater e elaborar mais medidas com todos os parceiros e forças políticas, cujo objetivo seja aumentar o rendimento na pesca e melhorar a qualidade de vida dos pescadores açorianos, garantindo assim o futuro da pesca nos Açores.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Aproveito para informar as Sras. e os Srs. Deputados que os tempos foram deliberados pela Conferência de Líderes, para este debate, conforme definido pelo art.º 184 do nosso Regimento. Informo que o Bloco de Esquerda, o Governo Regional dos Açores e o PS têm 32 minutos, o PSD

tem 24 minutos, o CDS-PP tem 13 minutos, o PCP tem 10 minutos e o PPM tem 10 minutos.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Já tenho aqui uma inscrição.

O Sr. Deputado do PSD Luís Garcia tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação aqui trazida, pelo Bloco de Esquerda, surge numa boa altura e surge numa boa altura porque estamos no fim da legislatura...

**Deputado Francisco César (PS):** E estamos a mês e meio das eleições!

**O Orador:** ...e é uma excelente oportunidade para o Governo prestar contas e avaliarmos os resultados. Surge numa boa altura, porque o setor das pescas vive uma situação dramática em termos sociais e económicos. Provavelmente o setor vive um dos seus piores momentos! O setor vive uma tempestade perfeita sem rendimentos e sem recursos! Este é, portanto, o tempo de o Governo prestar contas! Este é o momento de avaliarmos os resultados! Este é o momento de percebermos porque é que o setor precisa ser resgatado! Este não é o momento para anúncios de mais planos e de mais grupos de trabalho! Este não é o momento para propaganda! Este não é muito menos o momento para prometer que agora é que vai ser!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não parece!

**O Orador:** E a primeira coisa que é preciso que fique clara neste debate é que o principal responsável por esta crise não são os fatores conjunturais, o principal responsável por esta crise que vive a Região é o Governo Regional e o Partido Socialista!

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor acredita nisso?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Esta crise que vive o setor das pescas é, antes de mais, o resultado de vinte anos de políticas e opções políticas erradas desta governação socialista! E os anúncios, Sr. Secretário, os anúncios de última hora de mais planos, de mais grupos de trabalho, não vão e não podem mascarar ou esconder as vossas responsabilidades na destruição deste setor e no acentuar de muitos e muitos problemas sociais, que afetam muitas das nossas comunidades piscatórias.

Mas Sras. e Srs. Deputados, avaliemos então os resultados desta governação de 20 anos. Começemos pelos rendimentos - hoje os nossos pescadores têm mais e melhores rendimentos?

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Sim!

**O Orador:** Não! Infelizmente não têm! Muitos têm rendimentos vergonhosos de menos de 100 euros por mês! Desde 2010 que o setor vem perdendo rendimentos e já perdeu mais de 12 milhões de euros de rendimentos!

Avaliemos a sustentabilidade dos nossos recursos - hoje os stocks dos nossos recursos piscícolas estão em melhor estado ecológico? Não, não estão! Pelo contrário, temos problemas gravíssimos que afetam a sustentabilidade dos nossos recursos e esses problemas são, antes de mais, Sras. e Srs. Deputados, o resultado da insensibilidade desta governação para os alertas, que há muito a Universidade dos Açores e próprio setor vêm fazendo para este problema. E o que fez o Governo? Fingiu! Preferiu esconder este problema e enfiar a cabeça na areia!

Avaliemos em terceiro lugar a frota - hoje temos uma frota adequada às nossas necessidades e nossos recursos? Não, não temos! Temos uma frota

sobredimensionada, melhor equipada é verdade, mas sem capacidade e autonomia para ir pescar em outras áreas. E essa frota sobredimensionada (é bom dizê-lo e recordá-lo) é o resultado de opções erradas que levaram à construção de uma armada política, que muito contribuiu para delapidar os nossos recursos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Avaliemos a formação que tem sido feita neste setor - hoje o setor tem a formação adequada tão necessária para dignificar e qualificar esses profissionais? Não, não tem a formação adequada nem a formação suficiente! Todos sabemos e notamos a necessidade imperiosa dessa formação, neste setor, até para os desafios que são imensos na diversificação necessária para estes profissionais. E como respondeu o Governo a esta necessidade imperiosa? Diminuindo as verbas para a formação nesta legislatura!

Avaliemos também a valorização do nosso peixe - tem sido conseguida uma valorização do nosso pescado? Claro que não! Desde logo não foi conseguida porque não temos um sistema de transportes eficaz, rápido e competitivo capaz de colocar o nosso pescado nos mercados adequados que o valorizem! Quantas e quantas vezes ainda é notícia, a quantidade de peixe que fica dias e dias em determinada ilha, por falta de capacidade de transporte?

**Deputado José Ávila (PS):** Isso não é verdade!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Isso é falso!

**O Orador:** Nós podemos ter o melhor peixe do mundo, mas se não o conseguirmos colocar no mercado a tempo, ele naturalmente desvaloriza.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Poderíamos também avaliar a questão da prometida diversificação do setor, que passados 20 anos pouco avançou.

Estes são os resultados que esta governação tem para apresentar no setor das pescas: 20 anos depois deixa um setor com rendimentos baixos, problemas graves nos stocks, frota sobredimensionada para os recursos e sem capacidade de pescar em outras áreas, valorização do pescado não conseguida, diversificação do setor não conseguida e formação insuficiente. Srs. Membros do Governo, pior seria impossível!

E o que faz o Governo e o Partido Socialista em fim de legislatura? Em aflição, anunciam mais planos, anunciam mais grupos de trabalho para agora reestruturar o setor, para agora resgatar o setor. Adotam uns paliativos para ver se chega o dia das eleições! Mas há um paliativo, Sras. e Srs. Deputados, que não posso deixar de falar nesta primeira intervenção - a interdição da pesca do goraz para a gestão da quota. E não posso deixar de falar, porque esta medida comporta uma injustiça que tem de ser mais uma vez denunciada e mais uma vez expressa a posição do Partido Social Democrata! Se esta medida é necessária, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional, ela tem de ser acompanhada com uma compensação à perda dos rendimentos dos pescadores. Não é politicamente justo, não é moralmente aceitável, que se imponha mais cortes em rendimentos que de si já são tão baixos, tanto mais que sabemos a importância que o goraz tem para o rendimento dos nossos pescadores! A teimosia do Governo em não atribuir esta compensação, revela uma insensibilidade social inaceitável e incompreensível, com a qual o PSD não concorda e isso tem de ficar aqui mais uma vez registado e denunciado!



**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada do CDS-PP Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom... As pescas nos Açores, eu poderia dizer que é um setor que neste momento se encontra a três velocidades.

Temos a pesca dos demersais com palanque de fundo, vulgo, a pesca do goraz, que seria a nossa “primeira divisão”, que demos cabo e não por questões conjunturais, como o Sr. Secretário quer fazer parecer, mas por questões estruturais e já lá vamos.

Temos a pesca dos grandes pelágicos, conhecido vulgarmente pela safra do atum, que seria a nossa “divisão de honra” que, como todos nós sabemos, passa por uma das maiores crises e que logo à partida sempre foi um dos setores mais frágeis, uma vez que o atum é uma espécie migratória. Sempre soubemos e nada fizemos para acautelar esta situação!

E ficamos, infelizmente, reduzidos à “série Açores”, que é a pesca de cerco dos pequenos pelágicos, no fundo, aquilo que nós chamamos os “chicharreiros”, que tem como única vantagem absorver mão de obra mal remunerada.

Em relação à “primeira divisão”, ou à pesca de demersais, ou do goraz, eu devo dizer que já em 2000 havia dados científicos que provavam que capturas anuais acima de 1000 toneladas eram de uma enorme

irresponsabilidade, que os stocks estavam a ser colocados em risco e o Governo Regional, ao qual o senhor faz parte, nada quis saber e nada fez! E o histórico é sempre o mesmo, o setor das pescas esteve altamente politizado e ninguém queria tomar medidas difíceis que levassem à perda de votos! Isto é o que tem de ser dito, porque sempre se utilizou as pescas como um modo de negociar votos e, portanto, medidas difíceis num setor claramente extrativo, ao contrário daquilo que querem sempre comparar com a agricultura, onde se colhe aquilo que se cultiva, na pesca é uma atividade meramente extrativa, onde se estão a utilizar stocks que são da Região e de todos nós, e que os senhores tinham a responsabilidade de acautelar e não o fizeram. Dez anos depois, em 2010, tínhamos uma quota, digamos assim, ataque, de 1116 toneladas e só conseguimos capturar seiscentas e poucas - praticamente metade. Isto é claramente um indicador de uma delapidação dos stocks! Novamente nada fizeram e continuam a reclamar que querem mais quota! Eu pergunto-lhe Sr. Secretário: em novembro próximo, este Governo vai poder estar em Bruxelas a renegociar a quota do goraz, o senhor tem ou não tem, já, dados científicos reconhecidos por Bruxelas para poder renegociar esta quota, ou vai a Região novamente ser penalizada pelo princípio de precaução, porque Bruxelas não reconhece os nossos dados científicos? Em relação à “primeira divisão”, estamos falados.

Em relação à “divisão de honra”, em que temos a pesca do atum, eu pergunto ao Sr. Secretário, se existe algum representante dos Açores ou até mesmo algum representante de Portugal, em Bruxelas, que seja responsável pelas questões da captura do atum? Porque o Sr. Secretário, há pouco tempo, em declarações públicas disse: “tudo farei para que os Açores possam ser compensados pelo facto de utilizarem uma arte de captura que é

muito valorizada”. E é, de facto, o salto e vara, que protege as espécies e é seletiva, etc... etc.... O Sr. Secretário até pode ir buscar um apoio adicional pelo facto de nos Açores nós termos uma captura amiga do ambiente, mas quando todos nós sabemos que a sul dos Açores, ou seja, na costa de África, se está a delapidar os stocks, em que temos armadores com uma força de captura brutal e que estão a rebentar com os stocks, e sendo esta uma espécie migratória, o atum nunca chega aos Açores e, portanto, dez vezes zero é zero, vinte vezes zero é igualmente zero. E eu pergunto: qual é o lóbi que o Governo Regional tem em Bruxelas para conseguir denunciar este tipo de situações? Ou o Governo da República? O que é que tem sido feito para isto? Mais!! E já que estamos a falar de Bruxelas, em relação ao POSEI Pescas (vamos-lhe chamar assim porque é assim que as pessoas continuam a reconhecer), o Sr. Secretário sistematicamente diz que Bruxelas decidiu não pagar nos últimos dois anos. Eu peço imensa desculpa Sr. Secretário, mas vai ter que me explicar isto muito claramente, porque eu imagino o que é que era Bruxelas decidir deixar de pagar dois anos o POSEI Agricultura e, portanto, ninguém acredita que Bruxelas, de um momento para o outro, deixe de pagar o POSEI! Vai ter de me explicar porque é que a Região há dois anos que não recebe o POSEI!

Mais!! O Sr. Secretário comprometeu-se numa reunião com o Governo amigo da República, que o POSEI, que estava em atraso há dois anos, ia passar a ser pago em setembro. Já estamos em setembro Sr. Secretário! Já foi pago? Quando é que vai ser pago? Quais são as razões destes atrasos? Nunca foi explicado!

Mais!! A Portaria que os senhores publicaram, para o pagamento ao POSEI Pescas, eu devo-lhe dizer que defraudou em muito as expectativas dos pescadores açorianos.

Primeiro, estamos todos de acordo que temos de valorizar o nosso pescado! O discurso é sistematicamente de que temos de valorizar a venda do pescado em fresco. Eu pergunto: porque é que é a única espécie de tunídeos, ou de atuns, que está contemplada na submedida um - que são os apoios à venda em fresco? E as outras? Porque é que só são financiadas para entrega nas conserveiras, quando todos nós sabemos que a transformação em conservas devia ser um recurso porque é um produto menos valorizado?

Mais!! Porque é que os pescadores açorianos, se estão perto de uma lota da Madeira (e o Sr. Secretário sabe que no caso do atum, por cada hora que passa, desvaloriza imenso o preço do pescado, porque perde frescura) e entregam o seu pescado numa lota da Madeira, perdem o direito ao POSEI Pescas? Não era isso que estava previsto! Mesmo que seja uma empresa Açoriana a fazer a compra do pescado fresco, o pescador perde o apoio do POSEI!

E para já lhe deixo estas questões que os pescadores açorianos estão a querer que o Sr. Secretário esclareça, porque não era isto que estava previsto para o POSEI Pescas.

E já agora, em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares, eu devo lembrar que, na conjuntura atual, o Bloco de Esquerda, a nível da República, sistematicamente faz lembrar os portugueses que, se houver questões fundamentais que não forem asseguradas, o Bloco de Esquerda deixa de suportar este Governo. Pois eu pergunto-lhe se as pescas e o setor primário não são questões fundamentais? E porque é que o Bloco de Esquerda não faz lóbi?

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Deputada deixe-se disso!

**A Oradora:** Porque muitas destas questões são resolvidas, efetivamente, pelo Governo da República.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tenho a inscrição do Sr. Deputado do Partido Socialista José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Srs. Secretários Regionais:

Do discurso do Bloco de Esquerda, sobretudo na nota de imprensa que antecedeu este debate, só podemos concordar genericamente com uma coisa, as pescas atravessam um momento que nos deve preocupar, sobretudo que nos deve concentrar no que é essencial para ajudar este setor a atravessar esta fase menos boa. Os discursos que classificam este setor, como o BE o classifica, em nada ajudam por si só.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Rejeitar é que ajuda!

**O Orador:** Relativamente ao discurso do PSD, trazido aqui pelo Sr. Deputado Luís Garcia, sinceramente não esperávamos outra coisa, primeiro nada propõe e depois vem pedir contas ao Governo!

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Vou pedir a quem?

**O Orador:** Só queria falar em duas questões que o Sr. Deputado Luís Garcia traz sempre aqui, a esta Casa, quando se fala nas pescas - é a frota e o sobredimensionamento da frota. E eu queria perguntar ao Sr. Deputado Luís Garcia o que é que isto quer dizer? Porque é que a frota está sobredimensionada? É por ter 67% das embarcações com menos de 9 metros e é por ter 67% das embarcações a pescar com linha de mão? Se isto é, de facto, classificar a frota, como o senhor a classifica?

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem colocado!

**O Orador:** Relativamente à questão da valorização do pescado...

Ó Sr. Deputado Luís Garcia, bastava o senhor ter olhado para a estatística e tinha percebido que o preço médio do pescado nos Açores, em 2012 era de 2.86€, em 2013 era 2.88€, em 2014 era 3.02€, em 2015 era 3.40€ e agora em 2016, até ao dia 31 de agosto, é de 4.17€. O Senhor diga-me uma coisa, o pescado...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Claro! E preço cada vez mais baixo!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Os prejudicados são os pescadores!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, eu estive a ouvi-lo atentamente... É verdade que estamos a pescar menos mas o senhor devia ter reconhecido, nesta Casa, que nós estamos a vender melhor e isso o senhor não foi capaz de reconhecer!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Mas vamos ao que interessa e o que interessa neste caso aqui são os pescadores!

**Deputado Pedro Moura (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo juntamente com os parceiros sociais, encetaram uma série de medidas para ultrapassar esta fase e se calhar era sobre esta situação que nós devíamos estar, hoje aqui, todos concentrados. Sabemos que existem comunidades piscatórias que têm mais dificuldade do que outras. Sabemos também que algumas dessas comunidades piscatórias, por si só, avançaram com algumas medidas importantes para gerir as suas

pescarias. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se tem acompanhado essa gestão por ilha?

Muito Obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

De momento não tenho mais nenhuma inscrição.

Agradecia que as Sras. e os Srs. Deputados que tenham intenção de participar neste debate façam o favor de se inscrever.

Se não houver inscrições, o nosso regimento é rigoroso...

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom... aproveitar já a ocasião para tecer alguns comentários sobre o que já foi dito, nomeadamente a afirmação do Sr. Secretário Regional de que a situação de falência e de miséria que se vive no setor pesqueiro, na nossa região, é uma situação conjuntural e não estrutural. Sr. Secretário Regional, corria o ano de 2012, mês de fevereiro, quando foi apresentado nesta Casa, e bem, um estudo feito pelo Partido Socialista, através de um grupo de trabalho que se debruçou sobre o setor das pescas, que fez um levantamento, uma análise aprofundada da situação do setor da pesca em 2012 e que no final apresentou 26 conclusões e 30 recomendações. O Bloco de Esquerda teve a ocasião de saudar este trabalho e as suas conclusões, dentro e fora desta Casa. Ano de 2012, Sr. Secretário, estamos em setembro de 2016!

Vamos então às causas conjunturais. Não tenho tempo para ler as 30 recomendações, mas faço questão de trazer à nossa memória algumas delas: continuar a reivindicar junto da União Europeia para ir para além das

100 milhas, como forma de proteger as nossas zonas de pesca e garantir a sustentabilidade da pesca nos Açores; adotar medidas que previnam a degradação dos stocks e promovam a sua recuperação, para a estabilidade económica e social das comunidades piscatórias; reforçar a aplicação da importante investigação científica desenvolvida, pelo DOP, à componente prática das pescas, aplicando o vasto conhecimento produzido por este departamento da Universidade dos Açores, (conhecimento, que aliás eu referi, que desde 1999 o DOP vem dando sinal de luzes e de fumo, Sr. Secretário Regional, e o Governo não vê!); criar um fórum no qual seja possível passar a informação científica, aliás, como se passa noutros locais do mundo, em que participam os utilizadores diretos, os pescadores, os cientistas e a administração, deve reunir anualmente e os resultados científicos devem ser apresentados aos vários utilizadores; adotar um sistema de quotas para um conjunto de espécies demersais dos Açores, acordadas entre cientistas e pescadores, devidamente harmonizada com a Política Comum de Pescas; criar reservas temporárias em todas as ilhas e em alguns montes submarinos e/ou, sempre que necessário, limitar os dias de pesca; criar mecanismos de controlo sobre a pesca lúdica e respetiva comercialização ilegal do pescado; reduzir a mão de obra no setor, em alguns núcleos piscatórios, através da formação profissional para outras áreas de atividade económica; reforçar a componente da formação profissional, se possível numa parceria com os Departamentos de Oceanografia e Pescas e Ciências da Educação, da Universidade dos Açores; manter a formação de forma descentralizada em todas as ilhas; criar programas temporários de apoio à paragem de alguma frota, para promover a recuperação dos stocks, compensando devidamente os armadores por estas paragens; cessar os apoios à renovação da frota,



sempre que estes impliquem um aumento da capacidade de pesca da embarcação apoiada e canalizar esses recursos financeiros para os abates, favorecendo a redução do esforço de pesca; valorizar as espécies capturadas com pouco valor comercial, através da transformação por filetagem e congelação; avaliar as potencialidades externas do pescado açoriano de modo a aumentar a diversificação dos mercados e aumentar a exportação do pescado.

Sr. Secretário Regional, estas são algumas das 30 recomendações de um estudo apresentado nesta Casa, em fevereiro de 2012. Repito, passados mais de quatro anos, Sr. Secretário, o que é que o Governo Regional fez a estas conclusões e a estas recomendações, e para que é que precisa agora de outro grupo de trabalho para chegar exatamente às mesmas conclusões? - Uma pergunta.

A seguir, informar a Sra. Deputada Graça Silveira do seguinte: o Bloco de Esquerda é um partido responsável! Não vai seguramente retirar o apoio parlamentar que dá ao Governo da República, neste momento, por causa de nenhuma razão que não seja o incumprimento do acordo estabelecido com esse mesmo Governo.

Agora, Sra. Deputada, deixe-me recordar-lhe o seguinte: o Bloco de Esquerda não está no Governo...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Está! O CDS é subsequente!

**A Oradora:** ... o CDS esteve durante quatro anos, não o vi, em nenhum momento, defender os Açores na Assembleia da República ou no Governo, em qualquer dos seus setores e, portanto, “quem tem telhados de vidro não atira pedras...”, Sra. Deputada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Deputada, na área do setor primário, se houve exemplo bem dado, foi o do CDS!

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão da pesca é uma questão que tem preocupado bastante a Representação Parlamentar do PPM e nada melhor do que colocar um conjunto de questões, no final da legislatura, ao Governo Regional, em relação às expectativas que tinham sido criadas por parte do programa Regional e os compromissos assumidos por parte do programa do Governo, e quatro anos depois pedir responsabilidade e medir a concretização desse programa do Governo.

Tenho aqui dez requerimentos para referenciar e as respetivas respostas, não há tempo e, portanto, vou aqui fazer apenas quatro breves referências.

A primeira, por exemplo, perguntei em relação à caracterização do estado em que se encontram os recursos pesqueiros no mar dos Açores. A resposta do Governo Regional... os gráficos eu tenho aqui...

*(Neste momento o Sr. Deputado mostra os gráficos à câmara)*

...demonstram que muitos dos índices de abundância relativa das principais espécies demersais, exploradas na Região, estão a conhecer um decréscimo assustador. Se verificarem os gráficos poderão ver que estamos a registar decréscimos muito, mas muito significativos! E, portanto, este é um problema que o Governo Regional diz que tem a ver, de facto, com uma sobre-exploração destes recursos. A questão é a seguinte e diz também que

pode ter a ver com algumas alterações do ponto de vista, no âmbito das questões ambientais e, portanto, eu considero que faltam aqui duas coisas, e acho que aqui o Governo poderia ter melhorado o seu desempenho. Em primeiro lugar, em relação ao impacto real das questões ambientais, que tipo de projeção poderíamos esperar, que tipo de impacto é que isso poderia ter nos nossos recursos pesqueiros? O Governo Regional não fez essa avaliação! Eu lembro-me que em relação ao documento que está a ser elaborado sobre o impacto das alterações ambientais, esse estudo ainda não está concluído. Eu considero esse estudo da maior importância para se poder ter uma projeção completa, ou pelo menos aproximada, daquilo poderá vir a afetar nomeadamente o setor das pescas!

Uma segunda questão tem a ver com o esgotamento dos recursos. Também aqui eu considero que o Governo Regional deveria ter, obviamente, implementado medidas que impedissem o esgotamento tão rápido dos recursos, porque o que é possível verificar é que o decréscimo é muito significativo e muito acentuado e, portanto, nesse sentido eu penso que a resposta do Governo Regional também não foi eficaz!

Perguntei também, o Governo Regional assumiu, no âmbito do programa do Governo, a seguinte prioridade: o compromisso de reduzir os tempos de entrega do pescado fresco ao cliente externo. Evidentemente que se nós tivermos tempos de entrega mais curtos, isso significa que estamos a valorizar o pescado. Eu não acredito na resposta que me foi dada e a resposta que me foi dada em relação à entrega do peixe, junto do mercado externo, no destino final, foi a seguinte: “desde modo, excetuando os casos pontuais relacionados com o cancelamento de voos ou com avarias das aeronaves, (são apenas estas duas questões, avarias das aeronaves ou cancelamento de voos), todo o pescado transacionado em lota tem vindo a

ser escoado no próprio dia da venda, o que permite que no prazo máximo de 24 horas, esteja nos mercados de destino final.” Ora, isto pura e simplesmente não é verdade! Isto não é verdade e, portanto, basta falar com as associações de pescadores, basta falar e eu tive esse cuidado, até para mim, pela minha própria experiência dentro da ilha do Corvo! Verificam-se atrasos muito significativos e o peixe não chega ao destino final em 24 horas!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas perde as características!

**O Orador:** Não chega ao destino final, estamos a falar do destino final, não chega em 24 horas!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Nunca chega!

**O Orador:** Outra questão também é a seguinte: em relação à aquacultura, o Governo Regional também tinha, no seu programa de Governo, previsto valorizar sistemas em circuito fechado ou em regime extensivo, evitando a recruta de efetivo alimento ou proteína selvagem. Eu perguntei o que é que se tinha conseguido obter a este nível. A resposta do Governo apenas refere alterações legislativas e, portanto, em relação a este projeto, à implementação prática, é evidente que as alterações legislativas são importantes. É importante criar as condições legais para que se possa fazer, mas, meus senhores, eu acho que é exigível mais em quatro anos do que apenas mexer no quadro legal! Eu acho que era exigível obter mais resultados práticos e aqui eu considero que o Governo também falhou!

Portanto, temos essas referências, numa próxima intervenção vou fazer mais algumas referências em relação a áreas em que eu considero que o desempenho do Governo não foi suficiente.

E dizer à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, a Sra. Deputada Zuraida Soares, o seguinte: é evidente que há responsabilidades nacionais e que há

responsabilidades no âmbito da União Europeia. As posições do Bloco de Esquerda são conhecidas em relação a estas matérias, nomeadamente a questão das 200 milhas. Mas eu penso que, tendo em conta a componente política e parlamentar muito importante que o Bloco de Esquerda neste momento expõe - o acordo que existe em relação ao Partido Socialista, no âmbito de sustentar do ponto de vista político e parlamentar o Governo da República que está no exercício de funções, é exigível que o Bloco de Esquerda não venha aqui apenas com queixinhas, a dizer que a responsabilidade é dos outros, porque está numa posição política para influenciar de forma decisiva o Governo da República, por uma razão muito simples, porque esse Governo da República depende do apoio parlamentar do Bloco de Esquerda para continuar a exercer funções! É tão simples com isto! E, portanto, essa dependência do ponto de vista parlamentar e político, não permite que a Sra. Deputada venha aqui fazer este número de “lavar as mãos como Pilatos”, não é possível! Eu já percebi que a Sra. Deputada Catarina Martins se arrepende todos os dias do acordo que elaborou com o Partido Socialista e eu também já percebi que a Sra. Deputada Zuraida Soares se arrepende, a toda a hora, do acordo que o Bloco de Esquerda fez com o Partido Socialista.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Ávila. Tem a palavra o Sr. Deputado.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Eu sinto uma particular satisfação quando ouço a Sra. Deputada Zuraida Soares ler e falar no relatório que o Grupo Parlamentar do Partido

Socialista apresentou, nesta Casa, no dia 14 de fevereiro de 2012. Sinto particular satisfação porque fiz parte desse grupo de trabalho e até tenho que dizer, com a humildade que acho que tenho, que fui o seu relator. E eu queria dizer que depois da Sra. Deputada ler as recomendações...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Algumas!

**O Orador:** ... que estão inseridas na última parte, também fico satisfeito...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Li algumas recomendações!

**O Orador:** Eu sei que a senhora não leu tudo, mas eu até vou ler algumas que a senhora se esqueceu de ler, senão depois as pessoas aqui não vão perceber bem o que é que está a acontecer e eu fico satisfeito porque grande parte daquelas que a senhora leu, de facto, o Governo até já as acatou.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** A sério?!

**O Orador:** A sério... a sério... Ó Sra. Deputada, eu vou começar pelo fim...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Ninguém deu por isso, mas está implementado!

**O Orador:** Ó Sra. Deputada... só pedia mais um bocadinho porque eu estou quase a acabar!

A recomendação n.º 30 - Promover a imagem do pescado dos Açores através da atribuição de uma marca própria;

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Qual pescado? Se não há pescado como é que se promove?

**O Orador:** Ó Sra. Deputada...

A 29 - Avaliar as potencialidades externas do pescado açoriano (isto é feito permanentemente!);

A 28 – Valorizar as espécies capturadas com pouco valor comercial através da transformação por filetagem e congelação (isso também está a ser feito!);

Valorizar a pesca dos pequenos pelágicos...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Chicharrinho escabeche!

**Presidente:** O Sr. Deputado José Ávila tem condições para continuar a sua intervenção.

**O Orador:** Eu tenho alguma dificuldade quando duas das senhoras deputadas estão a falar ao mesmo tempo!

**Presidente:** Vamos pedir a todos que deem condições ao Sr. Deputado José Ávila para continuar o seu debate.

**O Orador:** Queria dizer também, há outra recomendação aqui que diz - implementar a venda eletrónica em todas as ilhas dos Açores e em todas as lotas (também acho que isto é um processo que é conhecido e está em curso.);

A recomendação 25 – promover, em conjunto com todos os parceiros, a reavaliação da Portaria n.º 50/90, de 11 de setembro, que regula as margens de comercialização (que eu saiba esta Portaria foi revogada, precisamente porque impedia algumas situações de comercialização, sobretudo em segunda venda).

É assim! Sra. Deputada, por aquilo que estive a ler agora e por aquilo que senhora esteve a ler, ainda bem que este relatório foi feito, ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Ainda bem?! Não foi implementado!

**O Orador:** ... porque este relatório realmente serviu para também trazer alguma dignidade à pesca nos Açores!

Muito obrigado.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos por partes. Primeiro, Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando um Deputado ou Deputada nesta Casa tem uma iniciativa, faz uma interpelação, ou usa qualquer outra figura regimental que lhe é permitida, não são queixinhas! É uma legitimidade que o povo lhe deu! Portanto queixinhas provavelmente existirão no seu vocabulário!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não disse queixinhas! Eu disse queixinhas?

**A Oradora:** Eu chamo-lhe legitimidade democrática para interpelar ou usar qualquer outra figura regimental! Aqui dentro desta Casa não há queixinhas!

Depois, Sr. Deputado José Ávila, eu compreendo a sua dificuldade. O senhor, de facto, disse a verdade. Disse: “Eu tenho alguma dificuldade porque as duas Sras. Deputadas estão a falar”. Não é por isso que o Sr. Deputado tem dificuldades, a verdade, verdadinha, Sr. Deputado José Ávila, é que a sua dificuldade é conseguir provar a esta Casa e conseguir provar aos pescadores desta Região que as 30 conclusões, magníficas recomendações deste relatório e deste estudo, foram implementadas. Essa é que é a sua grande dificuldade! Porque o Sr. Deputado José Ávila, faça o favor de reconhecer se algumas delas (algumas...) tivessem sido de facto implementadas com seriedade, com assertividade, com convicção, explique-me como o setor da pesca, na nossa Região, estava a atravessar o ano mais negro, provavelmente, da história da autonomia? E como é que se prevê para o próximo ano? Exatamente um ano tão mau como este!



**Deputado Francisco César (PS):** Como é que é possível dizer isso?

**A Oradora:** Falo e o Sr. fala, e o Sr. fala que eu sei que fala e ouve... e pergunte aos pescadores se sentiram, ao longo destes quatro anos que medeiam estas recomendações - 2012/2016, alguma alteração para melhor! Sr. Deputado... pergunte-lhes se as suas vidas estão melhores! Pergunte-lhes se pescam mais! Pergunte-lhes se as suas famílias têm dinheiro suficiente para chegarem a meio do mês! Pergunte-lhes qual é a dignidade que o Governo Regional garante a este setor e a estes profissionais!

E não fique agoniado pelo Bloco de Esquerda usar o termo miséria, porque é assim que as pessoas se sentem! Sentem que a sua vida é um martírio!

**Deputado André Bradford (PS):** Não apoiado!

**A Oradora:** Sentem que a sua vida nunca chega a sair da miséria, por mais rendimento social de inserção que haja e que seja aplicado nesta Região! E, portanto, não vale a pena “tapar o sol com a peneira”!

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nada disto foi implementado! Passaram quatro anos e a situação na pesca está pior do que em fevereiro de 2012 e eu desafio qualquer Deputado ou Deputada nesta Casa, a dizer que em setembro de 2016 este setor está mais desenvolvido, mais enriquecido, mais sustentável e mais dignificado do que em fevereiro de 2012!

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão do Partido Popular Monárquico e lembro V. Exa. que tem três minutos para o seu debate, para fazer a coordenação do seu debate.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu quero lhe dizer o seguinte: apenas chamei a atenção para a responsabilidade especial que o Bloco de Esquerda tem nas atuais circunstâncias, ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** São queixinhas!

**O Orador:** ... porque a verdade é a seguinte: o Bloco de Esquerda nunca teve tanta influência na política Portuguesa como nas atuais circunstâncias, ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** O senhor utilizou o termo queixinhas!

**O Orador:** ... porque o Governo da República depende do apoio parlamentar do Bloco de Esquerda, logo, esse apoio parlamentar é dado a troco de definição de políticas.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** O mal que isso lhe faz, Sr. Deputado!

**O Orador:** E, portanto, a Sr. Deputada vem aqui dizer que em relação às políticas europeias que estão a ser seguidas, em relação ao Governo da República e das posições perante as Instâncias Europeias, não está a ser o correto. E eu digo-lhe que o Bloco de Esquerda e a Sra. Deputada em particular têm responsabilidades nessa matéria! É tão simples como isto! Que não fique a perceção que o Bloco de Esquerda, neste momento, é pura e simplesmente um partido da oposição, não apoia a nível Nacional o Governo da República e este depende politicamente do Bloco de Esquerda, tal com do Partido Comunista.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Felizmente! Ainda bem!

**O Orador:** Portanto, esta questão está bem definida e é para lhe dizer, Sra. Deputada, que neste momento existem especiais responsabilidades políticas por parte do Bloco de Esquerda e, portanto, não é só vir aqui apontar erros e omissões, é também fazer autocrítica em relação a resultados que não se estão a atingir. Porque se não se estão a atingir resultados concretos, no

âmbito da definição das políticas europeias e da posição do Governo Português, perante as Entidades Europeias, também é responsabilidade do Bloco de Esquerda! Sra. Deputada, é tão simples como isto!

Para terminar, sei que tenho pouco tempo, o Sr. Presidente já me disse que tenho, de facto, muito pouco tempo para intervir e vou-lhe dizer o seguinte: preocupa-me muito este processo de integração europeia, nomeadamente já fiz um artigo de opinião sobre esta matéria - A Criação da Guarda Costeira Europeia. Porque esta Guarda Costeira Europeia, vou aqui reler aquilo que escrevi e diz o seguinte: “A Agencia Europeia de Guarda Costeira e Fronteiras terá o poder de agir no espaço de jurisdição e soberania dos estados membros da União Europeia, mesmo sem autorização destes”. E o que é que está aqui em causa? O que está aqui em causa é a gestão e a fiscalização do mar dos Açores! E, portanto, o que estamos aqui a verificar se estamos a falar das 200 milhas, preocupa-me muito mais a criação de uma Guarda Costeira Europeia com poderes de fiscalização no mar dos Açores e que, cuja ação, não depende da vontade Nacional e por isso muito menos ainda daquela que é a vontade Regional, a vontade dos Açores nesta matéria. Esta matéria que é muito preocupante e eu tenho em relação às 200 milhas, preocupações legítimas, mas esta questão é anda mais grave, porque isto significa uma perda de soberania muito significativa e isto significa que os nossos recursos, incluindo os recursos da pesca, futuramente, num futuro que não será muito longínquo, ficarão totalmente dependentes da política predatória dos grandes Estados Europeus.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Lembro o Sr. Deputado que já não tem mais tempo.

Há pouco informei nem muito nem pouco tempo, só informei que tinha três minutos, porque o tempo como muito e pouco é sempre muito subjetivo. Só informei factualmente três minutos.

Não tenho mais inscrições, não havendo mais inscrições...

Sr. Secretário Regional, faça o favor, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Brito e Abreu*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de reagir a esta primeira ronda de intervenções. Sem surpresa, vejo que os partidos da oposição, no espírito da estação pré-campanha em que estamos, entendem que a situação das pescas é culpa exclusiva do Governo Regional, ...

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Não! Mas do Governo Regional também!

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Ninguém disse isso!

**O Orador:** ... mas concordo, contudo, que o tempo em que estamos é o tempo certo para se fazer um balanço do que foi feito nesta legislatura.

Em altura nenhuma eu desvalorizei as causas estruturais da crise em que estamos. Considero, contudo, por razões objetivas que se medem em impacto, em euros, no rendimento dos pescadores, que as causas do momento, as causas conjunturais, têm um impacto mais direto e se acudirmos a essas, compramos tempo para fazer as reformas que o setor carece. Portanto, não há aqui nenhum “tapar do sol com a peneira”, há apenas um reconhecimento objetivo do que é que podemos fazer com o tempo que temos e quais são as situações mais urgentes.

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Agora é que vão fazer as reformas! Agora é que vai ser!

**O Orador:** E em jeito de balanço, gostaria de pedir aos Srs. Deputados, que considerassem fazer o exercício de não só comparar o que está pior ou melhor na pesca, em relação ao início desta legislatura, seguramente há coisas melhores, todos reconhecerão, há também situações piores. O que podemos fazer aqui e julgo que é um exercício mais construtivo, é ver como é que estaríamos sem a ação do Governo?

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Se calhar estaríamos melhor sem a ação do Governo! Pior é impossível!

**O Orador:** E com a ação do Governo estamos melhor ou pior do que estaríamos, ou se tivéssemos políticas alternativas, que V. Exas. poderão identificar quais são, o que é que teria sido feito melhor? E vamos ver onde é que estaríamos sem ter feito a defesa da quota do goraz, em Bruxelas, nas negociações de 2014? Onde é que estaríamos?

É fácil dizer onde é que estaríamos sem a influência do Governo Regional e do Governo da República. Cortaram-nos a quota em 2015 para 678 toneladas, sem a ação do Governo Regional, nessa altura, a proposta da Comissão era 600. Em 2016 temos 507 toneladas, a proposta da Comissão Europeia era de 392 toneladas. Era aí que estaríamos sem a ação que o Governo Regional tem desenvolvido em Bruxelas e noutros sítios!

Onde é que estaríamos sem um defeso do goraz, hoje? Um goraz em ano de eleições... O Governo impõe uma paragem numa das espécies de maior valor comercial, paramos a pesca do goraz de 15 de janeiro a final de fevereiro. Onde é que estaríamos hoje? Tínhamos esgotado a quota na maior parte das ilhas numa altura em que o preço do goraz começa a subir agora!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E a compensação?

**O Orador:** Onde é que estaríamos sem a formação que foi feita nos pescadores? Nesta legislatura, cursos de formação de pescadores em todas as ilhas do arquipélago!

Onde é que estaríamos sem a rede de frio requalificada?

Onde é que estaríamos sem as lotas, sem os interpostos frigoríficos novos?

Estaríamos seguramente pior!

Onde é que estaríamos sem o apoio que tem sido dado às associações, para transformação, para salas de filetagem, para mesas de transformação em várias ilhas?

E onde é que estaríamos sem a atribuição mais criteriosa das autorizações de embarque? Estaríamos, seguramente, com muitos mais pecadores a dividir os parques rendimentos que existem hoje! E sem o reforço da fiscalização?

E sem a criação das áreas marinhas protegidas? E por aí a fora...

Essa é a comparação que tem de ser feita, entre onde estaríamos sem a ação do Governo Regional, nos últimos quatro anos!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

**O Orador:** Revisitamos o tema da compensação pela paragem do goraz. O Sr. Deputado Luís Garcia, do PSD, diz que o Governo é teimoso, insensível, gosta de proibir a pesca do goraz e não dá dinheiro aos pescadores. Nada daria mais gosto a um Governo, em fim de mandato, dar mais dinheiro aos pescadores e financiar a paragem da pesca de uma espécie importante como o goraz. Porque é que não faz? Porque não é legalmente possível!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Não é legal?! Sr. Secretário!...

**O Orador:** Se olhar para os regulamentos comunitários, verá as circunstâncias em que é possível mobilizar dinheiro, limitado, para financiar uma paragem, em condições de extrema urgência e de grande degradação de recursos. Neste momento não é essa a nossa avaliação, há de facto problemas de sustentabilidade, que não são exclusivos dos Açores. Não temos, seguramente, uma urgência e um colapso do recurso, nem do stock do goraz na zona 10 e é esse o argumento que apresentaremos, em novembro, para defendermos a nossa quota para o próximo biénio. Portanto, recomendo-lhe que, nas campanhas eleitorais, vá dizer aos pescadores que acha muito bem anunciar ao mundo, que o stock do goraz na zona 10 está em colapso e em emergência imediata!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah! Está a aprender, Sr. Secretário! Em véspera de eleições está a aprender alguma coisa!

**O Orador:** A Sra. Deputada Graça Silveira faz, de facto, um bom diagnóstico, identifica alguma da diversidade que temos no setor das pescas, que não é, de facto, igual em todas as ilhas nem em todos os segmentos. Pintam um retrato, contudo um pouco caricato, da interação com os cientistas. Diz que os cientistas alertaram ao longo de anos, o Governo Regional dos Açores, para a questão da sustentabilidade das pescas e que o Governo Regional não ligou e continuou a pescar cada vez mais com quotas excessivas - 1000 toneladas é excessivo para goraz. Relembro a Sra. Deputada que temos os nossos cientistas a falar diretamente no Concelho Internacional de Exploração dos Mares (ICES), vão às reuniões, não são de forma nenhuma manietados pelo Governo Regional, ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas os entraves são feitos pelo Governo Regional!

**O Orador:** ... que não está presente nessas reuniões, as suas conclusões são agregadas por outros cientistas e são transmitidas à Comissão Europeia. Portanto, não é o Governo Regional que liga ou que não liga, as nossas recomendações e conhecimento científico são transmitidas à Comissão Europeia, que faz propostas e em Conselho da União são tomadas decisões sobre a quota. Portanto, mais uma responsabilidade atribuída ao Governo Regional que é completamente desproporcionada. Existem dados científicos? Existem sim senhora! Temos o Plano Nacional de Recolha de Dados que é feito todos os anos, pago pelo Governo Regional, ao Departamento de Oceanografia e Pescas, e temos um cruzeiro de demersais que teve uma interrupção, mas que teve uma longa série de 20 anos e que este ano retomou.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas esses dados estarão disponíveis para negociação?

**O Orador:** Retomou uma vez mais, os dados estão em processamento e estarão disponíveis a tempo das negociações de novembro.

Representantes em Bruxelas para defender as questões do atum, o que tem feito o Governo depois das reuniões que teve? O Governo está a trabalhar em duas frentes - trabalha junto do Governo da República para que, em nome do Estado Português, nas Convenções Internacionais (parte da pescaria do atum é decidida na ICCAT - Convenção Internacional para Conservação dos Atuns do Atlântico), aí o Estado Português tem assento, nessas reuniões temos o Estado Português a fazer o esforço possível, ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah!... O esforço possível!

**O Orador:** ... para favorecer a arte de salto e vara versos a pesca por cerco. Infelizmente, os nossos aliados tradicionais, em questões de pescas, são Espanha e França, que têm grande frotas de cercadores. Contudo,



faremos um lóbi junto da própria Comissão Europeia, já nas próximas semanas em Bruxelas e junto de ONGs Internacionais de Conservação do Ambiente, que serão seguramente sensíveis à necessidade de diferenciar, nem que seja pelo consumidor, o atum que provém da arte de salto e vara.

Parte do problema do atum nos Açores, que nos afetou nos últimos três anos e que na minha opinião é a principal causa da crise que vivemos, hoje, nas pescas dos Açores, parte desta questão tem a ver, seguramente, com alguma pesca excessiva! Houve migração de grandes cercadores de frotas que estavam no Índico e no Pacífico, para o Atlântico! Há evidências de um uso crescente dos instrumentos agregadores de peixe! Há evidências de tudo isto! Não será seguramente a única causa, temos também evidência de que há alterações ambientais, num contexto de alterações climáticas, em que pela primeira vez aparece bonito nas ilhas Faroé, a norte da Escócia, ou na Gronelândia. Portanto, é uma combinação de dois fatores!

Tenho que explicar, sim senhora, porque é que o POSEI Pescas está atrasado e porque “raio” é que Bruxelas decidiu atrasar o POSEI Pescas e não decidiu atrasar o POSEI Agricultura! O que aconteceu, como sabe, foi que o POSEI Pescas foi integrado no FEAMP, ao contrário do que aconteceu na agricultura. O antigo Fundo Europeu das Pescas foi fundido com a Política Marítima Integrada e com o POSEI, com desacordo com a oposição feroz do Governo Regional da altura...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sem oposição do Governo Regional!

**O Orador:** ... e com a oposição feroz do Governo da República! Ao arrepio da posição que nós assumimos, estamos hoje privados de injetar no setor 8,8 milhões de euros, que corresponde aos últimos dois anos, que não daria mais gosto, nada mais do que injetar este dinheiro o mais cedo possível!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Vocês só olharam para o envelope financeiro!

**O Orador:** Portanto, nenhum Secretário Regional, no seu juízo perfeito, guarda mais uns dias para perto das eleições e causa descontentamento em vésperas de eleições, para atrasar por motivos eleitorais (já não me lembro qual das senhoras Deputadas é que lançou essa insinuação)!

De qualquer forma, o que se passou foi que o regulamento comunitário foi aprovado em dezembro de 2015. A contrarrelógio, o Governo da República trabalhou para, em março, ter o trabalho de legislação nacional feito, em tempo recorde. Já este Governo da República e a Região tem também, em tempo recorde (com sacrifício grande dos funcionários da Direção Regional das Pescas, cujo o elogio público faço aqui), feito a parte Regional! Em tempo recorde de sempre! Tudo foi feito para as candidaturas serem entregues e foram entregues até seis de agosto, não havia sistema informático pronto em Lisboa, no IFAP, trabalhamos em papel e agora estamos à espera que um sistema informático residual e feito de propósito para este efeito, esteja a funcionar.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Está a funcionar mal, Sr. Secretário?

**O Orador:** Não existia, pura e simplesmente! E, portanto, tudo está a ser feito para serem pagas as candidaturas o mais cedo possível! Tenho indicação, das seiscentas e muitas candidaturas, que cerca de duzentas e cinquenta estão sujeitas a audiência prévia, porque faltam documentos, mas quatrocentas e cinquenta, de grosso modo, estarão prontas e em funções.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isso já sabemos através da comunicação social!

**O Orador:** Logo que o sistema seja carregado, espero que, seguramente, durante o mês de setembro, iniciar-se-ão esses pagamentos! Logo que o

sistema seja carregado porque, como se sabe, depende do Ministério do Mar e do IFAP e não do Governo Regional, que tudo tem feito para as coisas avançarem.

Não percebo porque é que diz que a Portaria defraudou os pescadores, nada mudamos na forma como o POSEI é pago ou em relação ao que sempre foi feito, no que diz respeito à Madeira.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Os madeirenses podem descarregar na lota dos Açores e recebem POSEI; os açorianos que descarregam na Lota da Madeira não podem receber POSEI! Isto é claro, Sr. Secretário!

**O Orador:** Nós, na frota do atum, queremos encorajar que o atum seja descarregado para a nossa indústria conserveira e é a pesca nos Açores que deve ser compensada com o POSEI.

Muito rapidamente refiro que problema da sustentabilidade das pescas, na intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, de facto, não é um problema Açoriano. Temos problemas sobre as pescas, temos sim senhor! Porque é que não mandamos parar então e fazemos o que mandam os cientistas? Fazemos o mais possível! Temos é quatro mil famílias que dependem da pesca! E, portanto, o problema da sustentabilidade das pescas não é um problema açoriano, nem nacional, nem europeu, é um problema global! E esse problema está identificado e é nesse sentido que se faz o trabalho de longo prazo, não podemos é ter a insensibilidade social para entrar a matar quando é preciso fazer ajustes!

O que é que tem feito o Governo para as alterações climáticas e para se preparar um setor que devia estar preparado, quando há imprevisibilidade, como um setor que depende de peixes migratórios? Muitas coisas! Fizemos investimentos na rede de frio, temos hoje capacidade de congelação para tirar proveito quando vier um ano bom.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ano bom?! Há três anos que está cada vez pior!

**O Orador:** E estamos num contexto de alterações climáticas, vamos ter anos muito bons como 2010 e depois longas travessias do deserto, com anos muito maus, como estamos a viver agora. E a adaptação às alterações climáticas não é só fazer portos de pesca mais robustos e mais seguros, como estamos a fazer, ou consolidar a orla costeira como estamos a fazer. É também preparar a economia, para nos anos bons termos capacidade de ganhar rendimento para pagar os anos maus! É assim que sobreviverá uma frota atuneira no Açores!

Sobre a aquicultura, reconheço também que, de facto, há dificuldades diversas. O Governo é acusado de só ter feito legislação agora. O Governo não é aquicultor, mas tem indicação que já há uma exploração licenciada neste momento e vários projetos envolvendo associações de pescadores e a Universidade dos Açores, que deverão dar entrada aos apoios que foram abertos recentemente, porque o FEAMP só foi aprovado recentemente e, portanto, os apoios só estão disponíveis agora e espero nas próximas semanas ter notícias para vos dar sobre este assunto.

Muito Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Atendendo à hora e ao nosso regimento, vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Retomamos os trabalhos ao meio dia e três minutos.

*Eram 11 horas e 33 minutos.*

**Presidente:** Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Tenho inscrito para continuação do debate o Sr. Deputado, do Partido Social Democrata, Luís Garcia.

Tem a palavra Sr. Deputado.

*Eram 12 horas e 07 minutos.*

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Sra. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem assiste a este debate, fica perplexo com o discurso do Sr. Secretário Regional e do Partido Socialista, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Com as suas intervenções!

**O Orador:** ... porque parece que tudo está feito, tudo está bem! Só falta os senhores dizerem que os pescadores estão ricos!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Acho que nem o senhor acredita no que está a dizer!

**Deputado Francisco César (PS):** Isso já estava escrito!

**O Orador:** Só falta os senhores dizerem que os pescadores estão ricos e quem ouve os vossos debates, se não existissem aqui partidos da oposição para os contraditar, fica com dúvidas porque é que os pescadores se queixam! Que razões é que têm os pescadores para se queixarem, perante os vossos discursos? Os senhores vivem em outro mundo! Que não é o mundo real do setor das pescas na Região! Os senhores estão em estado de negação! Eis uma boa razão para os senhores, de facto, serem substituídos! Porque, de facto, a primeira condição para se resolverem os problemas é admiti-los e para os senhores não há problema nenhum! O setor está no mundo das maravilhas, os pescadores estão ricos!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Acho que o senhor não ouviu a intervenção do Sr. Secretário Regional!

**O Orador:** Uma segunda questão que eu queria aqui referir tem a ver com a questão da valorização. Sr. Deputado José Ávila, o senhor diz que nós estamos a pescar menos, mas a vender melhor. Bom... isto não é o que diz este fantástico plano - Melhor Pesca, Melhor Rendimento. É porque eu vou lá aos gráficos... e eu já não trago os meus gráficos, porque o Sr. Deputado José Contente diz que os dados podem não estar certos e, portanto, eu fui buscar o gráfico do famoso e do maravilhoso plano (que agora é que vai ser) do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, e na sua página sete diz que, de facto, o preço médio de venda em lota dos tunídeos tem crescido. Outras espécies... olhe para aqui!

*(Neste momento o Sr. Deputado mostra um gráfico à câmara)*

Eu não sei se o senhor vê bem esta curvinha? Mas ela é totalmente descendente! O preço médio de venda, em 2010, era 4,38...

**Deputado José Ávila** (*PS*): Ó senhor, eu li 2012!

**O Orador:** ... em 2014 é 3,43. Isso está a decrescer! Não está, ao contrário do que o senhor disse, a crescer o preço médio de venda.

**Deputado José Ávila** (*PS*): O senhor diga o preço de 2012!

**O Orador:** O preço de 2012? 3,75! Página sete do vosso plano! Aqui está isto para, de facto, contraditar aquilo que o senhor disse!

Pois, neste debate, muita coisa se tem dito sobre a questão dos dados científicos, ...

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Enganaram-se!

**O Orador:** ... porque, de facto, para fazermos defesas perante a União Europeia é preciso ter dados científicos sólidos e sustentáveis. E é preciso lembrar, nesta Casa, que por exemplo o cruzeiro dos demersais, que é uma campanha anual que é realizada pelo Departamento de Oceanografia e Pescas, que era feito há vários anos para recolha de dados sobre o estado dos stocks das espécies demersais, em 2014 e 2015 isso não foi feito! E não foi feito (ao contrário do que os senhores dizem e porque são os cientistas a dizê-lo) porque o Governo Regional não teve disponibilidade financeira para apoiar este cruzeiro de demersais, para recolher dados! Como é que os senhores querem que os vossos dados tenham credibilidade, que estejam sustentados, se isto que devia ser prioritário – o conhecimento real dos stocks, os senhores não apoiaram, por exemplo, em 2014 e 2015?

Terceira questão Sr. Secretário, o senhor diz que não é possível compensar os nossos pescadores pela interdição da pesca do goraz. Ó Sr. Secretário, o que nós sempre dissemos e repetimos é que se esta medida é necessária, tem de ser possível encontrar um mecanismo para compensar a perda do rendimento dos nossos pescadores! E se não é possível a utilização de fundos comunitários, tem de haver recursos no orçamento da Região para isso! E o senhor não me venha dizer que é ilegal, porque os senhores têm, desde logo, um mecanismo que podem utilizar - o Fundopescas, por exemplo, que pode ser utilizado para isso! Com a atualização de valores pode ser, evidentemente, utilizado para isso! Mas os senhores, de facto, não gostam de falar nisso! Os senhores, de facto, não gostam de falar na compensação dos rendimentos dos nossos pescadores! E sabe porque é que não gostam de falar nisso, nem prestar contas sobre isso? É porque o Grupo Parlamentar do PSD tem um requerimento entregue nesta Casa, sobre esta matéria, desde 27 de janeiro de 2016, 27 de janeiro... e 222 dias depois os

senhores ainda não responderam! E esse requerimento perguntava simplesmente isto: “como pretende o Governo Regional compensar os profissionais da pesca, pelas quebras de rendimento provocadas pelo período de defeso para a pesca do goraz, estabelecia pela Portaria N.º 74/2005?” Há 222 dias os senhores têm este requerimento, sem resposta, o que é desde logo (isso já não é novidade, penso eu, para ninguém), um desrespeito para com os representantes do povo, para com este Parlamento, mas é, sobretudo, um desrespeito pelos pescadores!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Por aqueles que vivem em aflição, sem rendimentos para sustentar as suas famílias!

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Esses sim é que os senhores desrespeitam, todos os dias, com essa insensibilidade social que me assusta e que é absolutamente inaceitável, que é uma injustiça e uma falta de solidariedade para com aqueles que menos têm e sofrem com essa quebra de rendimentos.

Mas há mais Sr. Secretário, neste prestar de contas e o senhor ao dizer que esta compensação é ilegal... é só ilegal nos Açores, devo dizer-lhe, porque quer o Governo da República anterior, quer este, tem compensado os pescadores nacionais pela paragem da pesca da sardinha. O Governo da República já pagou mais de 2,66 milhões de euros em compensação do rendimento dos pescadores nacionais, pela interdição da pesca da sardinha. E há por esta Europa fora, por essa União Europeia, muitos planos dessa natureza, em que os pescadores são compensados pela perda dos seus rendimentos.

E já que estamos neste debate e há que prestar contas, é bom também não esquecermos que em março deste ano foi aprovada, nesta Casa, a



Resolução n.º 8/2016, apoiada também pelo Partido Socialista, não subscrita pelo Partido Socialista mas que foi aprovada por unanimidade, que recomendava ao governo Regional, no ponto número um: “ Defina e implemente, em articulação com a Universidade dos Açores e com setor, um plano de salvaguarda para as principais espécies demersais costeiras dos Açores, que procure a sua sustentabilidade à adequação da frota de pescas aos recursos marinhos disponíveis e simultaneamente assegure o rendimento da pesca”. Isso foi em março, nós estamos em setembro! Sr. Secretário Regional, o que é que foi feito pelo Governo Regional para dar cumprimento a esta Resolução, desta Casa, aprovada por unanimidade?

**Deputados Bruno Belo e António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tenho inscrita a Sra. Deputada do CDS-PP, Graça Silveira.

Tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Sra. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom... O Sr. Secretário quis fazer, aqui, um exercício que vai muito além da retórica, tentando comparar o que teria acontecido às pescas dos Açores, se existisse ou não existisse Governo. Eu aconselhar-lhe-ia a fazer um exercício bem mais interessante. O que é que aconteceria às pescas dos Açores, se em vez de um mau Governo e más políticas, tivéssemos tido um Governo com políticas assertivas e consequentes para as pescas? Porque no seu exemplo, quando diz: “Bruxelas queria baixar a quota do goraz para trezentas e poucas toneladas de captura anual e porque existia Governo Regional, conseguimos que a quota fosse de quinhentas e poucas toneladas”. Pois eu digo-lhe Sr. Secretário, se o Governo com as suas más políticas não tivesse delapidado os stocks, não obrigava Bruxelas a impor

medidas tão restritivas quanto estas, baixando a taxa de capturas para valores tão baixos. Bruxelas não fez isto porque é má e quer penalizar os Açorianos, Bruxelas fez isto como uma medida de precaução, perante factos evidentes de uma delapidação dos nossos stocks e os nossos stocks estão delapidados porque as políticas deste Governo nada fizeram para os proteger, quando havia dados claros e evidentes, desde 2000, que a continuação da captura e do esforço de pesca que se estava a fazer no goraz, era claramente irresponsável!

Depois vem dizer que os Açores estão protegidos em relação às questões do atum, porque Portugal tem assento no ICAT e que tem feito todo o esforço possível para proteger a questão da captura do atum nos Açores. Eu pergunto-lhe Sr. Secretário, o que é que isto quer dizer – esforço possível? Isto traduz-se em quê? Que medidas? O que é que se conseguiu aprovar? O que é que nós conseguimos com o nosso lóbi – fazer para proteger a captura do atum na Região?

Depois, em relação ao POSEI, diz que: “como todos nós sabemos, agora o POSEI Pescas passou a fazer parte do FEAMP”. O FEAMP já está operacional há imenso tempo, há praticamente um ano, porque é que ainda não foram pagos? Sim!! Porque é que ainda não foram pagos? Há um ano... há um ano que não é pago! Há um ano, depois da reestruturação, que não é pago!

Perguntei-lhe: “comprometeu-se com o Governo da República que tudo seria feito para ser pago em setembro, já começaram a ser pagos?” Não me respondeu! Ainda diz: “Os pescadores açorianos ficaram defraudados com a nova Portaria do POSEI Pescas, como?” Muito simples! E ainda sugeri que o comparasse com a Madeira. Pois eu explico-lhe Sr. Secretário, os pescadores açorianos, sempre que descarregam em lota, na Madeira,

perdem o apoio ao POSEI. Os pescadores da Madeira, quando descarregam em lotas dos Açores, não perdem! Portanto, acho que é muito clara, a forma discriminatória, como os pescadores açorianos estão a ser tratados! E eu pergunto-lhe: porque é que um pescador açoriano, quando descarrega o pescado numa lota da Madeira perde o apoio ao POSEI? Mais! Se for uma empresa açoriana a comprar o pescado, mesmo assim, perde o apoio ao POSEI. Porquê? Não me respondeu porque é que o patudo é a única espécie de atum que tem um apoio ao POSEI, no pescado fresco, ainda para mais com teto máximo de 400 toneladas/ano. Porque é que os pescadores açorianos se sentem defraudados? Eu penso que a resposta é clara! Mas provavelmente o Sr. Secretário tem uma leitura diferente que nos vai esclarecer.

E mais! Foi criado pelo seu Governo e por si próprio, Sr. Secretário, um grupo de trabalho para a reestruturação do setor das pescas do Açores. Portanto, o Governo assume que é necessário fazer uma reestruturação, nomeadamente ao nível da frota pesqueira. Porque é muito interessante nós vendermos para fora, que temos uma pesca sustentável, porque temos embarcações mais pequenas, porque temos técnicas de pesca muito mais amigas do ambiente... Mas o Sr. Secretário sabe e eu já lhe disse inúmeras vezes, que embarcações pequenas que não têm capacidade de se afastar da costa, têm um esforço de pesca acrescido junto à costa, onde nós temos quase todas as nossas espécies a desovar, o que constitui um risco adicional para os stocks. Mais! Deixamos uma área de pesca enorme, vulnerável, para que outros armadores com técnicas de pesca mais agressivas possam vir pescar. Pergunto: o que é que o Governo Regional fez, para proteger os pescadores açorianos, para poder defender que tem um sistema de pesca sustentável? Isso é muito bonito... agora, quais são as medidas que são

feitas e promovidas para compensar estas práticas de pesca mais sustentáveis, com riscos acrescidos? E se há dados científicos que avaliem esse esforço de pesca adicional junto à costa, em relação à sustentabilidade das nossas espécies?

Por último e em relação aos dados científicos... tem ou não tem dados científicos sobre dinâmicas de população? E não me venha dizer que vai discutir em novembro, a Bruxelas, com o argumento de que este ano se pescou mais goraz, porque todos nós sabemos que isso resultou do defeso que foi implementado no início do ano e, portanto, temos peixão a crescer e a dar origem a goraz, temos uma maior captura de goraz única e exclusivamente por causa disso! O que lhe pergunto é: aquilo que o Governo Regional andou a pagar para ter dados científicos que comprovem que a dinâmica das populações é sustentável e que nos permite renegociar uma quota mais elevada, o senhor tem ou não tem esses dados? Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Informo que V. Exa. já esgotou o seu tempo.

Tenho inscrita para o debate a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero aproveitar algum do tempo que ainda tenho, para colocar algumas perguntas concretas ao Sr. Secretário Regional.

Sabemos que a atribuição do POSEI Pescas está atrasada dois anos, penso que as inscrições abriram em finais de maio deste ano e tudo indica (indica digamos... o calendário, seja ele o calendário cronológico, seja ele o calendário eleitoral) que ele será atribuído em finais deste mês. Mas há um

problema! Há um problema que nos tem sido levantado pelos pescadores e que eu gostaria que o Sr. Secretário Regional esclarecesse. Por exemplo, um armador/pescador que não exerceu a faina no ano de 2015 e não a exerceu, por exemplo, porque teve problemas na sua embarcação, imaginemos ao nível do motor. Porque não tinha POSEI não pôde fazer a recuperação do motor e, portanto, não exerceu a faina durante o ano de 2015, mas exerceu a faina durante o ano de 2014. Chegamos a 2016 e o Governo Regional aparentemente diz a estes armadores/ pescadores que eles não têm direito a receber o POSEI do ano 2014. Mas porquê, Sr. Secretário Regional? Porque é que não têm direito a receber do ano 2014, se foram à faina e trabalharam durante esse ano? Só interromperam no ano 2015 porque não tinham apoio! Porque o POSEI não foi pago, não tinham apoio para fazer a recuperação das suas embarcações! É estranho, porque o Bloco de esquerda desconhece qual é a regra, qual é a lei, qual é a portaria que permite este tipo de interpretação - em 2014 estes armadores/ pescadores não têm direito a POSEI!

Depois, repito-lhe a pergunta que já tinha formulado da tribuna, que é a seguinte e o Sr. Secretário Regional também ainda não respondeu: o Governo Regional já avaliou o esforço das atividades extrativas sobre os recursos biológicos, realizado por todos os operadores marítimos e de terra, quando as descargas indicam que as capturas são cada vez menores porque existem cada vez menos recursos piscícolas? Porque é que eu repito esta pergunta, Sr. Secretário Regional? Porque sem se fazer este levantamento e esta avaliação é impossível elaborar qualquer política estratégica para o setor das pescas! Está tudo pendurado ao nível das decisões por este levantamento e, portanto, volto a lhe perguntar: está feito ou não está feito, de tal forma que permita diminuir o nível de esforço da pesca, fazer a

reconversão da nossa frota e criar períodos de defeso compensados? Quanto mais não seja, compensados pelo Fundopesca, porque o Fundopesca permite essa compensação!

A formação profissional de que nível e qual? Diz o Sr. Secretário que este ano houve, pois houve! Mas há quanto anos é que não havia?

**Deputado Francisco César (PS):** Ah! Então é essa a dúvida?

**A Oradora:** Terceira pergunta... Ó Sr. Secretário, tenho que lhe fazer a pergunta! Este ano houve, ano da salvação. Mas quantos anos é que não houve? Desde quando é que não havia formação? É que esta pergunta e esta resposta também são importantes!

Outra pergunta, Segurança Social... os nossos pescadores continuam fora da Segurança Social! Estão sem direito a pensões de doença e com uma reforma absolutamente indigna! E porquê, Sr. Secretário Regional? Porque não têm contratos de trabalho! Porque não têm contratos de trabalho, não são trabalhadores, não existem! Nós já tivemos o proletariado, já tivemos e temos o precariado, agora temos o ocupariado e depois temos os pescadores, que não têm coisa nenhuma e não são coisa nenhuma, porque nem trabalhadores são porque não têm contrato! E, portanto, a pergunta é: depois de tanta promessa e assunção de compromissos, Sr. Secretário Regional, para quando os contratos de trabalho para os nossos pescadores? Para quando o cumprimento da lei na Região Autónoma dos Açores?

Finalmente, última pergunta. A paragem temporal da atividade da pesca, para o Bloco de Esquerda, deve beneficiar de apoios financeiros atribuídos aos pescadores que param a sua atividade e este apoio das duas, uma: ou vem dos fundos da União Europeia, ou vem do orçamento da Região. Não há uma terceira possibilidade! A pergunta é: onde é que o Governo Regional pensa ir buscar, de facto, estes apoios que permitam aos nossos

pescadores fazer as paragens no tempo e nos momentos em que cientificamente o devem fazer, para dar possibilidade à renovação dos recursos piscatórios? Onde é que o Governo Regional vai buscar esse dinheiro, porque aparentemente não o tem? Bem..., mas se não o tem, então a pesca está completamente condenada na nossa Região! Das duas, uma: ou é pesca, ou são os pescadores. E normalmente é sempre o elo mais fraco, Sr. Secretário Regional, é isso que a história deste Governo Regional nos tem ensinado, que o elo mais fraco na cadeia da pesca é sempre o pescador! Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Ávila. Tem a palavra.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Eu peço para intervir nesta altura, porque queria lamentar o facto do Sr. Deputado Luís Garcia ter afirmado que eu teria dado alguns valores incorretos e o Sr. Deputado Luís Garcia, para provar isso, mostrou um gráfico em que o preço médio até descia. Sr. Deputado Luís Garcia, eu já reparei que o senhor gosta muito de trabalhar com números...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** São os vossos números!

**O Orador:** ... e gosta muito de analisar números, especialmente os números dos outros. Agora, esqueceu-se de uma coisa muito importante! Nesse documento que o senhor tem aí, à sua frente, tem dois gráficos: um que tem o preço médio de tunídeos (só tunídeos) e no outro tem as outras espécies. Portanto, Sr. Deputado Luís Garcia, o senhor tentou trazer aqui uma imagem de que eu teria errado no preço médio. O senhor está

equivocado! Realmente o preço médio subiu. O preço médio do pescado, nos Açores, subiu desde 2012 de 2,86 até aos atuais 4,17, fechados no dia 31 de agosto! Sr. Deputado Luís Garcia, o senhor pegue num valor e divida pelo outro e vai reparar... estão aí dois gráficos, Sr. Deputado, o da direita que o senhor quis mostrar e que diz estar sempre a descer só tem – outras espécies! Não tem os tunídeos!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Outras espécies?

**O Orador:** Não tem os tunídeos! O senhor soma os dois e depois faça a diferença! O senhor quis enganar, aqui, esta Casa!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Onde é que eles estão?

**O Orador:** O senhor quis enganar esta Casa! Isso não se faz! Isso não se faz!!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo)*

Ó Sr. Deputado, eu tenho o trabalho (e às vezes engano-me, como é normal) de ver estes números, até por ilha e aconselhava-lhe também a ver da sua ilha, que da sua ilha o senhor deve ter orgulho. Na sua ilha, por exemplo, em 2012, o preço médio era 3,04, neste momento é 4,10. Portanto, até na sua ilha também esse valor tem vindo a crescer! Mas, Sr. Deputado, o que é lamentável é o senhor não conseguir deixar a tentação de pegar parcialmente em números e pô-los cá para fora como fossem os números verdadeiros! Sr. Deputado, isso não se faz! Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições, sendo assim, o nosso Regimento...



Sr. Secretário Regional, faça o favor, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Brito e Abreu*): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Luís Garcia, eu gostaria de dizer que me parece que o seu discurso estava pré-escrito. Parece-me de uma injustiça extrema dizer que o Governo está em negação e por isso deve ser substituído, pintando um cenário cor-de-rosa.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não estava!

**O Orador:** Lamento, a minha intervenção não foi, de todo, nesse sentido, eu estou pronto para ser substituído a qualquer momento, mas julgo que é injusto sê-lo por me acusarem de estar em negação, ou de dizer que os pescadores são ricos. Não disse tal coisa em nenhuma das minhas intervenções iniciais!

Nós estamos efetivamente a pescar menos e a vender melhor! O gráfico que V. Exa. mostrou e que já foi comentado pelo Sr. Deputado José Ávila, foi preparado para um documento que foi publicado em abril de 2015 e, portanto, não tem os dados do ano 2015. Se olhar para o que aconteceu em 2015 e comparar com o que aconteceu em 2014, há de facto uma valorização do pescado vendido nos Açores, o volume de vendas em lota foi superior no ano 2015 ao de 2014 e o volume total de pescado foi inferior no ano de 2015. E a diferença não é grande o suficiente para poder acusar apenas a lei da oferta e da procura, para justificar esta valorização. Há de facto uma tendência estrutural para o pescado valer mais dinheiro!

Sobre cruzeiros de demersais (e as perguntas, julgo que me foram dirigidas pela Sra. Deputada Graça Silveira) queria esclarecer (o que já fiz julgo que em Comissão, mas faç-o agora para todos os que nos estão a ouvir) que o

cruzeiro de demersais tem uma série temporal de cerca de vinte anos e é apenas um de vários instrumentos científicos e estudos que fazemos com o Departamento de Oceanografia e Pescas, para acompanhar a situação das pescas. Temos depois todos os dados de descarga, o Plano Nacional de Recolha de Dados...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Tem ou não tem dados?

**O Orador:** A resposta é sim! Já lhe dei a resposta! Será sim na mesma se me perguntar mais uma vez! Respondo-lhe sim, temos dados, foi feito um cruzeiro de demersais este ano, não estão tratados ainda porque o cruzeiro acabou há pouco tempo. O que é que aconteceu em 2014 e 2015? Não foi por falta de disponibilidade orçamental que não foi feita, foi indiretamente no ano de 2015 e explico-lhe porquê.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E os outros não são reconhecidos!

**O Orador:** O cruzeiro é feito todos os anos no mesmo mês, só assim os dados são comparáveis e úteis para este propósito. No ano 2014, o navio de investigação (Arquipélago) teve uma avaria e teve que ir para estaleiro, precisamente na altura em que seria feito o cruzeiro. Foram feitos outros estudos relevantes para a pescaria de demersais nos Açores, mas nesse ano não foi possível fazer o cruzeiro e ficamos sem um ponto de dados na série temporal de vinte anos. No ano de 2015 tivemos, como sabem, uma reestruturação na Universidade dos Açores e a conta que nos foi apresentada, depois de um orçamento aprovado aqui, foi o dobro!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E a culpa é de quem? É do Governo!

**O Orador:** Sim, foi por razões orçamentais! Não estava orçamentado no orçamento que passou nesta Assembleia, o valor que era o dobro para fazer isto e, portanto, não foi possível protocolar com a universidade a tempo de

se realizar o cruzeiro em 2015. O assunto está resolvido e os cruzeiros estão a ser realizados! Portanto, pedia que desmistificassem, de uma vez por todas, a ideia de que o Governo decidiu poupar dinheiro em estudos científicos. Este ano já pagamos mais de um milhão de euros ao DOP, no ano passado transferimos mais um milhão de euros também para vários estudos, parcerias, que é dinheiro muito bem investido! E, portanto, este Governo, que não seja também pelo facto de ter mar e ciência na mesma Secretaria, tem o máximo empenho em não poupar dinheiro em estudos científicos, no que diz respeito às pescas!

Compensação dos pescadores em paragens biológicas, o argumento é sempre o mesmo - é possível fazê-lo! Quando lhes mostramos que não é possível fazê-lo sem danificar os interesses da Região, revelando erradamente que há uma emergência no stock do goraz (emergência – situação de pré-colapso),...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Mas a emergência não é no stock dos gorazes! É em todos!

**O Orador:** ... que não é o que se passa! Sem isto então a resposta é muito simples, vai-se buscar o dinheiro a outro sítio! Porque não ao Fundopesca? Esqueçamos, vamos buscar dinheiro ao orçamento da Região! Qual é a diferença? É muito simples, digam que aspetos do nosso orçamento das pescas é que não devem ser financiados? Porque um euro de verbas participadas que podem ir ao FEAMP não vale o mesmo se tiver no Fundopesca sem participação, vale muitíssimo menos! Portanto, expliquem-me! É o entreposto frigorífico de Ponta Delgada? É o porto de pescas de Rabo de Peixe? É a oficina de reparação de embarcações da Praia da Vitória? Que obra é que não fariam, para pôr dinheiro para pagar a

pescadores, para não pescarem durante um mês e meio ou, na proposta do Bloco de Esquerda, dois meses? É isto que peço que me digam!

Porque é que é ilegal no Açores e não é ilegal no continente com a sardinha? Porque a sardinha está em colapso! O Estado Português assumiu o que nós não assumimos na Região para o goraz e é por isso que se pode pagar na sardinha. Agora, recomendo às Sras. e Srs. Deputados, que perguntem aos pescadores de sardinha, do continente, se estão contentes com esta ideia! Correu bem? Correu bem a experiência de pôr os barcos em terra, não pescarem e receberem os valores que a União Europeia permite pagar a esses pescadores? Não correu bem! Porque de facto esta opção obriga o barco a ficar varado. Bem sei o dano que causa a um palangreiro não poder pescar goraz durante um mês e meio, mas tem que estar o barco em terra para poder mobilizar isto. A frota para, um barco que seja sujeito a este tipo de efeito não pode pescar outras espécies, tem que estar parado. E aqui os pescadores ao menos têm rendimento pescando outras espécies.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Quais outras espécies?

**O Orador:** Aproveito esse propósito para anunciar que hoje mesmo foi publicada, no Diário da República, uma Portaria que reabre a pescaria acessória de alfonsim, nos Açores. Que é uma boa notícia para os pescadores de palangre dos Açores e que foi resultado...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas a pesca do goraz não é seletiva! A quem é que o Sr. Secretário pensa que vai enganar?

**O Orador:** ... de uma diligência do Governo Regional e da Federação das Pescas junto do Ministério do Mar, há poucas semanas. Boa notícia para as pescas nos Açores, começa a partir de amanhã descarga de alfonsim nas nossas lotas!

Voltaram a perguntar-me sobre o POSEI Pescas. Em primeiro lugar porque é que está atrasado. Sra. Deputada Graça Silveira, a regulamentação comunitária passou, tarde e a más horas, em dezembro de 2015.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sim, praticamente!

**O Orador:** E não será um ano como está a dizer, pelas minhas contas estamos em setembro (não há um ano sequer que está aprovada a resolução), mas isto é o primeiro passo, de vários passos, para se poder pôr dinheiro na cota dos nossos pescadores. É preciso regulamentação Nacional, como muito bem sabe, que é aprovada pelo Governo da República. É preciso...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Já pagou ou não pagou setembro?

**O Orador:** Não, não pagou setembro.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah! Não pagou!

**O Orador:** Estamos tudo a fazer para pagar o mais depressa possível, como já lhe disse! Começarão em setembro? Estou convencido que sim! Falhando algum sistema informático ou outra falha que não dependa do Governo Regional, não posso garanti-lo, mas que tudo está a ser feito, tudo está a ser feito! Sabe bem que não há responsabilidades regionais nesta matéria e que tudo tem sido feito, com a rapidez máxima, pelos nossos serviços e os pescadores bem o sabem.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Secretário, não sabia que na Região havia pesca seletiva para o goraz!

**O Orador:** Aliás, houve até um adiamento pedido pelas associações de pescadores para terem forma de prepararem as suas candidaturas.

Pergunta-me, Sra. Deputada Zuraida Soares, sobre que análise é que está a ser feita do esforço de pesca versus os recursos. Há ou não há uma análise?

De facto, qualquer estratégia para reestruturar o setor, a longo prazo, depende precisamente dessa comparação.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E o POSEI para os pescadores que descarregam na Madeira?

**O Orador:** Que artes é que devem ser abatidas? Que pescadores é que têm de ser incentivados? Como é que se certificam pescarias? A resposta é sim! Está a ser feito, houve uma Resolução (também me perguntaram precisamente nesse sentido, de como reestruturar o mais rapidamente possível, perguntou-me o Sr. Deputado Luís Garcia), o grupo de trabalho que foi designado, não por mim como foi dito, mas pelo Sr. Presidente do Governo Regional, está a trabalhar, inclui um representante da Universidade dos Açores e a análise que está a ser feita (não está apresentada ainda, mas está a ser processada e como entenderão demora algum tempo) é pegar na nossa frota, que são cerca de seiscentas embarcações e uma a uma, analisar o histórico de descargas, o número de tripulantes que tem a bordo, as artes que estão licenciadas e ver que estratégia pode ser desenhada para, causando o mínimo impacto social possível...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Quando é que esse gráfico fica pronto?

**O Orador:** Estará pronto o mais depressa possível! Está a ser preparado, não está sob o meu controlo nem tenho um calendário próprio para isso, mas como calculam, pela dimensão da tarefa, não é um assunto que, como a Resolução foi elaborada em março, a resposta estaria pronta a tempo das eleições, ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mas há um calendário!

**O Orador:** ... ou rapidamente, ou com outros calendários que não os calendários próprios do estudo científico. Há o trabalho que está a ser feito com toda a seriedade por quem foi nomeado para o grupo.

A formação dos pescadores, Sra. Deputada Zuradia Soares. Este Governo organizou vários cursos de formação! E os níveis (perguntou-me quais eram os níveis) foram: cursos de pescador para cédula de pescador e nas ilhas em que houve procura, cursos de arrais. E este esforço está a ser feito em todas as ilhas! Continuará, como sabemos, um novo ciclo logo que possível e, portanto, parece-me de uma injustiça grande dizer: “não há formação!”. Eu respondo-lhe: há formação e digo-lhe que cursos foram feitos!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Houve formação! Agora não há!

**O Orador:** E diz-me: “Ah..., mas não havia há muito tempo!” Assim não vamos a lado nenhum! Bom..., há formação! Está a continuar a haver à medida que está a ser pedido por associações de cada ilha.

O último aspeto que queria referir é os contratos de trabalho da pesca, que foi também uma prioridade política deste Governo.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E POSEI para os pescadores que descarregam na Madeira?

**O Orador:** Já respondi à questão do POSEI! Já respondi há pouco mas volto a repetir: não há nenhuma novidade em relação ao POSEI do Quadro Comunitário anterior. Antes não havia nenhuma compensação por descarga na Madeira, por razões simples, o objetivo do POSEI é compensar à região ultraperiférica, onde essa pesca ocorre, os custos acrescidos do pescador.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Então como é que a Madeira descarrega nos Açores e consegue receber?

**O Orador:** Não é um subsídio aleatório que podemos entregar ao nosso belo prazer! E no caso dos Açores, nunca foi pago POSEI por descargas na Madeira. Não foi assim antes, não foi! A única diferença do que foi feito neste caso e que dá um passo nessa direção, é que embarcações açorianas que agora descarreguem na Madeira e vendam a uma firma açoriana, para todos os efeitos, conta como se tivesse sido uma venda nos Açores. Não era assim no passado e passou a ser agora!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não, não! Só se for uma conserveira!

**O Orador:** Esta é a única diferença!

Contratos de trabalho, já referi que é uma prioridade, foram feitas sessões de esclarecimento com pescadores. Como sabe muito bem a Sra. Deputada Zuraida Soares, se fala com os nossos armadores, há uma cultura muito adversa e há um trabalho que tem que ser feito gradualmente. Está a ser feito com bons resultados e há ainda um incentivo que está a ser estudado agora para, ainda no decorrer desta legislatura, darmos mais um passo para além das sessões de esclarecimento, que continuarão estando uma marcada para a ilha das Flores, ainda no mês de setembro, e tendo sido realizadas em outras quatro ilhas sessões com bastante sucesso e interesse por parte dos armadores. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, houve uma pergunta que ficou por responder que eu considero importante e provavelmente a nossa comunidade de pescadores também. É ou não é verdade que o Governo informou que não



atribuirá o POSEI Pescas aos pescadores/ armadores, ou aos armadores/ pescadores, que não laboraram, não foram à faina, durante o ano de 2015 e que por esse facto não receberão apoio correspondente ao ano 2014? É importante porque é grave! E continuo a dizer: o Bloco de Esquerda desconhece qual é a base legal para esta decisão do Governo Regional!

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

O Sr. Deputado do PSD Luís Garcia tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma nota para uma ausência de explicação, por parte do Sr. Secretário Regional, da falta de uma resposta a um requerimento do PSD Açores, há 222 dias.

**Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):** Já está respondido!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Já confirmei! Já foi respondido!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Foi respondido dentro dos 60 dias? Diga lá!

**O Orador:** Em segundo lugar, também ficamos a perceber que da Resolução aprovada aqui, nesta Casa, em março, pouco ou nada foi feito! Conversa!

Sr. Deputado José Ávila, há uma coisa que eu nunca faço - enganar esta Casa! Eu mostrei estes dois gráficos que estão aqui lado a lado e, portanto, é impossível enganar! Eles estão aqui! O que é verdade é que em relação ao preço médio dos tunídeos, esse preço tem subido. Em relação às outras espécies, esse preço tem diminuído.

**Deputado José Ávila (PSD):** Mas não foi isso que o senhor disse!

**Orador:** Dados de 2010 a 2014. Está aqui clarinho e, portanto, não me venha acusar de enganar porque esse não é o meu estilo de atuação na vida, nem na política!

**Deputado José Ávila (PSD):** O senhor faltou à verdade aqui!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado... eu não ia por aí! Esse caminho, o senhor vai percorrê-lo sozinho porque não vai ter a minha companhia!

Ó Sr. Deputado, era o que mais faltava! Com tão pouco peixe que se pesca, o preço ainda diminuir! É a lei da oferta e da procura!

**Deputado Francisco César (PS):** Mas há bocado o senhor disse precisamente o contrário!

**O Orador:** Desce a quantidade, o que seria absolutamente anormal é que o preço não subisse! Mas o que é verdade é que nos primeiros sete meses deste ano houve uma quebra de 30% na pesca açoriana. O que é indesmentível é que, dados do Serviço Regional de Estatística nos primeiros sete meses deste ano, houve uma quebra, do total de pescado, de 30%, de janeiro a julho, comparado com o mesmo período do ano passado e mesmo assim o valor do pescado também decresceu 7,6%. Isto são dados (não são meus Sr. Deputado) do Serviço Regional de Estatística e isto é que demonstra bem a situação de aflição em que vive o setor!

Ó Sr. Secretário, a questão de onde é que se vai buscar o dinheiro para compensar... é uma questão de prioridades Sr. Secretário!

**Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):** Exatamente!

**O Orador:** É uma questão de prioridades! É uma questão de um Governo e de um Partido Socialista que diz que as pessoas estão sempre primeiro. Há que pôr isso em prática! Olhe, não fazíamos por exemplo uma Casa da

Autonomia, encaminhávamos esse dinheiro para compensar, justamente, os pescadores por essa perda de rendimentos!

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor não vai falar no Sócrates!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! Agora é no Costa!

**O Orador:** Relativamente à formação, ó Sr. Secretário, ela pode continuar a existir, mas a verdade é que ela não é adequada nem é suficiente. Posso mostrar mais um gráfico!

**Deputado André Bradfrod (PS):** Fale da escola do Mar!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso!... Se ele fosse esperto já tinha falado! É um verdadeiro embuste! A Escola do Mar é um escândalo!

**O Orador:** Esta primeira coluna que aqui está tem as verbas inscritas na anterior legislatura para a formação nas pescas – um milhão e quatrocentos mil euros; esta coluna que aqui está tem as verbas inscritas para esta legislatura para as pescas – quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros. Acho que não preciso dizer mais nada quanto à prioridade que os senhores dão, relativamente à formação num setor em que ela é tão necessária, desde logo para a qualificação mas também para a dignificação destes profissionais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E a Escola do Mar? Houve um diretor a ganhar milhares de euros e a escola não existia!

**O Orador:** Pois, e não vamos falar da Escola do Mar porque essa então... já devia estar a funcionar Sr. Deputado!

**Presidente:** Agradecia que se reunissem as condições para o Sr. Deputado Luís Garcia continuar a sua intervenção.

Faça favor Sr. Deputado.

**O Orador:** Ó Sr. Secretário, há uma outra questão que eu lhe quero colocar e agradeço que responda às nossas questões (já ficou o requerimento sem

resposta, os planos de salvaguarda sem resposta). Devem vir a caminho mas demoram...

**Deputado André Bradford (PS):** O requerimento já foi respondido!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quanto é que custou o Diretor da Escola do Mar, sem ela existir?

**O Orador:** Agora, há uma questão que quero colocar neste debate e gostaria de uma justificação da sua parte ou de quem tutela o setor empresarial Regional. O relatório de contas da Lotaçor e da fábrica de Santa Catarina revelaram que estas empresas devem à Segurança Social 2,1 milhões de euros. Diz o seguinte: “Os montantes classificados como não correntes, referentes à contribuição para a Segurança Social, a liquidar a médio e longo prazo, no âmbito do Plano Prestacional estabelecido com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, por via deste acordo, as empresas em causa com um total de 336 trabalhadores vão transferir anualmente para a Segurança Social, até 2028, prestações que variam entre 203 e 212 mil euros, para saldar as dívidas referentes ao ano de 2015, acrescidas...” (sublinho) “...de um total de 771 mil euros de juros”. Como garantia de pagamento as empresas públicas em causa tiveram de avançar com a hipoteca de imóveis. No caso da Lotaçor foi hipotecado o edifício sede em Ponta Delgada, ao passo que a fábrica de Santa Catarina hipotecou a unidade fabril da Calheta, na ilha de São Jorge. O relatório de contas consolidadas das quatro empresas (Lotaçor, Santa Catarina, Campanha e Espada Pescas) revela também um prejuízo de quase 3,9 milhões de euros na gestão financeira, em apenas um ano. Ó Sr. Secretário, está tudo bem? Porque é que isto acontece?

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado Luís Garcia.

Tem a palavra de imediato o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Luís Garcia, o Sr. Deputado pode vir agora tentar confundir as pessoas, mas de facto não foi isso que o senhor disse! O senhor, reagindo à intervenção que eu tinha feito relativamente ao preço médio do pescado (o total do preço médio do pescado) pago na Região, contrapôs com um gráfico em que os valores eram precisamente ao contrário e senhor esqueceu-se de dizer que aquele gráfico era incompleto! Foi isso que se passou nesta Casa! E o senhor tem que assumir que se enganou! Tem que assumir que se enganou!!

**Deputados José Contente e André Rodrigues (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E era bom que o senhor, quando quisesse fazer uma leitura dos gráficos dos outros, tivesse um pouco de mais cuidado!

Relativamente à questão da dignificação do setor da pesca, eu queria dizer às Sras. e Srs. Deputados que, de facto, ela tem vindo a ser implementada nos últimos anos e sobre esta matéria a história mais recente não nos deixa enganar. Foi a construção dos portos de pesca, a instalação das gruas ...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Já faltava cá essa!

**O Orador:** ... e os portos de varagem. Ó Sr. Deputado, isto é muito importante! Isto é muito importante e vou-lhe explicar porque é! É porque quando o PS chegou ao Governo não havia um único porto de pesca seguro nesta Região!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não havia mar!!!

**O Orador:** E foi preciso começar do zero! E o senhor sabe que, ainda por cima, no seu tempo, 25% das embarcações nem motor tinham! O senhor

tem que ver de onde é que o PS partiu, tem que ter isso em atenção! Também quero referir que a construção das casas de aprestes veio dar melhores condições de trabalho e mais eficiência a este setor.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Também não havia!!!

**O Orador:** Havia quatro ou cinco, Sr. Deputado, agora há trezentas e não sei quantas! As condições de habitabilidade (e esta parte também é muito importante) nas embarcações, trouxeram mais conforto e mais dignidade aos trabalhadores da pesca.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso também é verdade!

**O Orador:** A criação de infraestruturas de apoio, como as lotas (quantas é que havia em 96?), a produção de gelo (quantas máquinas de produção de gelo havia?), ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não havia gelo!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não havia gelo, porque não havia água!

**O Orador:** ... trouxeram melhores condições de valorização do nosso pescado. E outra coisa muito importante, os apoios que se dão na exportação dos nossos produtos da pesca deram outra valorização a esses mesmo produtos.

Queria referir isto aqui, foi falado há pouco tempo, que por exemplo a criação de uma linha dedicada na Sata para tentar resolver os problemas relativamente aos transportes, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é para um avião cargueiro! A SATA não resolve nada!

**O Orador:** ... porque os problemas nos transportes existem! Mas eu queria explicar uma coisa, isso já foi falado aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (não está na sala neste momento) e pelo Sr. Deputado Luís Garcia, que existiam alguns problemas relativamente à exportação. É verdade que

existem alguns problemas e também tenho que assumir que se calhar vão existir sempre, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não!

**O Orador:** ... mas eu queria referir que os problemas que existem nos transportes devem representar talvez 2% do total dos transportes. Nós temos que valorizar aqui também os 98% que correm bem!

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Relativamente a estas questões, eu tenho que dizer (e é claro que nem todos vão concordar comigo) que muito tem sido feito ao longo dos últimos anos, relativamente a este importante setor que representa 20% das nossas exportações. Também queria referir aqui e ressaltar que todas as alterações que têm sido feitas nos últimos anos e tudo o que tem sido feito neste setor, tem sido combinado e planeado com os parceiros sociais. Este é um dado muito importante!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Ui!... Têm medo!

**O Orador:** No entanto, vamos ao que interessa! A Srs. Deputada Zuraida Soares já falou aqui e eu vou também fazer essa pergunta. Eu sei que a questão... não está tudo feito, não está tudo feito... E há uma das questões que tem sido falada nos últimos anos e que hoje também já foi falada aqui, que é o caso dos contratos de trabalho. Eu queria perguntar ao Sr. Secretário o que é que já foi feito relativamente a este importante assunto, que tem a ver com a estabilidade de uma classe? Queria saber o que é que já foi feito até este momento? E queria, Sr. Secretário, que me dissesse o que é que vai fazer nos próximos tempos relativamente a esta matéria? Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Queria informar a Câmara da presença nas galerias dos Srs. e Sras. Membros da Comissão Nacional de Eleições.

Um cumprimento especial.

*(Aplausos da Câmara)*

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Comunista Português. Aníbal Pires.

Tem a palavra Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao setor das pescas, digamos que já foi feito aqui o diagnóstico ou está a ser feito o diagnóstico e há, de facto, aqui um dado muito preocupante. Falou-se aqui na diminuição de 30% do valor do pescado, nos primeiros meses deste ano, mas isto equivale a uma outra situação que, de facto, diz bem do dramatismo que vivem os pescadores - é que nos primeiros meses deste ano, a soldada média que os pescadores auferiram foi de 56 euros! 56 euros soldada média! E isto... estamos a falar de alguns milhares de pescadores, cada um desses pescadores tem uma família à sua conta, à sua responsabilidade, está associado a uma família. E a verdade é que esta questão não pode ficar ao lado das nossas preocupações! É preciso encontrar rapidamente uma solução para que situações como estas se evitem! Sabemos do problema dos stocks, também sabemos qual é a origem da diminuição dos stocks, mas a prioridade das prioridades é encontrar uma forma de compensar e de garantir rendimento e dignidade a estes trabalhadores do mar! Aos pescadores que, como acabei de dizer, nos primeiros meses deste ano auferiram uma soldada média de



56 euros! Isto é vergonhoso! Isto é indigno! Há vários níveis de responsabilidade relativamente à crise no setor e aos problemas das pescas na Região Autónoma dos Açores, mas a verdade é que a génese do problema, a raiz do problema, foi a aceitação, a crítica por parte do nosso País e da Região, daquilo que foram ou são as Políticas Comuns de Pesca. Os estados mais poderosos, mas sem um território marítimo significativo impõem os seus interesses aos países costeiros, com uma grande linha de costa e com uma Zona Económica Exclusiva muito alargada. E essa é efetivamente a génese do problema e não podemos discutir isto sem atribuir as responsabilidades a quem o aceitou! E quem o aceitou foi o PS! E quem o aceitou foi o PSD! Que aceitaram estas condições impostas pela União Europeia, que se submeteram, como disse, aos interesses dos países mais poderosos da União Europeia, sem território marítimo significativo, mas que impuseram essa vontade aos países como é o caso de Portugal. E, portanto, podem as bancadas do PSD e do PS, fazer um joguinho de ping pong entre o Deputado José Ávila e o Deputado Luís Garcia, mas V. Exas. têm iguais responsabilidades! Isso não desculpa que o Governo Regional e o Partido Socialista não tenham tido, não tenham sido ou deviam ter adotado uma atitude de defesa da Região Autónoma dos Açores e das particularidades que tem a nossa Região, fazendo uso daquilo que nos diferencia dos outros estados (e que até está instituído no tratado da União Europeia), que é o Estatuto de Região Ultraperiférica que nos está conferido no Tratado da União Europeia! Instrumento que não tem sido devidamente utilizado, nem neste setor, nem noutros setores, para proteger os nossos recursos, para proteger os nossos direitos a produzir! E isso não foi feito também aqui na Região por inércia do Governo Regional, por inércia do Partido Socialista! Mas eu volto ao início da minha intervenção,

quem é que tem de garantir rendimento aos pescadores que viram os recursos naturais serem delapidados pelas frotas estrangeiras? Quem impôs esta política? Quem delapidou os nossos recursos? E, portanto, isso tem de ser exigido, essa compensação tem de ser exigida à União Europeia e a quem impôs esta política de pescas, que delapidou os nossos recursos piscícolas! E, portanto, Sr. Secretário, o desafio é esse e escusamo-nos de andar aqui a esconder atrás de se há mais casas de apresto, se a frota é assim, se a frota é assado... Porque a génese, a raiz do problema é essa e enquanto nós não assumirmos isso, não passamos desta discussão em círculo! Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado Aníbal Pires.

Estamos a atingir as 13 horas, mas antes queria aproveitar esta ocasião para agradecer aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas e aos Srs. Membros do Governo, é por estimosa colaboração nas minhas funções de Vice-Presidente, nesta legislatura.

Foi uma honra servir os açorianos, as açorianas e as pessoas que optaram por viver nos Açores.

Queria também desejar a todos, bons projetos e sucesso nas suas ações políticas.

Um bom almoço para todos.

*(Aplausos da Câmara)*

*Eram 13 horas e 01 minutos.*

**Presidente:** Muito boa tarde a todos.

*Eram 15 horas e 23 minutos.*

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições antes de passar a palavra para o encerramento da interpelação.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Aqui para nós, debater as questões das pescas é sempre oportuno e é sempre importante. Ter esta possibilidade é ter uma oportunidade para receber contributos para a política de pescas na Região Autónoma dos Açores. Infelizmente não foi isso que aconteceu, ouvimos tão só um bota abaixo do costume que só o momento de pré-campanha eleitoral o justifica. O PSD teve neste debate uma oportunidade histórica, quiçá a última, para escrever alguma coisa sobre pescas nas páginas em branco do seu documento orientador e também colocar na sua página da internet mais algumas propostas, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... além daquelas duas que lá estão, perfeitamente desatualizadas. Eu digo que este momento foi um excelente momento, mas para o maior partido da oposição foi, de facto, uma oportunidade perdida. E percebemos que além da utilização dos números de uma maneira enviesada, o que veio aqui o PSD dizer foi mais do mesmo. Veio dizer que a frota está sobredimensionada, mas é incapaz de dizer aqui, olhos nos olhos, que barcos abatia e como é que fazia a reestruturação da frota. Nunca cheguei a perceber se esta reestruturação seria nos barcos mais

pequenos, ou nos barcos de meio porte, ou nos maiores e isto é muito importante para se perceber o que é que um partido pretende fazer no futuro!

Também ouvimos o habitual queixume relativamente à falta de formação, mas esse queixume, também vezeiro, foi rebatido pelo Sr. Secretário Regional e ficou provado que aquilo que o PSD quer, afinal já está a ser feito. Por isso estas questões que deixo aqui no ar.

Era bom, Sr. Deputado Luís Garcia, quando viesse a debate que nos esclarecesse, porque é importante saber onde estão e para onde querem ir! Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Garcia, dispõe de cerca de um minuto.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É muito curioso assistir a esta intervenção do Sr. Deputado José Ávila, que insiste em tentar perceber quais são as propostas do PSD.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas não é só ele, nós também!

**O Orador:** E a persistir num erro... Ó senhor deputado, vou-lhe dar um conselho, eu sei que o senhor já foi à página do PSD, volte lá! Se calhar já tem algumas novidades! E vão aparecer mais novidades! Mas há novidades incríveis da vossa parte!

**Deputado Francisco César (PS):** Imagine se nós não tivéssemos dito nada!

**O Orador:** Ficam muito claras as vossas responsabilidades neste debate! Os problemas que o setor das pescas hoje atravessa devem-se à responsabilidade de 20 anos de políticas erradas e opções erradas do Partido Socialista!

**Deputado Francisco César (PS):** Soluções!

**O Orador:** E o Partido Socialista é verdadeiramente incapaz de dar a volta a esta situação, porque ir ao vosso programa eleitoral, ou suposto contributo para o programa eleitoral, (há coisas fantásticas!), os senhores continuam a prometer mais planos e mais planos (é que eu também fiz o trabalho de casa, também fui ver o vosso programa! E sabe o que lá propõe?).

#### **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos**

**Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Oh, senhor, isso não é o programa!

**O Orador:** Olhe! Elaborar e executar um plano de ação para a sustentabilidade, a médio e longo prazo, do setor das pescas Regional (mais um plano!);

**Presidente:** Agradeço que termine Sr. Deputado.

**O Orador:** Criação de um plano específico de promoção de produtos da pesca (mais um plano!);

#### **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos**

**Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Mas isso não é o programa!

**O Orador:** Elaborar e executar um plano de ação para o desenvolvimento da aquicultura sustentável nos Açores (mais um plano!).

Portanto de plano em plano, os senhores levam o setor para o colapso e, portanto, está na altura efetivamente (e este programa eleitoral, esses contributos também assim o provam) ...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas isso nem é o programa!

**O Orador:** ... de V. Exas. serem substituídas, porque são incapazes de dar a volta aos problemas que as vossas políticas erradas criaram.

**Voices de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Deputado Francisco César (PS):** Mas isso nem é o programa!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Informo a Câmara que está nas galerias um antigo deputado desta Casa, José Manuel Nunes, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

*(Aplausos da Câmara)*

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há aqui algumas questões sobre as quais se aguarda que o Sr. Secretário Regional da tutela possa dizer ou acrescentar mais alguma coisa àquilo que já foi dito. Não só da intervenção que eu fiz antes do encerramento dos trabalhos do período da manhã, mas também de outras bancadas, designadamente da bancada interpelante, que estão por responder.

E a verdade, Sr. Secretário, é que era bom que nós pudéssemos perceber como é que se vai resolver o problema do setor. Desde logo a questão do rendimento? A questão da formação? A questão da gestão dos stocks?

Enfim... a frota? Que posições é que se vão tomar no contexto da União Europeia? E, portanto, há aqui um conjunto de questões que V. Exa. não respondeu! E eu volto a lembrar que a crise que está a atingir este setor, tem o dramatismo que se pode concluir do facto de, neste ano, a soldada média dos pescadores nos Açores ter sido, por mês, de 56 euros. E, portanto, é preciso certamente fazer qualquer coisa relativamente a esta questão e V. Exa. ainda não disse nada!

Já agora e como foi criado um grupo de trabalho pelo Sr. Presidente do Governo, penso eu, no primeiro trimestre deste ano, gostava de saber se esse grupo de trabalho já produziu algum trabalho e a que conclusões é que está a chegar? Ou se é apenas mais um grupo de trabalho para, enfim, inglês ver? aguardo as respostas do Sr. Secretário! Muito obrigado Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Fausto Brito e Abreu*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo diretamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires do PCP, eu como membro do Governo tenho a opção de terminar o debate antes da interpelante e, portanto, estava a guardar o meu tempo de intervenção para o fazer. Farei agora nesta altura já que também não resta muito mais tempo aos Srs. Deputados da oposição, salvaguardando os minutos que ainda têm.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ainda me resta algum!

**O Orador:** Acredito que sim... E respondo-lhe, sei que estive ausente da sala durante parte do tempo, mas respondi à pergunta: “O que é que o Governo está a fazer para resolver a crise atual, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu nunca fiz isso a nenhum membro do Governo! Não augure, Sr. Secretário!

**O Orador:** ... qual é o diagnóstico que faz e que medidas é que toma?” E, portanto, gostava de referir-me à sua primeira intervenção e também, em parte, à intervenção inicial da Sra. Deputada Zuraida Soares, no início desta interpelação, sobre a Política Comum de Pescas ter origem no Tratado de Lisboa e nós aqui estamos a sofrer horrores por estarmos na União Europeia e termos uma Política Comum de Pescas. Não é uma visão em que eu, como europeísta, me reveja de todo e foi a mensagem que me pareceu ter lido nas entrelinhas do que aqui disse hoje e do que disse também no domingo passado, na Comemoração dos 40 Anos de Autonomia. Julgo que não há qualquer dúvida na mente de nenhum açoriano e de nenhum pescador açoriano, que as pescas dos Açores beneficiaram da entrada de Portugal na União Europeia. Temos Política Comum de Pesca, como sabe, desde o Tratado de Roma e não desde o Tratado de Lisboa e, portanto, os fundos que muito desenvolvimento trouxeram à nossa Região vêm em parte também com um custo, em que temos que fazer coisas desagradáveis, que é partilhar um recurso comum com outros parceiros que nos auxiliam no nosso desenvolvimento.

Em resposta a repetidas alegações do Sr. Deputado Luís Garcia de que não tinha sido respondido um dos seus requerimentos, a indicação que tenho é que já foi respondido. Lamento que tenha sido com atraso, o processo é, como sabe, um processo que passa por várias fases.



**Deputado Luís Garcia (PSD):** Ah! O quanto não vale a gente denunciar isso!

**O Orador:** Lamento se não lhe chegou ainda, mas corrijo, já foi respondido o requerimento a que V. Exa. se refere.

Quanto à formação dos pescadores, eu não sei que recursos tiveram outras legislaturas antes desta, nem o que é que foi feito noutras legislaturas - se foi pouco ou se foi muito. Sei o que é que foi feito nesta legislatura! E é o trabalho que foi feito agora que vai a votos em 16 de outubro do próximo mês. Será isso que vai ser avaliado! Se falar com associações de pescadores de várias ilhas verá que foram saciados os pedidos e as necessidades que tinham de formação, quer de pescadores, quer de arrais.

Quanto à situação financeira e alegados problemas de pagamento à Segurança Social, da Conserveira de Santa Catarina e da Lotaçor, como sabe, da orgânica do Governo, a tutela da dimensão financeira de empresas públicas não está...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor é especialista nisso!

**O Orador:** Não, não sou! Não resisto a responder-lhe na mesma, mas não é um assunto da tutela da Secretaria do Mar - a dimensão financeira das empresas públicas. Contudo, posso dizer-lhe que todos os descontos, seja de trabalhadores, seja de pescadores, que a Lotaçor tem que pagar à Segurança Social, sempre foram pagos. E tanto na Lotaçor como na Conserveira Santa Catarina há acordos de pagamento da entidade...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Reteve ou não reteve?

**O Orador:** ... patronal com a Segurança Social, que é perfeitamente legítimo serem feitos pela administração de cada uma das empresas, com toda a transparência e toda a legitimidade.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Reteve ou não reteve verbas?

**O Orador:** Pergunta-me o Sr. Deputado José Ávila e também me foi perguntado uma vez mais pela Sra. Deputada Zuraida Soares: “Que progresso foi feito nos contratos de trabalho da pesca que o Governo, desde cedo, assumiu como prioridade sua promove-lo?” O que fizemos foi organizar, em parceria com o Instituto de Segurança Social do Açores, sessões de esclarecimento que foram muito participadas, com sindicatos, com associações, com dezenas de armadores e pescadores, nas ilhas do Faial, do Pico, da Terceira, de São Miguel e agora, no próximo dia 13 de setembro na ilha das Flores, a pedido da própria associação de armadores. Essas foram sessões esclarecedoras que começaram a quebrar alguns tabus e a mobilizar os armadores destas várias ilhas, para darem passos no sentido de começarem a adotar contratos de trabalho. Estamos, neste momento, a trabalhar com a Federação das Pescas dos Açores na possibilidade de se estudar, ilha a ilha, associação a associação, ou até mesmo com toda a federação como organização abrangente das nove ilhas, a celebração de acordos coletivos de trabalho que funcionam um pouco como um contrato de trabalho coletivo e podiam, desde já, trazer benefícios aos associados dessas associações e aos pescadores que trabalham. Isto envolve as associações de armadores e os sindicatos para se elaborar este acordo coletivo de trabalho, que pode ser um passo intermédio e que estende desde já aos pescadores que estiverem abrangidos, as proteções que o contrato de trabalho abrange.

Não posso deixar de corrigir o que me pareceu ter ouvido a Sra. Deputada Zuraida Soares dizer, que os pescadores, hoje, não têm Segurança Social ou que não descontam para a Segurança Social, não estão cobertos... então entendi mal, peço desculpa! Como sabe há 10% de retenção em lota e,

portanto... Bom, pareceu-me ter dito zero! Mas entendi mal então, peço-lhe desculpa!

Julgo que respondi ao essencial! Muito obrigado Sra. Presidente.

Por pouco não me esquecia, pela segunda vez, da pergunta que me fez a Sra. Deputada Zuraida Soares sobre o pagamento do POSEI a um armador que teve capturas em 2014, que por uma razão que não é relevante teve que parar a pesca porque esteve a fazer manutenção. Esse armador se tiver em condições, hoje, de estar a pescar outra vez, no momento da sua candidatura não perde absolutamente nenhum direito das capturas que fez.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Se tiver a pescar hoje!?

**O Orador:** No momento da candidatura, o regulamento... Bom, terei todo o gosto em tentar resolver o problema se tiver acesso ao POSEI, seguramente... Se deixou de pescar, deixou de pescar!

**Presidente:** Por favor não entrem em diálogo! Por favor!

**O Orador:** Muito bem! Terei todo o gosto em acolher essa questão depois. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para encerrar mas para continuar a interpelar...

**Presidente:** Para o debate.

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu vou repetir a pergunta, talvez me tenha feito entender mal e talvez não tenha percebido bem aquilo que o Sr. Secretário Regional disse. A questão é que o POSEI Pescas há dois anos que não é pago. Será pago, eventualmente, no final deste mês. Acontece que não foi pago nem em 2015, nem em 2016. Em 2014, um armador/ pescador foi à

faina, fez o normal da sua vida profissional – pescou. Em 2015, por razões que possam ter a ver com a sua embarcação, por exemplo teve um problema (normalmente é o motor porque é aquela que pesa mais do ponto de vista económico no bolso desse pequeno armador) e parou a sua faina no ano de 2015. Aquilo que é dito aos armadores/ pescadores que se candidatam neste momento, desde finais de maio, para a atribuição do Posei Pescas este ano, é que eles não têm direito de receber o ano 2014 porque não foram à faina no ano 2015! E se o motor estava avariado, Sr. Secretário Regional, também não foram no ano 2016, porque o POSEI só vai ser atribuído no final deste mês! E quem não tinha dinheiro em 2015 (a menos que lhe tenha saído o totoloto) continua a não ter em 2016! A pergunta que eu lhe fiz, Sr. Secretário Regional, é: qual é o fundamento legal para esta decisão? Qual é a regra? Qual é o ditame? Qual é a lei? Qual é a diretiva? E o Sr. Secretário Regional há pouco disse-me: “Se estiver a pescar no ano 2016, vai receber!” Mas e se não tiver? Mas estive no ano 2014! Mas se em 2016 não estiver, o que é que lhe acontece? Não recebe nada? Bom, isso já não é miséria! Isso já ultrapassa, digamos, todas as expetativas possíveis desse ponto de vista! Muito obrigada Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Sendo assim, para encerrar a interpelação pela bancada do Governo tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Fausto Brito e Abreu*): Muito Obrigado Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendi a questão. A questão prende-se com o regulamento do POSEI e a sua inserção nos fundos comunitários como um todo. É obrigação por regra dos fundos comunitários que transcendem o POSEI (portanto todos os fundos comunitários), que um armador ou qualquer projeto candidato a fundos comunitários esteja ainda em curso! Daí, se reparar, as candidaturas são feitas para 2014, 2015 e 2016, porque 2016 está ainda em curso. Não podíamos candidatar só 2014 e 2015, é um dos artefactos de se ter enfiado o POSEI dentro do FEAMP. É um defeito ao qual nós nos opusemos! E outro efeito secundário é que um pescador tem que estar a pescar hoje, pode não ter pescado desde o dia 2 de janeiro de 2014, mas tem que estar a pescar no dia da candidatura.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Isso não é uma normalização, isso é uma anormalidade, Sr. Secretário!

**O Orador:** Sra. Deputada, entendo o desencanto, mas não é uma opção do Governo Regional ou do Estado Português, é como funcionam os fundos comunitários.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Isso não passa pela cabeça de ninguém!

**O Orador:** Eu queria terminar dizendo que o POSEI está, como lhe digo, a ser preparado para termos nas próximas semanas a chegada de 8,8 milhões de euros ao setor, que muito alívio trarão aos nossos armadores. E que o Governo continuará a trabalhar junto da Comissão Europeia e do Estado Português para, no próximo mês de novembro, termos tanto argumentário científico como inclusive alguns estudos socioeconómicos, para defender a quota do goraz que temos na Região. Para garantir que ela, pelo menos, não baixará abaixo das 507 toneladas, explicando que causaria um efeito desproporcionadamente elevado ao setor das pescas nos Açores, se tal medida fosse tomada. Os pescadores estão a acompanhar este trabalho.

Estive numa reunião do Ministério do Mar com dirigentes associativos da Federação das Pescas e de associações de pescas e estou convencido que teremos um bom resultado. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Agora para encerrar, em nome do Bloco de Esquerda tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegados ao fim desta interpelação, eu sinceramente hesito entre concluir dizendo - *unbelievable*, ou dizendo – *i rest my case*.

*(Risos de alguns Deputados do PSD)*

Então, vou tentar fazer uma “entremeavinha” e diria – *it’s so unbelievable, that i rest my case!* Ou dito de outra maneira - a prova, Sras. Srs. Deputados, da falência total da política de pescas, na Região Autónoma dos Açores, é nós chegarmos a setembro de 2016 e sermos obrigados, nas palavras e no desafio feito pelo Sr. Secretário Regional da tutela, a fazer a seguinte escolha: ou temos e criamos condições para dignificar a classe piscatória da nossa Região, ou fazemos obras! Foi isto que o Sr. Secretário regional disse! Temos que fazer opções no orçamento: ou dignificamos a classe piscatória dando-lhes o mínimo de dignidade nas suas vidas, ou fazemos obras! Maior prova da falência deste setor não pode existir! E daí o – *i rest my case!*

Dirá o Sr. Secretário Regional e eu dou-lhe razão se me fizer a pergunta, como diria o outro na anedota – e a culpa é minha?... Não! Na realidade, Sr. Secretário Regional, faça-lhe a justiça de reconhecer que a culpa não é

só sua nem fundamentalmente sua, mas é de um passado que o seu Governo carrega há anos a fio! Que o senhor possa estar a fazer uma tentativa do impossível que é trazer ordem e rendimentos a um setor que tem vindo a ser completamente espoliado? Também lhe faço a justiça de aceitar que se calhar é verdade, mas chegou tarde Sr. Secretário Regional! Perdeu-se muito tempo pelo caminho! Foram muitos anos de más políticas, de desprezo, de indiferença, de calar, de dar para calar! Foram muitos anos de um uso do Fundo de Pesca como forma de chantagem!

**Deputado José San-Bento (PS):** É preciso ter paciência!

**A Oradora:** Aquilo que o senhor agora quer endireitar, é tarde! É bem-vindo para endireitar, mas chegou tarde Sr. Secretário Regional! E também tenho pena que não seja capaz de reconhecer que aquilo que está para trás (bem sei que é difícil porque o Governo é da mesma cor) é muito feio, em termos de políticas e de relacionamento com os pescadores.

**Deputado Berto Messias (PS):** É verdade! A segurança dos pescadores!

**A Oradora:** Depois diz o Partido Socialista: “Que é dos contributos, partidos das oposições? Onde estão os contributos? Não disseram nada!” Ó Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, está aqui um contributo volumoso do vosso partido, feito em fevereiro de 2012!

**Presidente:** Agradeço que termine Sra. Deputada.

**A Oradora:** O que é que vocês fizeram? O que é que os Srs. do Partido Socialista e do Governo que o suportam fizeram destes contributos do vosso próprio partido, desde fevereiro de 2012 até setembro de 2016? Coisa nenhuma!

**Deputado Berto Messias (PS):** Não é verdade!

**A Oradora:** E depois queixam-se! Coisa nenhuma... como eu há pouco provei, li uma quantidade de recomendações que não foram feitas!

**Presidente:** Sra. Deputada tem de terminar!

**A Oradora:** Já passaram seis minutos Sra. Presidente?

**Presidente:** A Sra. Deputada tinha seis minutos quando começou a sessão, fez uma intervenção e restaram-lhe três minutos e quarenta e cinco segundos que já esgotaram.

**A Oradora:** Três minutos e quarenta e cinco segundos que já esgotaram?

**Presidente:** Já.

**A Oradora:** Muito bem. Então, se me permite Sra. Presidente...

**Presidente:** Muito rapidamente Sra. Deputada!

**A Oradora:** Eu vou encurtar e dizer o seguinte ao Sr. Secretário Regional: diz o senhor que a grande avaliação deste setor é que finalmente nós estamos a pescar menos e a vender melhor. Sr. Secretário Regional, eu desafio-o a olhar a maioria dos pescadores da nossa Região, nos olhos, e a dizer-lhes cara a cara - os senhores estão a pescar menos, mas estão a vender melhor e, portanto, estão a receber mais dinheiro! Saia desta sala e vá dizer-lhes isso, olhos nos olhos, para ver qual será a reação! Portanto, relativamente a política de pescas, «Tudo como dantes, quartel-general em Abrantes», lamentavelmente para as nossas comunidades piscatórias e respetivas famílias, para quem o rendimento social de inserção é a única forma de sobreviverem, porque o Fundo de Pesca continua a ser coisa nenhuma! Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Encerramos o ponto um da nossa agenda.

O Sr. Deputado Paulo Estevão pede a palavra para...?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação.

Solicito um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental.



Regressamos às 16 horas e 05 minutos.

*Eram 15 horas 48 minutos.*

**Presidente:** Entramos no ponto dois da nossa agenda:

*Eram 16 horas 06 minutos.*

**Pedido de autorização para o Senhor Deputado Miguel António Moniz da Costa exercer o contraditório, na qualidade de demandado, no âmbito do processo autónomo de multa n.º 7/2016-M-SRATC.**

Penso que não há inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de autorização apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Entramos agora no ponto três: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 74/X – “Cria a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luis Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional enviou a esta Assembleia, a Proposta de Decreto Legislativo Regional para a constituição da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental, na sequência do compromisso

que assumiu no Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente aquilo que definimos na página 71 desse documento – “Transformar o conceito de contratualização de camas de internamento para um conceito de contratualização da promoção da integração dos utentes na sociedade”. Esta Rede, obviamente, não é uma novidade. É uma Rede de alguma forma mimetizada pela Rede que tinha sido implementada a nível Nacional, pelo Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, mas que apenas foi operacionalizada em junho deste ano. O Governo Regional decidiu, como metodologia de trabalho, pedir à Comissão Regional do Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Saúde Mental (uma Comissão prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007/A, de 9 de março, que foi, entretanto, renomeada), para que fizesse esse trabalho, no fundo, de adaptação deste Rede à realidade Regional e assim conferisse uma maior abrangência na elaboração desse Decreto Legislativo Regional e também congregasse todas as opiniões das diferentes entidades que constituem essa Comissão, nomeadamente as casas de saúde, os serviços de psiquiatria dos hospitais, área das dependências, tendo essa Comissão um representante das associações de utentes e familiares dos serviços de saúde mental. Esta Proposta, no fundo, visa mudar aquilo que é o paradigma do acompanhamento dos doentes de saúde mental na Região Autónoma dos Açores, diferenciando esse acompanhamento em várias valências e em vários serviços específicos, partindo do princípio que os utentes necessitam de cuidados diferenciados de acordo com aquilo que são as suas patologias específicas, na área da saúde mental. Temos unidades de internamento de curta, média e longa duração e unidades residenciais. Temos também previstas unidades sócio ocupacionais e equipas de saúde mental de apoio. Cada uma dessas

tipologias tem diferentes valências, tal como foi apresentado no diploma. Parece-nos que algo muito importante é a constituição de uma equipa de coordenação Regional, que irá gerir as altas e as admissões na Rede, bem como, definir as necessidades de parcerias em cada uma destas valências. Os objetivos deste Decreto Legislativo Regional, no fundo, são: diferenciar o tipo de apoios e o respetivo financiamento a esses apoios, adequando-os; dar prioridade aos cuidados em ambulatório em detrimento dos cuidados em internamento; investir na reabilitação em detrimento da manutenção; descentralizar os cuidados para as ilhas sem hospital, principalmente através das equipas de saúde mental de apoio domiciliário; normalizar a valência de comportamentos aditivos e dependências; fomentar as equipas de saúde mental e apoio domiciliário. Ou seja, irmos de encontro àquilo que cientificamente está comprovado, que hoje em dia é a melhor forma de tratar na área da saúde mental - inserindo os doentes na comunidade. Por isso, fruto desse trabalho de consenso, feito através da Comissão Regional de Acompanhamento dos Serviços de Saúde Mental, apresentamos aqui a esta Assembleia esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Luís Maurício tem palavra.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo apresenta hoje, neste Parlamento, para discussão, um diploma regional que visa criar a Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental. Como disse o Sr. Secretário Regional, este

diploma vem na sequência de uma experiência Nacional, configurada em dois diplomas, um de 2010 e outro de fevereiro de 2011, que vem fazer algumas alterações relativamente ao decreto inicial. No PSD, penso que ninguém estará contra a criação de uma Rede de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental, nomeadamente na intenção que este diploma também contém, de uma tendência para a desinstitucionalização dos doentes, a sua integração no meio sociofamiliar e o seu acompanhamento no domicílio sempre que isso se considerar viável. E, portanto, repito, não estamos contra a criação desta Rede e não estremos contra o diploma que aqui está a ser discutido. Queria deixar, no entanto, algumas considerações relativamente ao seu conteúdo e gostaria que o Sr. Secretário Regional, dentro daquilo que lhe fosse considerado razoável, comentasse.

Esta é uma Rede naturalmente complexa, já o é a nível Nacional. Estamos em 2016, já passaram cinco anos e ela não está, na sua verdadeira plenitude, operacionalizada a nível Nacional. O que certifica precisamente a complexidade e a dimensão desta Rede e as complicações práticas que advêm da sua aplicabilidade. Estou certo que quem iniciará a aplicação deste diploma e desta regulamentação terá necessidade, a breve/médio trecho, de reconsiderar em função da avaliação, da aplicação no terreno e, portanto, da sua operacionalização e que muito provavelmente teremos alterações relativamente ao seu conteúdo. Estou certo disso, o PSD assim o pensa! Este diploma, na sua operacionalização na Região, em função da sua complexidade, também nos levanta algumas questões nomeadamente relacionadas com a insuficiência de recursos humanos para o colocar em prática. Os Açores têm 41 enfermeiros especialistas em saúde mental, extraordinariamente concentrados nas ilhas de São Miguel e Terceira (28 na ilha de São Miguel, 7 na ilha Terceira), sendo que há quatro ilhas,

nomeadamente as Flores, o Corvo, Santa Maria e Graciosa, que não têm qualquer enfermeiro especializado em saúde mental. E nos Açores, como sabemos, também relativamente a médicos com a especialidade de psiquiatria, há um número reduzido. Chegará certamente a uma dúzia, mas com uma carência particular no hospital da ilha Terceira por motivos que quem está próximo do setor, e melhor do que ninguém o Sr. Secretário Regional, conhece. Portanto, a questão dos recursos humanos para operacionalizar esta Rede é uma preocupação nossa!

Por outro lado, não queria deixar de referenciar que a integração nesta Rede, de doentes portadores de doença mental, de doentes portadores de deficiência mental, da valência de psicogeriatría e das dependências e comportamentos aditivos, aumenta exponencialmente a complexidade da Rede. Como sabe V. Exa. Sr. Secretário Regional, a experiência Nacional não é essa! As dependências estão fora dessa Rede e estando fora da Rede já foi difícil a sua implementação. Com a junção na Rede nos Açores da valência das dependências, pressuponho que mais complexa será a sua aplicação, mas V. Exa. comentará e esclarecerá. É uma estrutura pesada de difícil flexibilização aquela que o conteúdo deste diploma contempla.

E queria também, em nome do PSD, deixar outra preocupação, nomeadamente a falta de um processo de transição, ou de um período de transição entre a aplicação desse diploma e as situações dos doentes que já se encontram institucionalizados, nomeadamente em Instituições Privadas de Solidariedade Social que têm acordos com o Governo Regional. E a questão que lhe coloco, na falta deste período de transição, é precisamente: o que é que pretende fazer com uma referenciação e inclusão destes doentes que se encontram, nomeadamente nessas Instituições Particulares de Solidariedade Social (A Ordem Hospitaleira de São João de Deus, Casa

de Saúde de São Rafael e Casa de Saúde de São Miguel)? O que é que pretende fazer com estes doentes que estão, digamos assim, integrados num processo de apoio por parte do Governo, mediante um protocolo assinado pelas referidas instituições (Governo e as Instituições privadas de Solidariedade Social)?

Queria também colocar-lhe uma questão muito concreta que diz respeito à visita domiciliária por dois técnicos na área da saúde. Queria perguntar-lhe: que natureza têm esses dois técnicos que são dependentes da Unidade...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Reativar!

**O Orador:** ... de Saúde de Ilha? Que competência técnica é que têm? O que é que pensa concretamente que possam ser esses dois técnicos, que tipo de qualificação é que têm?

Depois, queria também e por último colocar-lhe uma questão relativamente ao financiamento deste modelo de financiamento. Os custos da prestação de cuidados domiciliários são, no meu entender, elevados e sendo essa a tendência contida neste diploma - a desinstitucionalização e a tendência convergente para o tratamento desses doentes nos seu meio sociofamiliar, devidamente acompanhados, sete dias por semana (tal e qual como o próprio diploma refere no seu conteúdo), queria colocar-lhe precisamente esta questão: se o Sr. Secretário Regional tem uma noção da dimensão dos custos da operacionalização desta Rede? Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Pegando, se me permite Sr. Deputado Luís Maurício, numa expressão que utilizou mais do que uma vez: “Que ninguém estará contra a Rede de

Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental”, mas por parte da Representação Parlamentar do PCP, nós temos aqui algumas reservas e alguns pedidos de esclarecimento, ou algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas pelo Sr. Secretário Regional. E até, digamos, o que é que esteve na base para desenhar esta proposta e como é que ela se sustenta? Uma vez que nós temos aqui algumas dúvidas sobre a proposta e sobre a sua eficácia, até porque não existem dados atualizados e sistematizados sobre a saúde mental na Região. E um dos motivos porque não existem é porque não foram, ainda, postos a funcionar os Observatórios Locais de Saúde ao nível das Unidades de Saúde de Ilha, previstos no Plano Regional de Saúde mas que nunca foram operacionalizados. Esta falta de dados, aliás, na nossa opinião, poderá ser impeditiva até de se ter uma noção clara da dimensão que esta Rede deve ter, das necessidades a que deve atender e até do investimento necessário para a implementar. Mas julgo que não estarei a fugir à verdade se afirmar que não foram criadas equipas transdisciplinares de saúde mental, no âmbito comunitário, compostas por médicos...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E outros!

**O Orador:** ... e outros profissionais de saúde, designadamente com especialidade na área mental. Não foram criadas essas equipas com programas de gestão integrados no caso de intervenção, em situação de crise de trabalho, com as famílias, nem foram reforçados os recursos médicos na Região em termos de, por exemplo, pedopsiquiatria, mas de outras áreas da saúde mental, designadamente de alguns técnicos. Aliás, medias previstas no próprio Plano Regional de Saúde, que também neste campo ainda não passaram do papel.

Por outro lado, não estão garantidas as condições para implementar esta Rede, por exemplo, em termos de recursos humanos que presentemente não existem na Região (aliás, julgo que o Deputado Luís Maurício, se bem ouvi, também colocou esta reserva).

Por outro lado, gostava de perceber porque é que a Comissão Regional e Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Saúde Mental, que está prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007, que esta proposta agora vem substituir e que efetivamente foi criada, deixou de produzir trabalho? A partir de determinada altura não se conhece trabalho desta Comissão. O que é que aconteceu? (Não sei se será bem assim Sr. Secretário, depois explicará!) Que dificuldades é que houve para esta Comissão ir desenvolvendo o seu trabalho? O que que aconteceu efetivamente?

Depois, há aqui uma outra questão que tem a ver com comportamentos aditivos, seja o álcool ou sejam outras substâncias psicotrópicas, que estão a ser pouco eficazes! Aliás, como os números e o conhecimento que nós temos, há aqui, de facto, um crescendo de situações de adição na Região. É verdade que os problemas da toxicod dependência são de facto um problema de saúde mental, mas julgo que não se deve confundir esta situação com outras patologias do foro psiquiátrico e mental. Mas a verdade é que na proposta que aqui nos traz isto não fica claro, até porque, por exemplo, numa instituição orientada para a gerontopsiquiatria, não fica claro que não tenha que aceitar, quer queira quer não, utentes toxicod dependentes. E, portanto, são situações efetivamente diferentes, porque uma coisa é a questão do tratamento da toxicod dependência, outras são as questões das patologias psiquiátricas.



Depois há aqui outras questões que, enfim, o Partido Socialista foi-nos habituando a elas porque não distingue entre o setor social e a iniciativa privada lucrativa. Mas, enfim, nos diplomas do Partido Socialista isto é recorrente! Nada que não surpreenda, mas também com a qual não concordamos, porque julgamos que o Decreto Legislativo Regional que cria a Rede devia separar aqui claramente as águas e não pôr tudo no mesmo plano.

Também não se esqueceu, é evidente, do princípio do utilizador-pagador, aliás, questão que abandonou há uns anos atrás quando o Governo do Partido Socialista introduziu as taxas moderadoras na Região.

Tem ainda mais questões, Sr. Secretário, relativamente às reservas que temos em relação a esta Rede. Como dissemos, a sua necessidade é positiva, com certeza, mas de facto há aqui um conjunto de questões que importaria esclarecer e que espero que V. Exa. o faça, relativamente a algumas reservas e algumas questões que aqui lhe deixei nesta minha primeira intervenção. Muito obrigado Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, obviamente que o Bloco de Esquerda subscreve e dá ênfase à urgência da criação desta Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental, que já era para ontem (todos nós reconhecemos isso)! Felizmente está aqui hoje esta proposta do Governo! Dito isto, algumas reservas e algumas dúvidas já foram aqui levantadas e outras sê-lo-ão com certeza, mas há uma que eu queria clarificar nesta minha primeira intervenção. Sr. Secretário Regional,

quando fez a apresentação deste diploma, disse que ele era o resultado, era o fruto de um trabalho concertado e de procura de consensos com as entidades e com as instituições que trabalham com este tipo de fenómenos, nomeadamente no que tem a ver com a saúde mental. A minha dúvida, Sr. Secretário Regional, é que eu pego em sucessivos pareceres, pedidos pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais, relativamente a esta Proposta, desde, por exemplo, a Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição até à Ordem dos Enfermeiros e reparo que de consenso há pouco! Porque na realidade aquilo que estas instituições levantam são limitações, omissões, confusões e sobretudo, praticamente dizem-no nas entrelinhas (continuando a leitura das entrelinhas já feita da parte da manhã), que tudo isto é muito bonito, mas que recursos humanos para implementar esta rede, não existem! E, portanto, a primeira pergunta que tenho para o Sr. Secretário Regional é esta: o que é que foi feito, afinal, desse consenso, desse trabalho concertado? Porque depois quando se pede às mesmas entidades (presumo eu) com quem este diploma foi trabalhado e elaborado, elas são as primeiras a dizer que faltam imensas coisas. Há aqui várias direções erradas e, portanto, eu quase que me atrevia a dizer (com toda a margem de erro que esta minha avaliação possa ter) que há mesmo algumas instituições, nomeadamente a Ordem dos Enfermeiros, que mais uma vez nas entrelinhas diz o seguinte: bom seria se o Governo Regional retirasse esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e a refizesse. Porque são tantas, mas tantas as chamadas de atenção e as correções que quase são um novo diploma! E eu gostava de ouvir o Sr. Secretário Regional pronunciar-se sobre isso! Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

O Governo Regional trouxe-nos aqui, realmente, um diploma que vem sendo um anseio dos profissionais desta área, das pessoas portadoras de doença mental, dos seus familiares e daqueles que, com eles, de alguma forma privam.

Procede-se realmente à adaptação, à Região, de legislação nacional, que também vem na senda do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007/A, de 9 de março. Como foi aqui referido, o Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde já preconizava esta reestruturação (passo o pleonismo). A reativação da Comissão Regional trabalhou, de facto (segundo o que o Sr. Secretário nos disse também em Comissão), detalhadamente este diploma e, portanto, eu penso que todos poderemos assistir, com a aprovação deste diploma, à melhoria efetiva no terreno dos cuidados prestados em saúde mental. Numa lógica mais comunitária, numa lógica menos biomédica, numa lógica que conferirá seguramente maior dignidade à pessoa com doença mental. E permitam-me que... eu prefiro sempre dizer – à pessoa portadora de doença mental, do que - ao doente portador de doença mental, que me parece redundante e que me parece não abonar muito em favor da dignidade destas pessoas. Que visa também o combate ao estigma e todos sabemos que o estigma permanece, continua bem presente na nossa sociedade no que concerne a estas problemáticas. E, portanto, passaremos de um paradigma de institucionalização para um paradigma de reabilitação de cuidados em ambulatório, um paradigma interdisciplinar com enfoque no utente, na família e na sociedade, e com a diminuição daquilo que (sabem as pessoas desta área) se chama - a porta giratória.

Vários tipos de resposta estão presentes neste diploma como a avaliação que se quer personalizada, um pouco à semelhança do que começa agora, finalmente, a passar-se no panorama nacional e no que está preconizado nas linhas orientadoras mais atuais desta área, um trabalho em rede que valoriza os parceiros habituais e históricos do Governo Regional, nesta matéria.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

Adoecer em saúde mental é sempre, eu diria, um inferno, para os utentes, para as famílias, para todos aqueles que de forma direta ou indireta assistem ao sofrimento que isso implica! Portanto, eu não posso, enquanto Deputada desta Casa, deixar de mostrar aqui a minha alegria por (sendo este o último diploma que o Governo Regional, na pessoa da Secretaria Regional da Saúde, faz chegar a esta Casa), terminarmos esta legislatura com um diploma estruturante, muito importante nesta matéria!

Quanto às intervenções que me antecederam, não resisto a dizer ao Dr. Luís Maurício que concordo com o facto de ser uma Rede complexa, de operacionalização também ela complexa, mas também não resisto a dizer-lhe que não deixa de ser curioso que esta legislação tenha sido aprovada em 2010, depois alterada em 2011 e que só em 2016 esteja a ser, digamos, operacionalizada. Se nos lembrarmos que no período em que esta operacionalização não se fez, o País esteve refém de mercados e de *ratings*, nomeadamente ao nível da governação do PSD/CDS, na República, com prioridades tecnocráticas muito diferentes que secundarizam estas temáticas.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Todos percebemos facilmente, porque é que só em 2016 estamos a conseguir pôr em marcha esta complexa Rede, ...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... que com muita alegria vejo chegar aos Açores. De resto, devo deixar aqui uma nota de que o Partido Socialista apresentará algumas propostas de alteração, que (quero crer) possam serenar algumas angústias que já foram aqui colocadas, das quais o Partido Socialista partilha e que esperará ver sanadas nas propostas de alteração que em breve vos chegarão às mãos. Muito obrigada.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Intervenções como acabei de ouvir, nomeadamente a da Sra. Deputada Renata Correia Botelho, que muito estimo, são intervenções perigosíssimas para a Autonomia! E vou-lhe dizer porquê, Sra. Deputada: é que a saúde está regionalizada! Vou repetir, regionalizada! Ou seja, se não se fez mais na saúde foi porque nós não soubemos fazer ou não quisemos fazer! Isto é o primeiro ponto e nesse ponto, nos relatórios internacionais conhecidos, nós estamos em último lugar das regiões portuguesas, segundo o relatório da OCDE. Isso é que devia preocupar a senhora e os vinte anos de governação do Partido Socialista! E não cinco anos de governação da República! Mas já agora, Sra. Deputada, para ficar totalmente esclarecida,

a primeira Portaria de cuidados continuados mentais é de 2008, governava Pinto Sousa, mas conhecido por José Sócrates, na República. E, portanto, era o seu governante que a senhora apoiava abnegadamente e abnegadamente gosta e continua a apreciar, Sra. Deputada Renata Correia Botelho. E, portanto, não vale a pena justificar as nossas insuficiências ou incompetências (se assim o quiser) atirando a culpa aos outros. A culpa, neste caso, é única e exclusivamente nossa! Única e exclusivamente de um Governo (e já agora de um Governo Socialista), porque já se fala em cuidados de saúde mental, estava ali sentada naquele Governo a Dra. Fernanda Mendes! E as cartas dos direitos... e a Comissão Regional... e etc., etc.... E sabe o que é que isto tudo deu? Zero, Sra. Deputada! Zero! E, portanto, (os doentes..., o inferno..., que a senhora falou, a expressão é sua!) as famílias açorianas sofreram e vão continuar a sofrer! Sofreram até agora por manifesta incompetência dos Governos Socialistas, dos sucessivos Secretários da Saúde! Sucessivos, todos eles, nenhum foi capaz de implementar uma Rede eficaz de cuidados! Esse diploma vem em boa hora, ...

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Exatamente!

**O Orador:** ... (vem sim senhora), mas ele não é uma Rede, ele é uma malha intrincada! É uma malha de cuidados, não é uma Rede! Ele não vai constituir uma Rede, vai constituir uma malha! E eu acho, Sr. Secretário, pese embora a sua boa intenção ao trazer isto no final da legislatura, devia ter sido no início, aliás, como prometido no Programa do Governo (está no Programa do Governo, Sr. Secretário!). E, portanto, está tudo esclarecido em relação a esta matéria, se não foi feito a culpa não é dos outros, é nossa! E, portanto, desde de 2008, pelo menos, havia já algumas coisas não estruturadas, mas a funcionar no continente. Quem conhece a realidade da

saúde como o Sr. Secretário conhece, sabe que havia não propriamente uma Rede, mas unidades funcionais muito boas para onde até mandávamos os nossos açorianos serem tratados.

De resto, Sr. Secretário, eu faço-lhe a pergunta: quantos médicos psiquiátricos temos nos Açores, atualmente? Quanto enfermeiros com a especialização em saúde mental temos nos Açores? Quantos técnicos com formação em saúde mental temos no Açores? São três perguntinhas que eu tinha para lhe fazer.

E já agora, Sr. Secretário, não vale a pena, também na vontade de querer fazer muito, misturar alhos com bugalhos. Eu não percebo porque é que se mistura nos cuidados de saúde mental (embora possam vir a ter ou a sofrer disso) as toxicodependências, que têm um regime próprio, têm legislação própria. Porque é que o senhor enfia aqui a toxicodependência?

E já agora, Sr. Secretário, não tinha custado nada (como os senhores, quando lhes interessou fazer, fizeram!) terem prestado mais atenção ao parecer da Ordem dos Enfermeiros ou ao parecer da Ordem dos Psicólogos, que chamam a atenção para pormenores muito importantes, para tirar as pessoas do inferno... do inferno que têm vivido até agora!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Vivem sempre!

**O Orador:** No inferno que tem sido infligido por vós! Sra. Deputada Renata Correia Botelho, concordo plenamente no inferno que os doentes psiquiátricos têm vivido. Coitados nunca tiveram resposta até hoje! E Sr. Secretário, quando entrarmos na especialidade a anedota ainda vai ser maior, que não da sua parte obviamente, mas das propostas de alteração do Partido Socialista, que vem falar num núcleo de saúde familiar que eu não sei o que é! Gostava ainda de perceber se já foi criado! Quem é que faz

parte? Onde é que existe? E quais são os técnicos que fazem parte deste núcleo de saúde familiar, que vão dar alta?

E ao Sr. Secretário, já agora, faço-lhe uma pergunta: numa escola há um professor e uma auxiliar de ação educativa (salvo devidos respetos), o auxiliar de ação educativa dá aula e o professor dá assessoria? Entende que seja assim a questão, o senhor que é médico? Muito obrigado.

**Secretário Regional da Saúde** (*Luis Cabral*): Tem que ser mais específico!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Tu percebeste bem!

**Presidente**: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apreciação genérica que o PPM faz, em relação a esta matéria, é de que esta Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental significa um avanço muito significativo nesta área. Eu penso que há um conjunto de questões, no âmbito dos pareceres que nós tivemos acesso, que foram colocadas e que são questões muito pertinentes que, aliás, já foram abordadas pelas diversas intervenções de bancada que já tivemos oportunidade de assistir. Chamo a atenção, por exemplo, para o parecer da Ordem dos Enfermeiros, que está muito bem elaborado e que tem um conjunto de questões que estão muito bem colocadas e um conjunto de dúvidas e de sugestões que eu considero da maior importância. Devo dizer que ainda não tivemos oportunidade de ler as propostas de alteração do Partido Socialista, que acabaram de chegar. Não tive oportunidade, ainda, de verificar que alterações é que estão a ser implementadas e se essas alterações, de alguma forma, correspondem ao conjunto de sugestões que



estão a ser apresentados nos diversos pareceres de sugestões e de dúvidas. De qualquer das formas, essa questão poderá ficar para o debate na especialidade. Para já, dizer que, à partida, consideramos que a criação desta Rede Regional de Cuidados Continuados é positiva! A integração desta matéria é positiva! Também não compreendemos (já aqui foi referenciado por outras bancadas) por que razão é que são aqui misturadas temáticas, como por exemplo, em relação aos comportamentos aditivos, em relação ao álcool e à toxicodependência. Não compreendemos até porque esta não é, também, a opção Nacional e não vejo que traga vantagens, a integração dessa matéria nesta legislação. De qualquer das formas, a apreciação genérica é, à partida, positiva. Da nossa parte vamos votar favoravelmente este diploma e vamos analisar depois cada uma das propostas de alteração que, entretanto, já foram apresentadas pelo Partido Socialista e que podem ainda vir a ser apresentadas pelos diversos Partidos que integram esta Câmara.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luis Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço intervenção para responder de uma forma direta às questões que me foram colocadas.

O Sr. Deputado Luís Maurício pediu-me mais que comentasse algumas das questões do que propriamente fazer alguma resposta direta. Eu queria lhe dizer Sr. Deputado, que em relação à atualização, como o senhor sabe, em medicina nem sempre tudo é preto, nem tudo é branco e obviamente a ciência vai evoluindo de acordo com aquilo que são as evidências de base

científica que nos vão surgindo. Dentro desta área de saúde mental, nós temos um claro exemplo daquilo que foi a evolução ao longo dos anos, em que se partiu de um modelo de institucionalização com terapias mais radicais, para um modelo de institucionalização de alguma forma com mais algum apoio domiciliário e agora estamos a partir para este modelo. Penso que, naturalmente, Sr. Deputado, como em todas as outras áreas, terá de haver uma atualização e é dentro desse espírito que esta Casa também deve encarar, no fundo, este diploma. Se existem motivos para o atualizarmos já à partida, ou se as motivações vão ser aquelas que o Sr. Deputado enumerou, nomeadamente numa eventual dificuldade de implementação? Não me parece! Parece-me é que haverá uma necessidade de acordo com aquilo que forem as evidências científicas que forem surgindo, porque, Sr. Deputado, as unidades e os modelos de intervenção que estão definidos e que estão aqui espelhados neste modelo, definem exatamente isso! Metodologias que estão neste momento, no fundo, demonstradas como cientificamente válidas para a intervenção dentro destas diferentes áreas e por isso é que podemos ter aqui uma Rede um pouco mais complexa do que aquilo que seria desejado, do ponto de vista legislativo, em que são definidas várias metodologias de intervenção quer a nível de internamento de curta, média e longa duração, quer a nível das residências, quer também ao nível da psicogeriatría. Ou seja, existem aqui várias áreas que requerem diferentes modelos de intervenção e é dentro desse âmbito, Sr. Deputado, que nós achamos que havendo estas áreas neste momento definidas, devem ser estas as áreas neste diploma. Sendo encontradas outras áreas, poderá eventualmente necessitar de alguma adaptação.

Mas gostaria de o deixar descansado relativamente à questão dos recursos humanos. Bem sei que continuamos não só nesta área da psiquiatria, como

também em outras áreas médicas, com algumas limitações. Mas como sabe e bem, o Hospital Divino Espírito Santo, neste momento, tem uma situação confortável relativamente à constituição do seu serviço de psiquiatria. O Hospital de Angra, por limitações que o Sr. Deputado muito bem identificou, teve uma diminuição significativa nos seus quadros. Temos agora a contratação de um novo profissional, já com alguma experiência, que nos poderá salvaguardar essas situações e temos um número de internos em formação que nos parece ser o adequado.

Mas, Sr. Deputado, esta Rede não pretende ser gerida apenas pelo Governo Regional, ou dentro daquilo que são as instituições públicas do Governo Regional. Nós, aquilo que temos e aquilo que propomos é que isto seja uma Rede de parcerias, à semelhança daquilo que são algumas Redes, nomeadamente nas IPSS em que parceiros já especializados, tal como por exemplo as Casas de Saúde, ou o Instituto São João de Deus, ou o Instituto da Irmãs Hospitaleiras, com quem já trabalhamos e que têm um número significativo de profissionais, não só a nível Regional mas também a nível Nacional sobre esta matéria, possam ser nossos parceiros no desenvolvimentos destas diferentes valências. E por isso será entre esse equilíbrio, daquilo que são as nossas necessidades e que são as nossas obrigações de serviço público, nomeadamente na constituição dos serviços de psiquiatria e nas equipas domiciliárias nos Centros de Saúde, com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se irá fazer, no fundo, o quadro de profissionais que irão trabalhar nesta Rede. A Rede é complexa? É! No entanto, é importante percebermos que esta Rede vive de unidades autónomas, ou seja, são as diferentes unidades dentro das suas especificidades e com os seus trabalhadores e às vezes com as instituições específicas que as desenvolvem, que de uma forma coordenada irão

trabalhar esta Rede, ou seja, existe aqui uma coordenação independente de cada uma das unidades e que de uma forma autónoma é gerida depois pela equipa de coordenação Regional. E isso faz com que aquilo que nos parece uma Rede mais complexa (e que seria complexa - o Governo Regional está a implementar do zero), seja mais fácil de constituir, porque os parceiros, no fundo, já trabalham dentro destas áreas e já trabalham connosco durante largos anos.

O período de transição para este novo modelo foi já falado dentro da Comissão de Acompanhamento de Saúde Mental e foi uma das preocupações que foi manifestada. Parece-me que há já uma perceção por parte das instituições que connosco trabalham, nomeadamente as Casa de Saúde, de que têm que reformular aquilo que são as suas capacidades de resposta e especializar cada uma dessas respostas. Estão-se a preparar já nesse sentido, no sentido de especializar as suas respostas e isto não vai implicar, Sr. Deputado, como é obvio, fecharmos o modelo e começarmos com um modelo novo no dia seguinte. Existe exatamente um período de transição que será dado às diferentes unidades que se propuserem trabalhar dentro deste novo modelo, o tempo de adaptação necessário para que reformulem as suas respostas de acordo com essa nova constituição. Os Institutos São João de Deus e o Instituto das Irmãs Hospitaleiras já manifestaram o seu interesse em se readaptar, até porque já funciona em alguns destes modelos nas outras instituições que têm a nível Nacional e Europeu, que já se disponibilizaram para poder fazer essa transição e usar o conhecimento que já têm nos outros centros dos institutos para, no fundo, auxiliar nessa mudança a nível Regional.

A questão da visita domiciliária por parte das USIs, dos dois técnicos, penso que refere o que está escrito no artigo 28.º. O que lá está, pelo menos

é a interpretação e a intenção que nós tivemos na sua elaboração, ou que a Comissão teve na sua elaboração, quando fala em dois técnicos - é restringir o número de intervenções nessa visita domiciliária, ou seja, não podem ser mais do que dois técnicos na mesma visita a fazer a intervenção no doente e serão obviamente os técnicos ligados à área da saúde mental de cada uma das USIs. Estamos a falar dos psicólogos, estamos a falar dos enfermeiros especialistas em saúde mental, ou dos médicos de família nas USIs.

Relativamente ao financiamento, tal como sabe e como tem sido também público, nós temos um financiamento de cerca de 10 milhões de euros nesta área de saúde mental, com os protocolos de cooperação que temos com os atuais institutos. E também em conversa com esses institutos e dentro daquilo que tem sido o trabalho desenvolvido é possível reformular essa resposta, no fundo, não aumentando os encargos para a Região, nesta área, porque grande parte dos utentes que irão ser acompanhados, irão sê-lo através das equipas domiciliárias que já existem ou que estão em formação nos diferentes Centros de Saúde e que são fundamentais para o funcionamento dos Centros de Saúde. E as respostas serão requalificadas com a capacidade que a Região tiver, no fundo, de fazer esse *shifting* de doentes de uma unidade para a outra. Penso que terei comentado todas as questões que me pediu para comentar, no entanto, estou aqui disponível para qualquer outra questão que possa querer levantar.

Sr. Deputado Aníbal Pires, os Observatórios Locais de Saúde, de acordo com aquilo que está no Plano Regional de Saúde, são observatórios para questões de saúde pública. Eu percebo a sua preocupação e a sua intenção em termos de intervenção quando diz que esses observatórios nos deviam dar também os números da saúde mental. Não é bem assim, ou seja, não

será só uma função desses observatórios aquilo que são os números da saúde mental. São-nos dados principalmente pelos diferentes inquéritos que a Direção Regional de Saúde está a desenvolver e temos tido participações, não só no inquérito Regional, mas também no inquérito Nacional, com dados muito específicos da carga de doença mental na população dos Açores e também os dados que nos são fornecidos pelos doentes, que neste momento estão internados nas diferentes Casas de Saúde. Se o Sr. Deputado precisar, terei todo o gosto em partilhar esses dados consigo.

Em relação ao reforço das equipas, Sr. Deputado, tal como tive a oportunidade de dizer em relação ao Hospital de Ponta Delgada (às vezes centramos muito esta conversa apenas nos médicos, penso que é muito redutor nesta área da saúde mental restringir esta componente dos recursos humanos apenas aos médicos), além do esforço todo de reforço que foi feito nas diferentes áreas, em todas as unidades de saúde, tal como tive oportunidade de explicar há pouco ao Sr. Deputado Luís Maurício, por exemplo, o Serviço de Psiquiatria do Hospital de Ponta Delgada viu a sua situação francamente melhorada. O Serviço de Psiquiatria do Hospital da Horta também com entrada, já neste mandado, de uma nova especialista. O Serviço de Psiquiatria do Hospital do Santo Espírito da ilha terceira, infelizmente fruto de duas situações adversas, viu o ser quadro diminuído. No entanto, temos um reforço que foi recentemente contratado para salvaguardar esta situação. Mas como dizia, penso que não se deve reduzir esta questão apenas à classe médica, houve um reforço não só na área da enfermagem como também na área da psicologia muito significativo, quer nos Hospitais, quer nas Unidade de Saúde de Ilha.

O que aconteceu à Comissão Regional de Acompanhamento, Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que tendo sido um dos objetivos deste Governo, no

fundo, reformular esta área e de acordo com o Plano de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, pareceu-nos lógico utilizar aquilo que era uma prerrogativa do diploma de 2007 - a Comissão Regional do Acompanhamento em Saúde Mental, para poder fazê-lo. Infelizmente uma das pessoas que estava nomeada na coordenação dessa Comissão tinha falecido e foi necessário nomear uma nova Comissão. Foi isso que fiz e essa Comissão passou a estar disponível em primeiro lugar, obviamente, para esta reestruturação que me parece fundamental, mas também para qualquer assunto dentro da área da saúde mental que seja necessário responder.

Talvez respondendo de uma forma global à questão das toxicodependências, é importante nós percebermos, talvez o Sr. Deputado não saiba, que quem faz neste momento as desabituações, ou seja as desintoxicações, são as Casas de Saúde. Ou seja, é através das Casas de Saúde que está a ser implementado este programa de desabituações, de desintoxicações e tradicionalmente é uma valência associada à psiquiatria. Por isso esta inclusão nesta área e se virem as definições que foram utilizadas no diploma para a área de apoio às dependências, prende-se de uma forma muito concreta na componente de desintoxicação destes utentes. Sra. Deputada Zuraida Soares, o consenso é isso mesmo! O consenso não é nós chegarmos à posição quer de um, quer do outro, é encontrarmos aqui pontos de convergência e pontos em que seja possível chegar a uma cedência de todas as partes, para um texto comum. Obviamente não lhe vou garantir, tal como foi expresso, que todas as partes fiquem satisfeitas ou fiquem, de acordo com aquilo que é o texto final, vendo apenas as coisas na sua perspetiva. Agora, penso que o trabalho (e foi isso que a Comissão me transmitiu) que foi desenvolvido (e todas as partes reconheceram) era o

melhor texto, de acordo com aquilo que eram as necessidades da população açoriana, ou seja, não vendo aquilo que era apenas a sua parte. Eu percebo que a Ordem dos Enfermeiros queira mais enfermeiros na Comissão, a Ordem dos Psicólogos queira mais psicólogos na Comissão, a Ordem dos Médicos queira mais médicos na Comissão e por aí fora..., agora não é possível aceitar todas essas especificidades. Obviamente foi tido um trabalho de consenso e penso que o texto final deste diploma reflete isso mesmo. É possível melhorar? Provavelmente é possível melhorar e é possível encontrarmos aqui outras formas de o dizer que sejam mais aceites por cada uma das partes. Agora, é importante talvez, Sra. Deputada, perceber (e eu penso que alguns pareceres não o fazem) a diferença daquilo que é uma crítica à situação atual e às dificuldades que temos neste momento, com uma crítica construtiva àquilo que se propõe. E também penso que é importante nós diferenciarmos entre aquilo que é um diploma legislativo e as componentes operacionais e executivas desse próprio diploma, ou seja, aquilo que este diploma pretende fazer é definir a Rede, é definir de que forma é que ela se deve articular. Percebo que existam preocupações do ponto de vista executivo e cá estará o Governo, independentemente do Governo que sair das eleições de outubro próximo, para executar aquilo que for definido por esta Casa e terá as suas dificuldades no terreno, terá com certeza dificuldades em conseguir concretizar algumas destas coisas, tal como nós tivemos por exemplo na Rede de Cuidados Continuados Integrados que não de saúde mental. Mas é importante e parece-me que há alguns pareceres que não respeitam essa diferenciação, entre aquilo que é um diploma legislativo, daquilo que será uma necessidade de execução e os cuidados que serão necessários nessa execução.



Sr. Deputado Artur Lima, os psiquiatras da Região são 13, os enfermeiros especialistas em saúde mental (tal como o Sr. Deputado Luís Maurício há pouco referiu) são 41. Em relação aos parceiros da Ordem, penso que fui claro naquilo que expliquei à Sra. Deputada Zuraida Soares.

E penso que não há mais questões que tenham sido levantadas. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições?

Penso que não existem mais questões.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Enfim, eu não queria fazer uma intervenção final, mas não resisto a fazer um comentário ao comentário que a Sra. Deputada Renata Correia Botelho não resistiu também a fazer, invocando (como o Sr. Deputado Artur Lima afirmou) o Governo da República para a não operacionalização da Rede a nível Nacional. Sem lhe querer lembrar mais nada, Sra. Deputada, e reafirmando aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima lhe disse, dever-se-ia preocupar mais com a operacionalização de tudo o que diz respeito à saúde na Região, porque a saúde é uma área regionalizada e em relação à qual o Governo Regional dos Açores tem competência total. Portanto, acho que a sua concentração se devia dirigir mais à apreciação Regional...

**Deputado José San-Bento (PS):** Estamos no Parlamento!

**O Orador:** ... do que propriamente desculpabilizar-se com situações nacionais! Por exemplo (eu ia dar-lhe um exemplo, é apenas uma graça, Sra. Deputada), perguntar ao Sr. Secretário Regional se os núcleos de saúde familiar que ele prometeu estarem implementados nos Açores, em todas as

ilhas, até dezembro de 2015, porque é que não estão implementados em setembro de 2016? Aceite só essa sugestão, não como uma piada, mas como uma graça para dirigir ao Sr. Secretário Regional.

**Deputado José San-Bento (PS):** Tão engraçado!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! É verdade!

**O Orador:** A minha referência final, Sr. Secretário, como fiz referência na minha intervenção inicial, vai no sentido (ainda há bilhetes à venda no circo Dallas, Sr. Deputado José San-Bento, está a atuar aqui na cidade da Horta!) de lhe dizer que no essencial estamos de acordo - com o princípio deste diploma. Dizer-lhe que e corrigi-lo se me permite, afirmou V. Exa.: “A Rede não é gerida pelo Governo Regional”. Claro que a Rede é gerida pelo Governo Regional! De forma direta e pelas parcerias que estabelece, mas a Rede é gerida pelo Governo Regional! Algumas das propostas de alteração que o Partido Socialista entregou e que os serviços fizeram distribuir, vão ao encontro de algumas preocupações que estavam contidas nos pareceres das diferentes entidades.

E dizer-lhe, Sr. Secretário Regional, que fazemos aqui uma profissão de fé, tal como as diferentes instituições que fazem parte da Comissão Regional de Saúde Mental e que participaram na construção deste diploma, também o tiveram - uma atitude de boa fé, que muitas das questões que estão aqui indefinidas possam, em termos de regulamentação, ser clarificadas e desejamos bem que a complexidade da implementação desta Rede possa ser bem mais fácil do que aquilo que inicialmente parece. Muito obrigado.

**Deputados António Marinho e Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, relativamente à resposta que o Sr. Secretário deu à minha dúvida, digamos no consenso encontrado, obviamente que eu entendo que a procura do denominador comum é uma coisa, a concordância absoluta é outra coisa, perfeitamente de acordo. Mas, Sr. Secretário Regional, o parecer, insisto, o parecer da Ordem dos Enfermeiros nas suas mais de 30, digamos, propostas de alteração e recomendações, não se limita a identificar, enfim, algumas discordâncias de pormenor ou de não concordância com a metodologia/ operacionalização. Não, Sr. Secretário Regional! O parecer da Ordem dos Enfermeiros, entre outros, vai muito para além disso! E permita-me recordar-lhe apenas duas ou três. Por exemplo, no ponto 37 diz o seguinte: “A proposta de Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental tende a amalgamar doença mental, deficiência mental, psicogeriatría e toxicodpendência. Situação, de todo, indesejável na medida em que existem diretrizes no quadro nacional e internacional para cada uma destas áreas, atendendo às suas especificidades, exatamente por se reconhecer que exigem respostas diferentes e ajustadas a cada uma delas”. Sr. Secretário Regional, só esta crítica...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Mas isso está no diploma!

**A Oradora:** ... Sr. Secretário Regional, invalida toda a Proposta de Decreto Legislativo Regional! Que faz, de facto, a amalgama entre todas estas situações! Depois...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): A senhora não deve ter lido o diploma!

**A Oradora:** (...inscreva-se! Nós continuaremos a conversar!) Mais! Continua a Ordem dos Enfermeiros: “O modelo proposto no Decreto Legislativo Regional continua a ter uma clara preferência pelo internamento e institucionalização, em detrimento de uma resposta efetiva de âmbito comunitário, preservando a manutenção da pessoa no seu meio. O mesmo é dizer - mantém-se nesta proposta o modelo de internamento em hospital psiquiátrico, ...

**Secretário Regional da Saúde** (*Luis Cabral*): Não é verdade!

**A Oradora:** ... isto é, o modelo hospitalocêntrico, agora com o nome de unidades”. Eu não sei porque é que os senhores estão a dizer que não? Eu estou a ler o que está aqui escrito! Não vale a pena nem o Sr. Secretário Regional, nem a Sra. Secretária, nem a Sra. Deputada Renata estarem a dizer que não e a fazerem ruído de fundo, porque eu não estou a inventar nem estou a falar do que pensa o Bloco de Esquerda! Estou a ler!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): A senhora está a discordar com uma coisa com a qual eu concordo!

**A Oradora:** A ler aquilo que aqui está, que são as recomendações críticas e prepositivas da Ordem dos Enfermeiros! E, portanto, não há aqui invenção nenhuma! E continua! E continua este parecer: “A Proposta de Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental não é criativa e não considera a realidade Regional, naquilo que é o seu enquadramento geográfico, social e financeiro”.

Mais!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): O que é que a Sra. Deputada acha da proposta?

**A Oradora:** ... “A Proposta de Rede Regional de Cuidados Continuados não se faz acompanhar de uma previsão de necessidades...”

Ó Sra. Secretária Regional... Sra. Presidente...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Eu peço desculpa, mas gostava de saber a opinião do Bloco!

**Presidente:** Faça o favor de continuar Sra. Deputada.

**A Oradora:** Sra. Secretária Regional, que prazer que o Bloco terá em lhe dar a opinião! Está aqui mesmo ao meu lado para lhe dar! Só estou à espera que a senhora pergunte!

Continuando... “A Proposta de Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental não se faz acompanhar de uma previsão de necessidades, o que torna difícil...”

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Isto é que é o ponto!

**A Oradora:** ... a realização de um exercício que permita contemplar a sua adequabilidade na vertente da dimensão e potencial de resposta”.

Ó Sr. Secretário Regional, eu não vou esgotar o tempo a ler o resto. São trinta e tal, o resto das recomendações!

Dizer o Sr. Secretário Regional que isto é só uma discordância de pormenor, porque o consenso fundamental foi encontrado. Ó Sr. Secretário Regional, das duas, uma: ou o senhor de enganou, ou a Ordem dos Enfermeiros se enganou.

**Secretário Regional da Saúde** (*Luis Cabral*): Eu explico!

**A Oradora:** Agora, as duas coisas ao mesmo tempo é que é completamente impossível! Aquilo que aqui está é uma crítica de fundo! Não é ao nível da operacionalização! Não, é ao nível da elaboração e da amálgama de situações que estão consignadas neste diploma, que pretende dar resposta a tudo e mais alguma coisa, que até hoje não teve resposta nenhuma a começar pela toxicodependência e pelos comportamentos aditivos. Muito obrigada Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Srs. Secretários Regionais:

Eu serei mesmo muito breve, no entanto, eu quero dizer que há aqui alguns aspetos que foram focados e que são, digamos, compreensivelmente resultado de algum desconhecimento do que se passa nesta área, no terreno destas instituições. Isto a que a Sra. Deputada Zuraída Soares chama, citando: “uma amálgama”, não corresponde de todo...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não sou eu, é a Ordem!

**A Oradora:** Ó Sra. Deputada, peço desculpa, não ouviu devidamente o que eu disse! Eu disse: “O que a Sra. Deputada disse, citando o parecer”. Peço desculpa... Ó Sra. Deputada, pelo amor de Deus, então vamos agora ouvir as gravações...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, por favor...

Faça o favor de continuar.

**A Oradora:** Portanto, Sra. Presidente, continuando... esta amálgama a que a Sra. Deputada Zuraída Soares fez referência, citando o parecer da Ordem...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é diferente!

**A Oradora:** ... (foi o que eu disse, estou apenas a repetir para que fique bem claro!), resulta de um desconhecimento desta matéria na operacionalização destas situações. Sra. Deputada, se há matéria em que eu, feliz ou infelizmente, estou à vontade para falar da concretização destes assuntos, é de facto esta! Trabalhei muitos anos em instituições psiquiátricas! Estas problemáticas digamos que coexistem muitas vezes nas mesmas instituições, sem que daí possamos inferir que estes utentes vão estar todos numa amálgama de cuidados e todos metidos nas mesmas unidades. Portanto, esta Rede o que prevê é exatamente que os utentes possam ser todos atendidos de forma digna nas suas estruturas mais indicadas para cada situação e com envolvimento de profissionais de várias áreas.

A Ordem dos Enfermeiros deu no seu parecer algumas sugestões que nós acatamos com muito gosto, aliás, como procuramos fazer de todos os pareceres que rececionamos, incluindo da Ordem dos Psicólogos que já chegou sem ser em tempo útil e que também tivemos a preocupação de ler com toda a atenção. E permita-me dizer-lhe com absoluta frontalidade: não é um modelo hospitalocêntrico! Nós saímos do paradigma do modelo hospitalocêntrico com a implementação desta Rede, que todos desejamos que seja uma implementação rápida. E sabemos, pelo menos algumas pessoas nesta Casa saberão, com certeza, como foi desastrosa a experiência italiana de desinstitucionalização dos doentes, sem acautelar unidades residenciais, sem acautelar cuidados domiciliários e depois teve de haver, obviamente, um recuo que veio no sentido daquilo que neste momento...

Devia ter sido mais cedo? Pois poderia ter sido! Mas é hoje! E hoje se aprovarmos este diploma com consenso, que eu acho que é desejável,

ficamos todos a ganhar! E fica em particular a ganhar cada um dos utentes da nossa Região que padece de uma doença mental! Obrigada.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luis Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Talvez para responder de uma forma mais clara à Sra. Deputada Zuraida Soares, obviamente o Governo Regional e os elementos da Comissão leram aquilo que foram os pareceres, também da Ordem dos Enfermeiros, sobre esta matéria. Mas penso que sobre estas questões, nomeadamente da amálgama, o parecer não é correto! Se quiser que lhe diga desta forma, acho que o parecer não é correto porque define uma amálgama exatamente onde nós queremos garantir uma separação! Aquilo que este modelo faz é uma separação muito clara de cada uma das valências de cada uma das unidades e por isso é que cria uma complexidade (tal como o Sr. Deputado Luís Maurício, há pouco, referiu), na criação das diferentes unidades.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Impossível de aplicar no terreno!

**O Orador:** Nós estamos a falar aqui da criação de mais de dez valências diferentes, com respostas diferenciadas e de acordo com a aquilo que são as necessidades. E, por isso, eu acho que é errado (vou-lhe dizer desta forma) considerar que é uma amálgama, porque é exatamente ao contrário daquilo que aqui está escrito! E aquilo que tanto eu como a Sr. Secretária dos Assuntos Parlamentares, há pouco, lhe estávamos a querer dizer era: veja o que lá está escrito! Ou seja, veja o que está proposto pelo Governo no diploma! E de uma forma consciente (que até lhe tomo por uma pessoa



inteligente), de acordo com aquilo que lá está escrito, veja em comparação com o que nós temos, se há alguma amálgama ou se há uma separação clara! E faça depois, a partir daí, também a sua relação relativamente a este parecer. Eu não percebo algumas das questões que foram levantadas pela Ordem dos Enfermeiros, nomeadamente também ser um modelo de internamento. Eu não vejo como tal! Não só eu, como as pessoas que fazem parte da Comissão e como todas as pessoas com quem nós temos trabalhado sobre este diploma, veem exatamente o contrário - um modelo de desinstitucionalização! Eu não percebo como é que se pode depois, num parecer, escrever que é um modelo que promove o internamento? Há aqui claramente, na nossa perspetiva sobre essa matéria, um erro de perceção sobre aquilo que é a proposta deste diploma! E aquilo que lhe posso fazer, também de uma forma muito clara, é transmitir que a perceção que o Governo Regional tem ao entregar este diploma na Assembleia e a perceção que a Secretaria Regional da Saúde e os diferentes Órgãos da Secretaria têm sobre a aplicação deste diploma em concreto, se for aprovado por esta Casa, é exatamente o contrário daquilo que está escrito. E o que lhe posso dizer é que o que será feito é precisamente o contrário disto! Nós não vamos amalgamar nada! Nós não vamos institucionalizar nada! Nós vamos fazer exatamente o contrário! Fazer fielmente aquilo que está aqui escrito, uma separação das diferentes valências e uma desinstitucionalização dos utentes.

E penso que a Sra. deputada Zuraida Soares, com toda a inteligência que deus lhe deu, é capaz de compreender exatamente isso que lhe disse, que aquilo que aqui está escrito vai exatamente nesse sentido. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Regional, eu ouvi lá de dentro na transmissão online, no renovado site da nossa Assembleia que está sempre a transmitir e ainda bem, a sua resposta às minhas questões. E por isso vim para dentro até para ouvir o Sr. Deputado Luís Maurício que não tinha ouvido na primeira intervenção. Mas ó Sr. Secretário, a amálgama... já agora que toda a gente puxa pelos seus galões das suas profissões, eu também trabalho com amálgama há muitos anos e o amálgama é uma coisa organizada, estruturada, quando bem feita dá um produto que serve para aquilo que a gente sabe, que é para obturar uma peça dentária. E, portanto, a amálgama quando é bem feita, é bom! O problema é que isto não é uma amálgama, isto é uma malha que se está aqui a fazer! Ainda por cima uma malha desestruturada, porque como é que é montar uma Rede sem profissionais nas Flores? Como é que é montar uma Rede sem profissionais na Graciosa? Como é que é montar uma Rede sem profissionais na Terceira? Como é que é montar uma Rede sem profissionais no Pico? É para fazer deslocação de 24 horas também para lá, à semelhança do que está a ser feito agora, com um custo enorme para o Serviço Regional de Saúde e sem benefício para os utentes? Como é que o senhor quer estabelecer uma Rede Regional se não tem profissionais nas ilhas? Esta é a pergunta que eu tenho para lhe fazer! Como é que vai fazer? Ainda por cima, quando o senhor quase proibiu a deslocação de especialistas às ilhas! Ainda por cima, quando este Governo não fixa enfermeiros na sua terra, que estão a emigrar! Ainda por cima, quando este Governo desistiu de dar formação especializada, nomeadamente aos enfermeiros nas diversas áreas! Como é que se quer fazer uma Rede? Não pode!

E já agora, Sra. Deputada Renata Correia Botelho, permita-me também, enfim, à laia de graça, não piada, usar a sua expressão. Os doentes com este diploma podem sair do inferno, mas olha que não passam do purgatório! Não ficar no purgatório! Eles não vão chegar, Sra. Deputada...

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Numa doença mental é muito difícil deixar de sofrer, Sr. Deputado!

**O Orador:** E com este diploma, Sra. Deputada, com esta Rede, eles coitados podem ser elevados um bocadinho ao purgatório, mas nunca vão chegar ao céu, Sra. Deputada. Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar na generalidade, para depois entrarmos no debate e votação na especialidade.

Vamos então votar na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos então passar ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver, vamos então passar à votação.

Art.º 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação da proposta de alteração ao art.º 2.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votamos agora o art.º 2.º com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Pergunto se posso colocar à votação em conjunto o art.º 3.º e 4.º?

Não? Separado!

Então vamos votar o art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 4.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos então agora votar a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos então à votação do art.º 5.º com a proposta que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votamos então agora o art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos então agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Está agora à votação o art.º 7.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está então agora à votação a proposta de alteração ao art.º 8.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Presidente:** Proposta de alteração ao art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do BE.

**Presidente:** Vamos então agora votar o art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Vamos então passar à votação do art.º 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação da proposta de alteração do PS ao art.º 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos então agora à votação do art.º 10.º com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM e 3 votos contra do CDS-PP.

**Presidente:** Está então agora à votação o art.º 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Presidente:** Estamos a votar o 11.º.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** É porque há pouco tínhamos votado a proposta de alteração, por isso agora é o 11.º

Portanto está à votação o art.º 11º

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.



**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM e 3 votos contra do CDS-PP.

**Presidente:** Está agora à votação o art.º 12.º.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos com um Governo Socialista, um Governo que defende a gratuidade da Saúde, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Do PS! Qual Socialista!

**O Orador:** ... a universalidade dos cuidados e toda essa conversa que nós ouvimos do Partido Socialista. Eu tenho algumas questões para colocar ao Sr. Secretário, se é que me pode responder. O art.º 12.º: “Os encargos decorrentes da prestação de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental são da responsabilidade do Departamento com competência na matéria, suportando o utente, mediante a comparticipação da Segurança Social a que houver lugar, os encargos decorrentes da prestação de Cuidados de Apoio Social”. Eu gostaria que me explicasse o que é que isto quer dizer porque eu não entendo.

E depois no n.º 2, Sr. Secretário, isto é muito bonito os senhores andarem aí a dizer que nos Açores a saúde não é paga, embora os senhores tenham as taxas moderadores! Mas afinal, quer dizer, a comparticipação da Segurança Social referida anteriormente é determinada em função dos rendimentos, Sr. Secretário! Em função dos rendimentos! E, portanto, eu julgo que quem já está doente... e quem é que paga isto? É a família, naturalmente! É novamente a dupla taxaço, Sr. Secretário! Aqui nos Açores, num Governo Socialista, um Governo amigo das famílias...

E depois, Sr. Secretário, há aqui uma coisa: “Os preços para a prestação de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental e Apoio Social são definidos por Portaria conjunta dos Membros do Governo e das Finanças”. Ó Sr. Secretário, não era caso para ter vindo aqui? Sr. Secretário, era caso para ser discutido nesta Assembleia! Os senhores estão a taxar a saúde dos açorianos! Mais uma vez a austeridade socialista sobre os açorianos! Quem quer saúde nos Açores, paga! É o que isto quer dizer, o art.º 12.º! Se não for assim explique-me lá o contrário!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luis Cabral*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, todas as Redes de Cuidados Continuados, independentemente de o serem em saúde mental ou não, já a Rede de Cuidados Continuados Integrados prevê que haja uma divisão de custos entre a Segurança Social e a Saúde, porque não estamos a falar...

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): E o utente!

**O Orador:** ... de prestações de Cuidados de Saúde Exclusivos, ou seja, o que constitucionalmente nós estamos obrigados a fazer é garantir os cuidados de saúde tendencialmente gratuitos aos utentes. Nos casos dos Cuidados Continuados há aqui uma separação percentual entre aquilo que é prestação de Saúde, daquilo que é a prestação Social. Já é assim, hoje em dia, na Rede de Cuidados Continuados existente na Região (para que perceba do que é que nós estamos a falar), em que os cuidados continuados de longa duração são financiados em 60% pela Segurança Social e em 40%

pela Saúde e os de média duração são financiados exatamente de forma inversa, ou seja, porque são doentes...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o utente!

**O Orador:** ... nos quais se investe mais na reabilitação, são financiados 60% pela Saúde e 40% pela Segurança Social. É desta forma que as entidades, que conosco já têm parcerias para o tratamento destes utentes, recebem esse financiamento. E é exatamente essa a forma que nós queremos mimetizar, porque existem aqui alguns tipos de prestação de Cuidados de Saúde Mental que obviamente têm um peso perto dos 100% da valência da Saúde e é uma responsabilidade direta dos Sistemas de Saúde. Existem outras como por exemplo, neste momento, nas dependências (já que foi levantado aqui o tema das dependências), em que a Segurança Social comparticipa uma parte, que é a parte relativa ao doente. Por exemplo, na ida dos doentes para as comunidades terapêuticas, no continente, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu não quero saber do continente para nada!

**O Orador:** ... existe um pagamento da Secretaria da Saúde e a Segurança Social comparticipa a outra prestação, ou seja, é desta forma que funcionam as Redes de Cuidados Continuados. Obviamente, as valências de internamento nos Hospitais da Região, nos serviços de psiquiatria, serão alvo de um financiamento a 100% pela Secretaria Regional da Saúde e não haverá comparticipação efetiva na parte dos Apoios Sociais. Existem outras valências como por exemplo na psicogeriatría, em que os utentes além de precisarem de prestação de Cuidados de Saúde diretos, poderão precisar de Cuidados de Segurança Social tal como teriam num lar e nessas situações é feita a comparticipação da mesma forma como se o utente estivesse no lar,

tal qual é adicionado a parte da Saúde e a prestação dos Cuidados de Saúde. É neste duplo financiamento por cada uma das Secretarias que nós estamos aqui a falar, Sr. Deputado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

*(Diálogo entre a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares e o Deputado Artur Lima)*

Relativamente a este artigo, este terá sido um dos artigos que motivou e motiva a reserva que temos relativamente a este diploma e que leva a que não tivéssemos votado na generalidade e não iremos também dar o nosso apoio na votação global final. E de facto, se me permite Sr. Deputado Artur Lima, não é efetivamente uma governação socialista, porque se fosse não havia aqui dupla tributação!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Oh, senhor!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É uma dupla tributação!

**O Orador:** É uma governação do PS! É do PS! Do PS! Não é governação socialista!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Na Venezuela é que é bom!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Eu não sei onde é que os senhores vivem!

**O Orador:** (é no Corvo... é no Corvo...)

Mas há aqui uma outra questão que é a seguinte, aliás, como a Sra. Deputada Renata Correia Botelho referiu e muito bem, trata-se de uma área da Saúde, muito complexa e que inflige um sofrimento atroz ao doente e sobretudo às famílias, onde existem casos de saúde mental. E para além desse sofrimento, V. Exas. ainda vão penalizar essas famílias e esses doentes obrigando-os a pagar! Portanto, Sr. Secretário e Sr. Deputado Artur Lima, isto não é uma governação socialista, isto é uma governação à PS! Que no caso da Saúde, como nós percebemos, até essa bandeira que era a bandeira que estabelecia a diferença entre o PS na República e o PS na Região, foi deixada cair já na legislatura anterior com a introdução das taxas moderadoras e, portanto, com a dupla tributação dos cidadãos...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... quando têm que recorrer aos serviços de Saúde. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

É evidente que esta situação não pode merecer o aval da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português. Muito obrigado Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Saúde... Segurança Social... como o senhor disse: “O doente há de estar aqui algures”. Não é? O doente está aqui algures! O doente... para que exista a Saúde e depois a Segurança Social.

A questão, Sr. Secretário Regional, é esta: quanto é que paga o doente nesta articulação e neste equilíbrio entre a Saúde e a Segurança Social? Quanto é que paga o doente, em média? Só para nós fazermos uma ideia de que é

que estamos a falar, porque aquilo que aqui está dito é que isto será definido por Portaria! Bom, mas nós não sabemos o que vai definir a Portaria! E, portanto, o que eu gostava de perceber é: no meio deste equilíbrio e deste balanço, entre a Saúde e a Segurança Social, o doente que há de estar aqui, quanto é que ele paga? Em média, quanto é que paga um doente de uma destas patologias que aqui estão consideradas? Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Este assunto não passaria em branco! O CDS não deixaria passar este artigozinho que aqui está porque o senhor, habilidosamente (reconheço-lhe, com muita habilidade!), foi falando na Segurança Social, na Saúde, nos dois pilares, ...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Nos lares de idosos, nas creches!

**O Orador:** ... mas esqueceu-se do fundamental – que são as pessoas, são os doentes! E Sr. Secretário diga-me lá, porque está aqui bem escrito: “A comparticipação da Segurança Social referida ...” (aquela que o senhor falou) “...é determinada em função dos rendimentos do utente”, portanto Sr. Secretário, o que é que contribui? É o que já está! Mas é aquilo que os senhores já fizeram taxar - a austeridade na Saúde! Taxada por vós com taxas moderadoras, injustas nalguns casos, como por exemplo nos meios complementares de diagnóstico em que o doente paga sem ter pedido, como por exemplo nos reembolsos. E Sr. Secretário, a partir de escalão de

IRS é que o doente paga tudo do seu bolso? Se o senhor diz que já existe, até quanto é que o doente tem direito a comparticipação? E a partir de quanto é que ganha por mês? Sabe Sr. Secretário, é que esta coisa de dar sempre tudo aos ditos pobrezinhos... porque a classe média, que trabalha todos os dias, ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Que desconta!

**O Orador:** ... que desconta do seu ordenado, que paga impostos, é duplamente tributada, Sr. Secretário! Diga-me a partir de que valor, porque o senhor sabe! Sabe, sabe! Porque determinou para os reembolsos também sabe para aqui qual é! Portanto, qual é o valor a partir do qual os açorianos não têm direito a comparticipação da Segurança Social? Essa pergunta o senhor tem que responder! Se não responder é porque vai taxar violentamente e brutalmente os açorianos que ganham um pouco mais que o ordenado mínimo!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo: Este art.º 12.º também nos suscita algumas dúvidas e eu tinha-as aqui assinaladas para lhe colocar. E a questão que muito concretamente lhe quero colocar é se nestas circunstâncias, a de um doente mental que pode ser assistido no âmbito dessa Rede, em diferentes unidades, nomeadamente pode ser atendido no seu próprio domicílio e o próprio conteúdo do diploma diz que esse tratamento em domicílio é feito em doentes com doença mental grave, o que significa que a incapacidade laboral desses doentes será próxima da totalidade, será próxima do zero. O que lhe quero

perguntar concretamente é se a situação que se passa com os doentes de Cuidados Continuados que pagam 80% do seu rendimento mensal às instituições que os acolhem, se é essa a situação que o senhor pretende aplicar aqui? Porque no nosso entender as duas situações não são comparáveis, em função da incapacidade do próprio. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Dispõe de cerca de um minuto.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Um minutinho só? Eu prescindo!

**Presidente:** Prescinde?

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional também dispõe de cerca de um minuto para responder.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luis Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que há aqui alguma confusão relativamente a esta matéria. E eu percebo, também fruto de um desconhecimento daquilo que é a realidade, hoje em dia, relativamente a algumas destas matérias. Em primeiro lugar, não há lugar a copagamento ou a dupla tributação na componente da saúde! Não há! Aquilo que o Serviço Regional de Saúde irá assumir é a totalidade da percentagem do tratamento de saúde que lhe for imputado na componente desses doentes. O que o Serviço Regional de Saúde irá assumir é a totalidade da percentagem que lhe for imputada, logo, não há qualquer copagamento ou cofinanciamento por parte do utente nessa vertente. A percentagem que for determinada como sendo um apoio social, segue as regras definidas pela Segurança Social. Não tem nada a ver, Sr. Deputado Artur Lima, com a formula que foi encontrada para os



reembolsos, tem apenas a ver com a formula que é praticada na Segurança Social...

**Presidente:** Agradeço que termine Sr. Secretário.

**O Orador:** ... e daquilo que sei até não é uma definição Regional, é uma definição Nacional nessa vertente da Segurança Social. Tem a ver com essa formula que for encontrada para a determinação dos apoios sociais e é apenas nessa percentagem. Sr. Deputado Luís Maurício, penso que nessa situação a percentagem de tratamento de cuidados de saúde será muito superior ou perto dos 100%, relativamente àquilo que é a vertente dos apoios sociais, no apoio a esse doente. Da mesma forma que uma situação de psicogeriatría em que o doente, no fundo, é um doente de lar, mas precisa de cuidados específicos de psiquiatria, o componente da Segurança Social será bastante mais elevado em detrimento do componente da saúde. É dentro deste equilíbrio entre as duas vertentes que se irá fazer o financiamento, garantindo eu e de acordo com aquilo que é também a Constituição, porque não o poderia fazer de outra forma, que tudo aquilo que seja a percentagem efetiva específica da componente da saúde, é gratuita para o utente. Ou seja, não há qualquer custo associado ao utente, na vertente da saúde!

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O artigo em questão é claro! O que diz é: “Os preços para a Prestação de Cuidados Continuados e Integrados de Saúde Mental e de Apoio Social são definidos por Portaria conjunta dos Membros do Governo Regional, com

competência em matéria da Saúde e Segurança Social, que fixa o valor da diária por utente em cada uma das tipologias da Rede”. Bom, nós em termos de linguagem política e de expressões que são utilizadas, falamos muitas vezes em cheque em branco e, de facto, aqui não está minimamente definido o valor. Qual é a opção do Governo nesta matéria? Algumas das bancadas foram muito objetivas e perguntaram claramente de que valores é que estamos a falar e qual é o conceito do Governo nesta matéria. Eu sei que o Governo já esgotou o seu tempo e nem sequer pode responder, mas a questão é essencial! É uma questão muito importante e que, de facto, clarifica muito o que é que as pessoas vão pagar. Isto é essencial para quem tem que tomar uma decisão em relação ao seu sentido de voto! É, de facto, tentar perceber! E eu penso que aqui o Governo tem a obrigação de esclarecer, esta Câmara, de que valores é que estamos a falar!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Srs. Secretários Regionais:

Pois, naturalmente eu não vou repetir as explicações que foram dadas pelo Sr. Secretário Regional, que está naturalmente muito mais abalizado do que eu para conferir essas respostas. No entanto, no decurso deste debate, não posso deixar de deixar aqui quase uma perplexidade, porque sendo obviamente este assunto um assunto importante e tendo o Sr. Secretário já, no entender do Partido Socialista, proporcionado as explicações devidas a que está naturalmente obrigado, é com perplexidade que vejo o desviar ardiloso da atenção do que há de absolutamente valioso neste diploma, para situações não direi que são secundárias, mas não é justo que se faça essa secundarização de tudo o que está aqui preconizado. E permitam-me

também que vos diga, Srs. Deputados: e as vossas propostas de alteração? Onde é que estão as vossas propostas de alteração se tudo isto vos causa legitimamente tamanho incómodo?

**Voices de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra e dispõe de cerca de um minuto.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que é perverso é o nº 2 do art.º 12.º, porque a comparticipação da Segurança Social referida anteriormente é determinada em função dos rendimentos do utente! Ó Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados, o utente quando está doente, está de baixa e recebe 60% do seu vencimento.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** O utente está de baixa, recebe 60% do seu vencimento, se tanto! E com a sua conta ainda vai pagar, porque o senhor determinou o rendimento dele quando ele estava saudável e a trabalhar, Sr. Secretário. Por isto é que é perverso! O que o senhor devia ter em atenção era quanto está a receber de baixa da Segurança Social e depois complementar então se tiver que pagar alguma coisa! Mas não! Os senhores dizem aqui: “Em função dos rendimentos do utente”! Ou seja, o que os senhores pegam é a declaração de IRS do ano anterior para determinar os rendimentos do utente!

**Presidente:** Agradeço que termine Sr. Deputado.

**O Orador:** Não é o que ele está a receber na altura porque está de baixa e doente há anos. É isso que os senhores vão buscar e é isso que é dupla, tripla tributação, Sr. Secretário. Não é uma dupla, é uma tripla tributação! É penalizar as pessoas! É castigar as pessoas! É austeridade na saúde! E nos

Açores quem quiser ter saúde, paga! Ou melhor, ainda mais modernamente Sr. Secretário, faz um seguro de saúde!

**Presidente:** O CDS também esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires que também dispõe de cerca de um minuto para intervir.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, não há nenhum argumento arditoso relativamente ao art.º 12.º! Eu referi na minha intervenção inicial designadamente o seguinte: “que o PS não se esquece de garantir o princípio do utilizador/pagador”. Portanto, referi-me claramente ao art.º 12.º e não há nem pode acusar a Representação Parlamentar do PCP de estar a desvirtuar esta iniciativa do Governo, agarrando aqui à questão do art.º 12.º, até porque o sentido de voto da Representação Parlamentar do PCP, relativamente a outros artigos, foi a que foi observada aqui.

Depois e relativamente a propostas de alteração, queria lembrar a Sr. Deputada o seguinte: as Representações Parlamentares foram despojadas, no início da legislatura...

**Presidente:** Agradeço que termine Sr. Deputado.

**O Orador:** Termina já Sra. Presidente. Foram despojadas da possibilidade de fazerem um trabalho parlamentar digno! Foram despojadas com uma alteração cirúrgica da orgânica deste Parlamento, que foi executada pelo Partido Socialista e que retirou às Representações Parlamentares um conjunto de apoios, relativamente às assessorias, que impedem as Representações Parlamentares de poder ir tão longe quanto gostariam no trabalho parlamentar! É evidente que tem a ver com isso!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

Incomodar mais!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Há limites!

**O Orador:** E é evidente que tem a ver com isso!

**Presidente:** Tem de terminar Sr. Deputado.

**O Orador:** O que V. Exa. referiu e solicitou aqui, ou pediu... Ó Sr. Secretária... a Sr. Secretária está muito incomodada hoje, mas ainda se vai incomodar mais! Ainda se vai incomodar mais!

**Presidente:** Tem de terminar Sr. Deputado.

**O Orador:** Portanto, Sra. Deputada, a questão é esta! As Representações Parlamentares foram despojadas dos meios...

**Presidente:** O Sr. Deputado já fez passar a sua posição, agradeço que termine.

**O Orador:** ... para poderem fazer um trabalho parlamentar digno! E essa responsabilidade foi do Partido Socialista! Muito obrigado Sra. Presidente.

**Presidente:** O PCP também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Eu bem sei que o Sr. Secretário Regional não tem mais tempo para intervir em nome do Governo, mas o seu esclarecimento, no nosso entender, não foi convincente relativamente a esta matéria e não nos sentimos confortáveis votando favoravelmente este artigo, sem prejuízo de uma votação final global positiva. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não há. Vamos então continuar a votação

Vamos então votar o art.º12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, e 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de alteração do PS ao art.º 13.º.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente:

Gostaria só de referir que esta proposta de alteração que o Partido Socialista apresenta, nomeadamente da alteração de nomenclatura ou de denominação de valências de psiquiatria para valências de saúde mental, gostaria que, consoante o resultado desta votação naturalmente, se procedesse depois em sede de redação final à alteração nas várias vezes que esta expressão – “valências de psiquiatria” aparece, passe a constar – valências de saúde mental. Nomeadamente aqui e nos artigos 16.º, 17.º e 18.º. Obrigada. **Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem, Sra. Deputada!

*(Diálogo entre a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares e o Deputado Artur Lima)*

**Deputado Berto Messias (PS):** No último Plenário vamos alterar o Regimento!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não! Essa proposta foi mal feita e à pressa!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados vamos então votar.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A proposta de alteração ao 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então, agora sim, votar o art.º 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP, e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Até ao art.º 20.º não foram apresentadas à Mesa propostas de alteração.

Eu pergunto se posso colocar à votação em conjunto do art.º 14.º ao 19.º?

Não há oposição?

Portanto, vamos então votar este conjunto de artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então agora passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora então à votação do art.º 20.º com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à proposta de alteração do PS ao art.º 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votamos então agora o art.º 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.



**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração do PS ao art.º 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos então agora às propostas de alteração apresentadas pelo PS ao art.º 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à Câmara a possibilidade de colocarmos os restantes artigos do diploma à votação em conjunto.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para uma interpelação.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** O 30.º só.

**Presidente:** Só o 30.º. Pergunto se há alguma oposição que apenas este seja votado separadamente?

Então, por uma questão de ordem, eu vou colocar à votação os artigos 27.º, 28.º e 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade

**Presidente:** Está então agora à votação o art.º 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Art.º 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

*Eram 18 horas e 03 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, para podermos recomeçar os nossos trabalhos têm de se sentar, para podermos ter quórum.

*Eram 18 horas e 42 minutos.*

Entramos agora no ponto quatro da nossa agenda: **Projeto de Resolução nº 158/X – “Dotar e aumentar o número de Terapeutas da Fala nas Unidades de Saúde de ilha do Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As perturbações da fala dificultam o processo de aprendizagem, para além da socialização do indivíduo o que condiciona gravemente o seu desenvolvimento pessoal.

Neste sentido, o despiste precoce dos problemas da fala em crianças em idade pré-escolar, por profissionais especializados, possibilita uma intervenção atempada nas suas perturbações, reduzindo os constrangimentos sociais e tem um papel determinante no sucesso escolar destas crianças.

Nos Açores é crescente o número de relatos sobre a incapacidade do Serviço Regional de Saúde para satisfazer as necessidades dos Açorianos relativamente à terapia da fala, facto sobremaneira agravado com a implementação do novo regime de reembolsos, pois, muitas famílias que recorriam a serviços privados de terapia da fala viram-se impossibilitados de continuar a usufruir desses serviços, por se tornar incomportável para os seus orçamentos familiares.

Na Região, os profissionais de terapia da fala no Serviço Regional de Saúde são manifestamente insuficientes para as necessidades identificadas.

Vejam os:

Cinco terapeutas da fala nas unidades de saúde da Ilha de São Miguel são insuficientes;

Na Unidade de Saúde da Ilha Graciosa o único terapeuta da fala não tem vínculo profissional, encontrando-se a realizar um estágio profissional;

A Unidade de Saúde da Ilha das Flores ainda não tem no seu quadro de pessoal um terapeuta da fala, recorrendo a prestação de serviços;

No Hospital da Horta dos dois terapeutas da fala, um encontra-se a realizar um estágio profissional;

As Unidades de Saúde do Corvo, do Faial e da Terceira não têm terapeutas da fala nos seus quadros, pelo que os utentes destas unidades se veem discriminados no acesso a este serviço de saúde.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores entende ser urgente resolver mais esta limitação no acesso à prestação de cuidados de saúde na Região, até no espírito, tão defendido pelo Governo Regional socialista, de uma sociedade inclusiva.

Neste sentido, esta recomendação ao Governo para que reforce os quadros de pessoal com terapeutas da fala nas Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde, dentro das possibilidades orçamentais, e podendo definir a partilha de serviços, nomeadamente:

- Na Unidade de saúde de São Miguel, nomeadamente nos Centros de Saúde de Vila Franca do Campo, do Nordeste, da Lagoa e de Ponta Delgada;
- Na Unidade de Saúde da Ilha Terceira, nomeadamente nos Centros de Saúde da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo;
- Na Unidade de Saúde da Graciosa;
- Na Unidade de Saúde de São Jorge;
- Na Unidade de Saúde do Faial;
- Na Unidade de Saúde do Corvo.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Só com uma boa rede de cuidados primários de saúde se pode melhorar o Sistema Regional de Saúde e prestar melhores cuidados aos Açorianos.

Esta medida proporcionará, desde logo, um despiste precoce de problemas de saúde que podem trazer consequências negativas para muitos cidadãos açorianos ao longo da sua vida, nomeadamente ao nível social.

Para além disso, reforçar os cuidados primários de saúde é investir na prevenção da saúde e, como o CDS, sempre disse, prevenir custa infinitamente menos do que cura!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Informo a Câmara que o CDS entregou à Mesa e já foi distribuído por todos, uma proposta de substituição integral a esta, que será debatida e também posteriormente votada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir, na sequência também daquilo que já declarei em Comissão sobre esta matéria, para dizer que, embora reconhecendo o Governo Regional a pertinência desta Resolução e sendo um dos objetivos do Governo Regional efetivamente cumprir com aquilo que está proposto nesta Resolução, existem aqui dois considerandos que o Governo Regional considera que devem ser devidamente esclarecidos neste debate e que no fundo demonstram também a nossa vontade em ir ao encontro daquilo que aqui está proposto.

Em primeiro lugar, um dos considerandos fala de um crescente número de relatos sobre a incapacidade do Serviço Regional de Saúde para satisfazer as necessidades dos açorianos relativamente à terapia da fala. Aquilo que nós temos conhecimento são as queixas que nos fazem chegar diretamente e aquilo que são os relatos dentro das diferentes Unidades de Saúde, dessa incapacidade. Na nossa perspetiva e de acordo com os registos que temos de reclamações, aquilo que se passa é exatamente o inverso, ou seja, não há

um aumento, não há um crescimento dessas situações. Há sim uma diminuição significativa dessas reclamações, ou seja, nós não temos do ponto de vista factual qualquer indicação de que haja um aumento nesta matéria. Reconhecemos que houve, na altura em foram introduzidas as alterações na Portaria dos Reembolsos e das Convenções, houve nessa altura um aumento muito significativo de reclamações nessa matéria, fruto da necessária adaptação ao novo modelo. Neste momento isso não é uma realidade!

E em segundo lugar gostaria também de esclarecer algumas questões. Considerando a implementação do novo regime de reembolsos, muitas famílias que recorriam a serviços privados de terapia da fala viram-se impossibilitadas de continuar a usufruir desses serviços, por se tornarem incomportáveis com os seus orçamentos familiares. Aquilo que eu gostaria de dizer também sobre essa matéria é que a perceção que o Governo Regional tem relativamente a esta questão é exatamente o contrário, ou seja, aquilo que antigamente era uma prática comum, que era as famílias terem que recorrer às prestações privadas e terem que pagar essas prestações privadas e depois serem reembolsadas pelos serviços públicos, deixou de o ser. E aquilo que nós temos dito pelas famílias e como regra é que na maior parte das situações as famílias melhoraram a sua condição de prestação de cuidados de saúde, ou seja, deixaram de ter que pagar diretamente porque o Governo Regional assumiu convenções diretamente com prestadores de cuidados e essas famílias puderam ir diretamente a esses prestadores de cuidados, sem pagar a esses prestadores e depois ter de ir pedir o reembolso. As Unidades de Saúde da Região estão a fazer esse pagamento nas situações em que ainda existem insuficiências, tal como foi

identificado corretamente e tal como o Governo Regional também explicou à Comissão, no número de terapeutas da fala na Região.

Sobre estes dois considerandos, nós achamos que a informação que aqui está, não está correta! Não há esse aumento tão significativo e na nossa perspetiva as famílias neste momento estão melhores e têm uma melhor acessibilidade, fruto do regime das convenções. Muito obrigado.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu não queria acreditar naquilo que estava a ouvir da sua parte, porque o senhor conhece, tão bem ou melhor do que eu, o sistema!

Vou-lhe dar uma explicação muito simples. O sistema de referenciação é *kafkiano*, porque a criança em primeiro lugar dirige-se a quem? Ao seu médico de família. O seu médico de família referencia para quem? Para o pediatra. Só depois o pediatra pode referenciar para o terapeuta da fala. *Es vero?* É verdade ou não? Espera três ou quatro meses! Neste momento, na Terceira, espera três ou quatro meses pelo seu médico de família! Vai para o hospital, para o pediatra, qual é a lista de espera para uma consulta, Sr. Secretário? 6 meses! Estamos a falar quase num ano! Qual é a lista de espera para o terapeuta da fala, Sr. Secretário? Diga lá qual é! Mais de um ano, Sr. Secretário! E, portanto, não venha... Quem diz isso não sou eu! São as pessoas! E, portanto, o senhor aí, o que está a fazer é dizer que as pessoas estão a mentir!



**Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Não me chegam reclamações!

**O Orador:** E nós fomos investigar... Reclamações!? Reclamações!? Ó Sr. Secretário, reclamações!?

**Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Exposições!

**O Orador:** Sabe o que alguns deles estão a fazer? A pagar do seu bolso com grandes necessidades e a passar outras necessidades! Sabe porquê? Porque põem em primeiro lugar a saúde dos seus filhos!

**Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Não é bem assim!

**O Orador:** Devido ao sistema que foi implementado! E daí a necessidade de ser reforçado! Os esclarecimentos, Sr. Secretário, é o sistema de referenciação! Os seus dois considerandos que queria esclarecidos já estão esclarecidos!

**Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Existem os sistemas de referenciação!

**O Orador:** Espera para marcar o médico de família, porque o médico de família é uma coisa que o senhor proibiu, não pode referenciar diretamente para o terapeuta da fala do hospital. O senhor não quer! O senhor não deixa! O sistema não deixa! Porque se o médico de família pudesse, avançava! E depois disto tudo, a lista de espera é sempre superior a um ano. E sabe Sr. Secretário, há quem tenha tido filhos que tenham feito evoluções extraordinárias na terapia da fala e quando foi introduzido esse sistema *kafkiano*, tiveram que ir apenas para o hospital, estiveram 12 meses em lista de espera e não conseguiram por causa disso. Não tenho só um exemplo e muito menos aquele que o senhor está a pensar. Tenho vários exemplos, vários de várias pessoas!

**Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Faça uma exposição!

**O Orador:** E vou-lhe dizer até de meninos que bem precisavam devido a outras patologias que têm. E para estarem numa escola inclusiva que os senhores defendem, também precisavam dessa celeridade no acesso e não o tiveram, Sr. Secretário.

Não sejamos aqui (peço-lhe desculpa) hipócritas! O senhor sabe tão bem como eu que as coisas são assim! E sabe tão bem como eu como é o sistema de referenciação porque ele é feito desta maneira! E só se mais não houvesse, havia o sistema de referenciação. Portanto Sr. Secretário, só há uma hipótese: é aumentar o número de profissionais, é dar maior resposta!

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Para isso precisa alterar o sistema de referenciação!

**O Orador:** E já agora Sr. Secretário, se puder, ainda antes de se ir embora, faça a esmola e altere o sistema de referenciação para os terapeutas da fala. E já agora para uma outra especialidade que a gente não vai falar aqui porque não é o caso, mas até podíamos falar.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o debate político nestas circunstâncias e perante situações que todas as famílias conhecem, deve ser um debate realizado com seriedade. O Sr. Secretário sabe bem que existe um grande número de situações, como eu, por exemplo, já recebi várias famílias que me expuseram as suas situações em que não tiveram acesso ao terapeuta da fala em tempo útil. O que é absolutamente fundamental (e falo como professor) para ultrapassar as dificuldades que enfrentam nas escolas e é um elemento muito importante de integração do aluno. Eu considero que nesta matéria não

custa nada reconhecer porque é verdade e porque é objetivo reconhecer que existem graves deficiências. Se me disserem que este é um objetivo político que todos partilhamos, que existe um conjunto de meios e que existe um conjunto de estratégias que estão a ser desenvolvidas, eu concordo com isso. Agora o que eu considero é que, de facto, em relação ao que aqui é proposto, em relação à urgência que é colocada nesta questão, em relação ao reconhecimento que a resposta atual é muito insuficiente, eu penso que isto é absolutamente evidente! E mais do que tudo, quem nos está a ouvir neste debate, há gente a ouvir e famílias que estão a ouvir porque estão interessadas diretamente neste assunto, sabem perfeitamente que a resposta é hoje muito insuficiente e sabem perfeitamente que esta prioridade política é algo que há muito tempo estas famílias e estes jovens aguardam! E eu penso que é absolutamente fundamental avançar neste caminho e também porque não reconhecer que é de facto verdade que a nossa resposta ainda é muito deficitária nesta matéria e que para nós esta é uma prioridade. E por isso eu voto favoravelmente a iniciativa do CDS-PP.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Naturalmente que o PSD se vai associar ao Projeto de Resolução apresentado pelo CDS e só estranha que o Sr. Secretário Regional tenha considerado “premente” a iniciativa (estou a citar), porque deveria constituir uma tarefa normal do Governo assegurar que, de forma natural, os recursos estivessem providos e não necessitar que um partido político faça lembrar que há carências nessa área.

**Deputado Berto Messias (PS):** Se a gente aprova, é porque aprova; se a gente chumba, é porque chumba! Mas ficamos em quê?

**O Orador:** Não está em chumbar nem aprovar, está em considerar premente uma coisa que do ponto de vista da governação deveria ser absolutamente natural!

**Deputado Berto Messias (PS):** Não! Estão é os senhores a falar mal do PS novamente, essa é que é essa!

**O Orador:** Mas vamos ao essencial. Eu acho que temos que reconhecer e como bem disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, com seriedade, que as coisas não vão bem. E que a resposta do Serviço Regional de Saúde no que a esta matéria diz respeito é ainda insuficiente! Concordo em absoluto com aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima aqui referiu! As necessidades são crescentes e não se podem medir apenas e só pelo volume maior ou menor das reclamações. Há pessoas que se nos dirigem a referirem situações pessoais de dificuldade de acesso. O Sr. Secretário Regional tem que reconhecer que aumentou a dificuldade desse acesso a partir do momento em que, não só fez depender o reembolso das sessões do nível de rendimento do agregado familiar, mas mais do que isso, limitou em cada ano civil a 40 sessões de terapia da fala o teto máximo de sessões reembolsáveis. O senhor tem que reconhecer isso! E tem que reconhecer também que um esforço adicional tem que ser feito no sentido de fixar as pessoas que neste momento se encontram nas diferentes Unidades de Saúde, em diferentes programas, no estagiar L nomeadamente. Posso-lhe dizer, Sr. Secretário Regional, porque não fixa o terapeuta da fala que neste momento está na Unidade de Saúde da ilha Graciosa? Que é uma graciosense natural da ilha Graciosa! Porque não a fixa? E está a possibilitar que esse recurso (que vá fazer falta na ilha Graciosa) saia da

ilha Graciosa e se desloque para outro local. Até pode ser nos Açores, mas na ilha Graciosa deixa de existir terapeuta da fala se esse profissional sair! E, portanto, com serenidade e sem pretender retirar desta discussão qualquer proveito político-partidário, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Agora íamos pensar isso de si!

**O Orador:** ... eu diria concluindo, Sr. Secretário Regional: reconheça que as coisas não vão bem! Faça um esforço para que aquilo que V. Exa. considerou premente seja uma atividade natural do Governo! Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(\*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Excelentíssimas Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que todos os profissionais de saúde são de grande importância para o progresso da Saúde na Região Autónoma dos Açores. Uma intervenção precoce melhora substancialmente o sucesso da resolução do problema e o problema da terapia da fala é um problema das pessoas, das crianças, que necessitamos de resolver o mais depressa possível! Um reforço e uma cobertura regional só traz mais valia ao Serviço Regional de Saúde!

A resposta agora é o sistema público e o sistema convencionado, no futuro será o público a dar a resposta com apoio do sistema convencionado, até resolvermos o problema de muitas crianças que necessitam de um desenvolvimento e um melhoramento da sua patologia. Existem 11 profissionais terapeutas da fala nos Açores. Precisamos de mais! Precisamos de fazer uma rede Regional para que o Serviço Regional de

Saúde seja cada vez melhor! O sistema de Saúde está sempre a evoluir, há novas necessidades e há novas respostas a dar pelo Serviço Regional de Saúde. O Governo Regional dos Açores está atento a essas necessidades! O Serviço Regional de Saúde necessita permanentemente de integrar mais profissionais e entende que deve ser de uma forma progressiva, mas de forma que cubra a quantidade de problemas que existem na nossa Região. A acessibilidade pública é prioritária, segundo o nosso ponto de vista, e no caso de haver necessidade deve ser de forma convencionada do sistema privado a ajudar a resolução dos problemas. Essas patologias influenciam muito na educação e no desenvolvimento das crianças (e não só) e dos adultos.

É necessário ter sempre uma atenção especial e era importante reforçar o Serviço Regional de Saúde nessa área, para que o Serviço Regional de Saúde continue no seu progresso, na sua melhoria, para aumentar a qualidade de vida dos açorianos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Feito o esclarecimento que tinha que fazer ao Sr. Secretário, deixe-me focar agora, enfim, nos méritos da iniciativa que o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral acabou também de fazer nesse sentido. Eu acho que isto é extremamente importante, esta iniciativa trazida hoje (já está há algum tempo em Comissão) e sobretudo ser aprovada! E aprovada para benefício das pessoas, não só das crianças, que eu há bocado referi para o pediatra, mas de todas aquelas pessoas que tiveram outras patologias como AVC ou

um acidente e que foram gravemente afetadas na sua função, nomeadamente da fala. Portanto, é importantíssimo este reforço que se possa fazer! É um benefício grande para o Serviço Regional de Saúde! E eu acho que nesse problema, aquela velha máxima que eu defendo, que o CDS defende e que muito boa gente defende – “É que para haver bom Governo também é preciso haver boa oposição”. O CDS tenta sempre ser essa boa oposição, tenta fazer propostas que sejam a favor dos açorianos e, portanto, se o Governo por qualquer motivo não achou prioritário que tivesse ido a essa área, porque teve outras, ou porque quis, ou por qualquer motivo, o CDS cá está exercendo aquilo que deve ser uma boa oposição de propositura, propõe e espera que seja aprovado. E como disse aqui o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral: “Que esta é uma boa proposta para os açorianos”, e neste caso os açorianos acho que tanto a valorizam se ela for feita pelo Governo ou se ela for feita pela oposição. E, portanto, nós estamos aqui a fazê-la hoje e muito bem, porque vai trazer grandes benefícios a todas as pessoas que precisam do reforço desses profissionais, da fixação de gente nas ilhas. Com certeza que vai trazer porque se tiver que se reforçar os quadros, as pessoas vão ter que se fixar e, portanto, eu acho que isso deve ser aprovado até por unanimidade, mas isso é a minha opinião e a nossa opinião. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o ponto cinco da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 73/X – “Aprova o regime jurídico dos museus da Região Autónoma dos Açores”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):  
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Na Cultura, o Governo dos Açores move-se por dois propósitos essenciais, são eles: a transmissão para o futuro da herança dos nossos antepassados e o estímulo à capacidade de criação dos agentes individuais e coletivos.

As instituições culturais, os museus, as bibliotecas e os arquivos, os grupos musicais e teatrais, ainda os agentes culturais de todas as tipologias são os executores, no terreno, dos nossos propósitos.

Quanto aos museus - são as estruturas encarregues da caracterização do semblante do território, do caráter das gentes e da história da comunidade, para salvaguarda e para valorização da identidade cultural dos povos. Quanto aos museus - são, como tenho dito e sempre direi, repositórios do passado, mas sobretudo albergues do futuro. São repositórios do passado porque guardam os objetos que testemunham o sentido e as condições das vivências dos nossos pais, dos nossos avós, de todos os nossos antecessores. São por isso indispensáveis na tarefa de fazer, de desfazer e de refazer a história das comunidades, dos povos e da própria humanidade. São albergues do futuro porque no presente o estudo do passado constitui a melhor forma de projetar e de construir a sociedade do amanhã. O êxito



maior ou menor de um qualquer museu depende muito da capacidade do Governo e dos seus técnicos, de estabelecerem um trabalho de parceria com os agentes e com as instituições locais, isto é, com o comum dos cidadãos, com as câmaras municipais, por exemplo também com as escolas a quem cabe uma ação extraordinária de educação patrimonial. Em matéria de museus, a política governativa consiste, desde há muitos anos, na criação de uma unidade museológica em cada uma das nossas ilhas. O programa ainda não se encontra de todo concluído, dada uma inexistência de uma estrutura no Corvo só agora colmatada com o desenvolvimento do projeto do ecomuseu, dada também a inexistência de instalações adequadas em São Jorge e Santa Maria, mas em processo de construção. Por acréscimo, tem o Governo sabido refrescar as diversas museografias para que correspondam, cada vez mais, às expetativas dos nossos públicos, quer os locais, quer os externos, também para melhor corresponder aos anseios dos públicos, também para melhor agir como recurso turístico do presente e do futuro. Ainda muito recentemente se procedeu à alteração dos horários dos museus, que se encontram agora abertos aos fins de semana, que ainda semanalmente encerram no mesmo dia.

Em matéria cultural, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional articula-se com o programa do Governo, designadamente com o objetivo - continuar a implementação ao nível do património de políticas de conhecimento, preservação, divulgação e transmissão às gerações futuras, e com a medida - rever e atualizar a legislação regional neste setor, proporcionando uma política mais eficaz tendo em vista a sua valorização.

Em termos jurídicos, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional aprova o novo regime de museus na Região Autónoma dos Açores, tendo em consideração a natureza e as características arquipelágicas. É naturalmente

um diploma aparentado com o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, sobre o regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel, e com a Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, sobre a política de proteção e valorização do património cultural, que inclui o regime jurídico comum aos museus portugueses.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional consorcia numa mesma estrutura os museus regionais e de ilha, também os parques arqueológicos e os sítios de interesse subaquático, e uma pluralidade de pequenas unidades de carácter museológico beneficiárias ou não de apoio institucional.

O objetivo consiste num propósito de atuação em rede, à luz daquilo que internacionalmente se preconiza desde finais do século XX. De concreto cria-se a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, constituindo estas últimas, as coleções visitáveis, uma realidade museológica nova em Portugal, entretanto já reconhecida em diversos países europeus. Na sua lógica de atuação, a Rede respeita a idiosincrasia de cada instituição, enquanto estimula a cooperação entre todas elas. Todos os museus e coleções cumprem pressupostos e critérios técnicos, para evitar futura proliferação de estruturas redundantes sem a qualificação para o serviço público. Além disso, a entrada na Rede faz-se por decisão da própria Rede, jamais por decisão governamental, mediante o desenvolvimento de um processo de credenciação. De resto, a entrada na Rede Regional concede acesso à Rede Portuguesa de Museus, à exceção das coleções visitáveis ainda não previstas, como se disse atrás, a nível Nacional. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(\*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Uma intervenção muito breve e muito clara para transmitir a posição do Grupo Parlamentar do PSD sobre a iniciativa legislativa do Governo Regional.

Em primeiro lugar, impõe-se denunciar aqui mais uma das habituais habilidades parlamentares do PS e do Governo - rejeitar uma proposta do PSD e depois apresenta-la como sua! Senão vejamos! Em outubro de 2013, o PSD apresentou um Projeto de Decreto Legislativo Regional para criar a Rede de Instituições Museológicas dos Açores. A RIMA seria uma Rede informal, sem caráter vinculativo ou dependência hierárquica...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Não estamos a falar da mesma proposta, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... que visava envolver e articular os museus existentes no Açores, quer fossem de propriedade ou de gestão da Região, de instituições públicas ou privadas, de associações do terceiro setor, ou de particulares. Pretendia potenciar sinergias entre as diversas instituições museológicas do Açores, incentivando e mediando a cooperação entre meia centena de espaços de diferentes titularidades, tipologias e temáticas que contribuem de forma insubstituível para a defesa, o enriquecimento e a valorização do nosso património identitário em todas as ilhas. Esta iniciativa tinha merecido o parecer favorável de diferentes entidades representativas como o Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, o Instituto Açoriano de Cultura e a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Apesar disso, a iniciativa do PSD foi rejeitada pela maioria absoluta do Partido Socialista na reunião plenária de fevereiro de 2014. O Governo Regional argumentava então que já tinha pensado nisso e anunciou mesmo que no final de 2014, princípio de 2015, teriam a funcionar em pleno uma Rede Regional de Museus. Mas só agora, no final da legislatura é que o Governo submete ao Parlamento a sua própria proposta legislativa, visando expressamente incluir e passo a citar: “uma pluralidade de pequenas unidades de carácter museológico, independentemente de serem beneficiárias ou não de apoio institucional, numa Rede Regional de Museus que respeita a idiossincrasia de cada instituição e estimula a cooperação entre todas elas”. Sucede, no entanto, que esta proposta do Governo, pelo carácter concreto do seu articulado, suscita as maiores reservas por parte das entidades, agora consultadas, designadamente o Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, o Instituto Açoriano de Cultura e a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Nos seus pareceres enviados à Comissão de Assuntos Sociais, só estas três entidades manifestaram dúvidas ou discordâncias, relativamente a 44 artigos deste diploma! Ou porque consideram que alguns desses artigos apresentam um texto sem sentido, muito vago, algo nebuloso, ou porque entendem que noutros aspetos esta iniciativa nem sequer é, e passo a citar: “consentânea com a autonomia do poder local”. Convenhamos que é muito preocupante um diploma do Governo não merecer a concordância de pareceres representativos em 44 dos seus 159 artigos, isto representa cerca de 30%!

As alterações necessárias, essencialmente de carácter técnico, são muitas e muito complexas. Não se compadecem com um debate político em sede de plenário, muito menos na última reunião da legislatura! Por isso, o Grupo

Parlamentar do PSD sugere que o Governo retire essa sua proposta para corrigir e aperfeiçoar muitos dos seus aspetos estruturantes, em conformidade com as pertinentes observações das entidades consultadas!

**Deputado Berto Messias (PS):** A senhora faça propostas de alteração!

**A Oradora:** E que no início da próxima legislatura, o novo Governo apresente uma nova iniciativa para ser apreciada em Comissão e debatida em plenário.

Concordamos com os objetivos políticos até porque, convenhamos, foram replicados da nossa própria iniciativa legislativa. Mas não podemos ignorar as opiniões desfavoráveis das entidades representativas do setor, sobre o articulado técnico.

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas então a proposta é boa ou é má!

**A Oradora:** De outra forma não fazia sentido termos consultado essas entidades se não fosse para depois ter em conta os pareceres dados. Esta proposta do Governo, a continuar como está, não pode merecer o voto favorável do PSD! Disse.

**Deputado Berto Messias (PS):** A senhora acabou de dizer que a proposta do Deputado José Andrade era má!

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Estou a falar com base nos pareceres!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Pergunto se há inscrições?

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições...

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar dizer que esta proposta, como o Sr. Secretário teve a oportunidade de explicar e naturalmente também procurarei não repetir argumentos já aqui aduzidos, transpõe a lei Nacional, mas suplanta essa transposição. Preconiza é certo, a estratégia de uma Rede, mas constitui uma melhoria (nós atrevemo-nos a considerar desta forma) e eu diria mesmo uma vanguarda, mas uma vanguarda exigente com apelo à qualidade e ao rigor técnico que se exige em matérias desta natureza. Vai além da lei Nacional quando se debruça sobre as coleções visitáveis, criando uma espécie de segundo nível ou (chamemos-lhe) segundo patamar de credenciação. Uma realidade muito presente nos Açores e, portanto, tem em conta esta realidade arquipelágica e vai ao encontro dos agentes culturais que se movimentam nesta matéria. Define a estrutura da Rede e, enfim, todo o articulado aponta nesse sentido, confere inclusive segurança, no nosso entender, a quem visita os museus e as coleções que passarão a constar da Rede e que terão uma placa identificativa, sendo que a adesão é voluntária e, portanto, ninguém está obrigado a aderir, mas essa Rede de alguma forma confere essa segurança. E eu diria mesmo que apela também a um turismo (se quisermos fazer aqui o cruzamento destas realidades) que percorra mais ilhas, mais museus, mais coleções, com uma nova lógica de museografia, porque as instituições não deverão competir entre si, mas complementar-se ao longo de todo o arquipélago.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, de alguma forma a Rede constituirá o grande museu dos Açores.

Agora, Sra. Deputada Judite Parreira, dirijo-lhe três notas:

Em primeiro lugar dizer que disse a verdade. O Governo Regional já tinha, de facto, pensado na constituição desta Rede quando ela aqui foi trazida a

debate pela RIMA, portanto não é nenhuma inverdade, assim foi! A RIMA, na nossa leitura, por assim dizer, era mais indiscriminada, pedia ao Governo Regional um apoio total, um pouco indiferente à qualidade concreta e ao rigor científico que era exigível. Isto é a nossa leitura e não vamos agora obviamente repetir aqui a discussão da RIMA. O PSD agora, até na sua pré-campanha, de alguma maneira vem dizer - “menos Governo”, mas a RIMA o que exigia era que o apoio do Governo Regional fosse quase indiscriminado e, portanto, nós achamos que tem que haver uma qualificação e tem que haver uma referência necessária à Lei Quadro dos Museus. E no nosso entender, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional vai muito além, aprofunda muito as diretrizes que estavam vertidas no vosso projeto de Decreto Legislativo Regional.

A terceira palavra que gostaria de deixar aqui, Sra. Deputada Judite Parreira, é de alguma maneira dar-lhe as boas vindas ao debate desta matéria, mas pedir-lhe desculpa por desviar o meu olhar para outra franja da sua bancada, nomeadamente para o Sr. Deputado José Andrade...

**Deputado José Andrade (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e conferir-lhe o mérito que tem, com a dedicação (e eu diria mesmo), o desvelo que nos habituou, independentemente de todas e quaisquer divergências que possamos ter aflorado ao longo desta legislatura. Mas, de facto, o Sr. Deputado José Andrade trouxe este tema à discussão e colocou de alguma maneira na agenda de todos nós. O seu a seu dono! Quero deixar aqui este mérito e explicar que é com muito gosto que o Partido Socialista, neste momento, procurará aprovar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, não sem perceber que este caminho se faz com todos e o Sr. Deputado José Andrade fez parte deste caminho!

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Aquilo que é esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, obviamente que eu sei! Aquilo que foi o projeto da RIMA, obviamente que sei com muito menor distanciamento, todavia, foi explicado agora aqui e pelo testemunho que eu já trazia detrás, tinha efetivamente a certeza de que não se tratava exatamente da mesma coisa! Agora, uma coisa também é certa, se há muitos pontos comuns, se há muitos intentos comuns, ainda bem! Porque vai ser mais fácil aplicar este novo Decreto Legislativo Regional, já que contará certamente com uma relativa unanimidade de opiniões em seu redor.

Quanto às críticas a que se reportou a Sra. Deputada Judite Parreira, gostaria de esclarecer o seguinte: há muita forma de olhar para as coisas! O mundo é um mundo diverso, as perspetivas devem ser naturalmente plurais. Na generalidade, quer os especialistas, quer as instituições que se pronunciaram acerca deste projeto de DLR para os museus, teceram a propósito dele comentários positivos acerca, por exemplo, da oportunidade da iniciativa e da utilidade do futuro Decreto Legislativo Regional. Por exemplo, um dos especialistas vindo precisamente do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, a emissiva dirigida à Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reputa o documento de grande importância e releva ainda ser do maior interesse a instituição de um regime jurídico para os museus da Região



Autónoma dos Açores. Acrescenta também que o novo Decreto Legislativo Regional suscita o aprofundamento (e eu acrescentaria que também a melhoria) das políticas culturais nos Açores. De resto e neste caso concreto, o grosso das críticas recai sobre a Lei nº 47/2004, mas o nosso Decreto Legislativo Regional, a nossa proposta, está bem longe de equivaler simplesmente a uma replicação, na Região, do articulado de tal Lei.

E quanto à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, considera esta Proposta de Decreto Legislativo Regional um sinal da importância que os Órgãos do Governo conferem à Cultura e à História dos Açores, traduzido na harmonização, neste caso, de procedimentos e critérios em torno da Museologia. Por sua vez, o Instituto Açoriano de Cultura cognomina o conteúdo da Proposta de Decreto Legislativo Regional de necessário e oportuno, e tido por adequado às expectativas da Região.

E finalmente, a Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia considera esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e particularmente o intento da criação de Rede de Museus e Coleções Visitáveis, um passo importante na valorização do património museológico regional.

Isto, tudo isto, não significa rejeição da proposta do Governo! Isto, tudo isto, se não significa aplauso, significa concordância pelo menos a sentimento face à proposta do Governo!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

**O Orador:** De resto, se a Comissão Parlamentar teve a preocupação da consulta de especialistas em fase de audição pública, o Governo, ainda antes, teve também a preocupação do envolvimento de especialistas na

elaboração da sua própria Proposta de Decreto Legislativo Regional. Claro, claro que entre os especialistas a divergência de perspectivas é comum e inclusivamente é saudável!

E à margem de qualquer atitude de tipo autista, aproveitando inclusivamente a contribuição de todos, do Centro de Estudo Etnológicos da Universidade, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, do Instituto Açoriano de Cultura, entre outros, não se coibirá certamente o Partido Socialista, obviamente que em consonância com o Governo, de propor alterações úteis e justificáveis decorrentes da contribuição dos especialistas e das instituições, ouvidos em Comissão de Assuntos Sociais do Parlamento dos Açores. Muito obrigado.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

Agradeço que ocupem os vossos lugares, para podermos fazer de imediato a votação na generalidade.

Vamos então proceder à votação na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Entramos agora no debate e votação na especialidade.

Eu, por uma questão de organização, uma vez que este é um diploma muito grande, informo a Mesa que as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista incidem sobre os seguintes artigos: 1.º, 3.º, 4.º, 23.º, 40.º, 63.º, 65.º, 67.º, 68.º, 99.º, 103.º, 143.º, 148.º e 154.º.

A proposta da Mesa é que se faça a votação destas propostas de alteração e em seguida dos respetivos artigos com as alterações, que forem aprovadas ou não, e depois, se não houver oposição, votávamos os restantes artigos que compõem este diploma.

Julgo que não há oposição.

Muito bem, vamos então votar as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista a este diploma, que constituem todos os artigos que enunciei há pouco.

Sr. Deputada Renata Correia Botelho pede a palavra para intervir no debate?

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):**

Eu fiquei agora com uma dúvida, peço desculpa, é mesmo uma dúvida. Portanto, a Sra. Presidente está a colocar à votação as propostas no seu conjunto?

**Presidente:** Se não houver oposição naturalmente.

**A Oradora:** Pois, eu precisava só de fazer uma pequena ressalva para nossa proposta de alteração ao art.º 67. Posso?

**Presidente:** Temos duas possibilidades, ou faz agora ou se quiser só fazê-lo aquando do...

**A Oradora:** Eu, por mim, se achar funcional, posso fazer já.

**Presidente:** Da minha parte não há problema, pode intervir no debate assim que entender.

**A Oradora:** Faço já, faço já...

**Presidente:** Então tem palavra a Sra. Deputada.

**A Oradora:** Sra. Presidente muito obrigada.

Queria apenas, de alguma maneira, esclarecer que a nossa proposta de alteração ao art.º 67.º, portanto este título: “Incorporação em Museu da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores”, decorre, enfim, de uma incorreção que havia no nome da Rede e queria pedir que em sede de redação de redação final, se tivesse em conta que muito pontualmente surge alguma pequena falha no nome da Rede e que esse nome passe a constar exatamente desta forma - Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores. É só um apelo a que na redação final isto seja acutelado. Muito obrigado.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Julgo não haver.

Vamos então votar as propostas de alteração do Partido Socialista a este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** As propostas de alteração apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Sra. Deputada Judite Parreira pede a palavra para...?

Para repetir a votação?

Vamos então repetir a votação.

Está à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PS a este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração dos artigos anunciados foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos então agora à votação dos artigos que já enunciei anteriormente, com as alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos então agora à votação dos restantes artigos que compõem este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos então continuar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto seis da nossa agenda.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para...?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma interpelação. Solicito um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental.

E considerando o nosso horário, recomeçamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 41 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Letícia Maria Dias Lourenço Vieira**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

### **Documentos entrados**

#### **1- Projetos de Lei**

**Assunto:** Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança - n.º 291/XIII/1.<sup>a</sup> – Audição n.º 302/X

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 18

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 28;

**Assunto:** Cria o Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade - n.º 292/XIII/1.<sup>a</sup> – Audição n.º 303/X

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 18

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 19.

## **2- Proposta de Lei:**

**Assunto:** Texto de substituição relativo à Proposta de Lei n.º 186/XII/4.<sup>a</sup> - Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro que estabelece a titularidade dos recursos hídricos – n.º 10-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 06 – 18

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** Querendo emitir parecer.

## **3 – Projetos de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviços de instrumentos de pesagem não automáticos, transpondo a Diretiva n.º 2014/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 - ME - (Reg. DL 278/2016) – n.º 236-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 29

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 08 – 18;



**Assunto:** Transpõe a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, que altera o anexo II da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos, e procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de junho, à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, 23 de Agosto, e à Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto - MA - Reg. DL 245/2016 – n.º 237-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 29

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 08 – 18;

**Assunto:** Executa na ordem jurídica nacional interna o disposto no Regulamento (CE) n.º 1222/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros essenciais - ME - (Reg. DL 256/2016) – n.º 238-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 11

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 08 – 21;

**Assunto:** Regula a qualidade dos cuidados de saúde e da segurança do doente e cria a Autoridade para a Qualidade na Saúde - (MS) - (Reg. PL 338/2016) – n.º 246-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 13;

**Assunto:** Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro, adaptando o registo individual do condutor ao novo regime do sistema de pontos do título de condução. - MAI - (Reg. DL 290/2016) – n.º 241-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 24

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 01.

#### **4- Projetos de Proposta de Lei**

**Assunto:** Autoriza o Governo a aprovar o novo regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, incluindo as águas de transição, e interiores - PCM (MM) - (Reg. PL 58/2016 – n.º 239-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 11

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 08 – 31;

**Assunto:** Cria e regula o Registo Oncológico Nacional, prevendo-se designadamente as suas finalidades, os dados que são recolhidos, as formas

de acesso, a entidade responsável pela sua administração e tratamento de base de dados - PCM(MS) - Reg. PL 241/2016) – n.º 240-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 11

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 08 – 31;

**Assunto:** Procede à segunda alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, que aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo, abrangendo no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis e reforçando as medidas a aplicar a estes novos produtos em matéria de exposição ao fumo ambiental, publicidade e promoção - PCM (MS) - (Reg. PL 335/2016) – n.º 245-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 13;

**Assunto:** Procede à primeira alteração à Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que visa a consolidação dos direitos e deveres do utente dos serviços de saúde, concretizando a Base XIV da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, e salvaguardando as especificidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como define os termos a que deve obedecer a Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do SNS - PCM (MS) - (Reg. PL 332/2016) – n.º 244-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 13;

**Assunto:** Aprova o ato em saúde - PCM (MS) - (Reg. PL 329/2016) – n.º 243-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 13;

**Assunto:** Aprova a Lei da Saúde Pública - PCM (MS) - (Reg. PL 326/2016). – n.º 242-OGP

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 09 – 13.

#### **5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Regime dos Requerimentos Parlamentares – n.º 71/X](#)

**Proveniência:** PPM

**Data de entrada:** 2016 – 07 – 25

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de entrada:** 2016 – 09 – 02;

**Assunto:** [Repõe o direito à compensação por caducidade dos contratos a termo resolutivo celebrados com a Secretaria Regional da Educação e Cultura - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional 1/2016, de 8 de janeiro – n.º 72/X](#)

**Data de entrada:** 2016 – 09 – 02

**Pedido de urgência e Dispensa de Exame em Comissão.**

#### **6 –Petição:**

**Assunto:** Implicação indevida dos diplomas de Mestrado na graduação profissional do concurso de pessoal docente - n.º 49/X

**Proveniência:** Ivo Gonçalves Madeira Fontes

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 20

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** Aguarda Admissibilidade.

#### **7 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Quando entra finalmente em vigor nos Açores o sistema de atribuição de produtos de apoios a pessoas com deficiência?](#)

**Autores:** Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 15

**Referência:** 54.03.00 – N.º 620/X;

**Assunto:** [Esclarecimentos sobre a pernoita de um avião da SATA na Horta.](#)

**Autores:** Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD)

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 15

**Referência:** 54.03.00 – N.º 621/X;

**Assunto:** [Solicitação de novo equipamento informático para consultórios médico de medicina geral na Freguesia de Norte Grande.](#)

**Autor:** António Pedroso (PSD)

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 21

**Referência:** 54.03.05 – N.º 622/X.

## **8 – Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Descargas Poluentes em Santa Catarina na Praia da Vitória](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 18

**Referência:** 54.01.03 – N.º 579/X;

**Assunto:** [Relatório de atividades de 2015 e Regulamento da USICORVO](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 21

**Referência:** 54.07.09 – N.º 585/X;

**Assunto:** [Quem decide na SATA os cancelamentos e divergências de voos?](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 21

**Referência:** 54.03.07 – N.º 608/X;

**Assunto:** [Produção científica – Concurso para apresentação de candidaturas.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 21

**Referência:** 54.03.00 – N.º 587/X;

**Assunto:** [Consagração na letra de lei da atribuição de dotação orçamental suplementar para que o Governo Regional possa monitorizar, controlar e vigiar os mares dos Açores.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 22

**Referência:** 54.07.00 – N.º 594/X;

**Assunto:** [Implementação prática das medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 25

**Referência:** 54.07.00 – N.º 590/X;

**Assunto:** [Execução das medidas de apoio à atividade pecuária anunciadas pelo Governo Regional, no âmbito da última visita estatutária à ilha do Corvo.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 25

**Referência:** 54.07.09 – N.º 596/X;

**Assunto:** [Obras de remodelação e ampliação do Centro de Saúde da Calheta.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 25

**Referência:** 54.01.05 – N.º 601/X;

**Assunto:** [Operacionalidade e segurança do aeroporto do Pico.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 26

**Referência:** 54.03.06 – N.º 606/X;

**Assunto:** [Pela recuperação da primeira capela do Senhor Santo Cristo.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 28

**Referência:** 54.03.02 – N.º 574/X;

**Assunto:** [Conselho Consultivo do Parque Marinho dos Açores e Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 29

**Referência:** 54.07.00 – N.º 589/X;

**Assunto:** [Recuperação de imóveis de significativo valor patrimonial de propriedades privada.](#)

**Proveniência:** Governo



**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 29

**Referência:** 54.07.00 – N.º 598/X;

**Assunto:** [Revisão do Plano Regional de Emergência.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 29

**Referência:** 54.07.00 – N.º 600X;

**Assunto:** [Porto de Pescas da Praia da Vitória.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 02

**Referência:** 54.03.03 – N.º 582X;

**Assunto:** [Formação a aplicadores de fitofármacos.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 03

**Referência:** 54.03.00 – N.º 572X;

**Assunto:** [Funcionamento dos Parques Naturais de Ilha dos Açores.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 04

**Referência:** 54.07.00 – N.º 591X;

**Assunto:** [Apoio à realização de programas de formação dramática com personalidades de relevo da arte de representação e à produção de ficção com raízes na cultura dos Açores.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 05

**Referência:** 54.07.00 – N.º 604X;

**Assunto:** [Criação de um sistema de auxílio à decisão da pesca no mar \(PESCONLINE\)](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 12

**Referência:** 54.07.00 – N.º 610/X;

**Assunto:** [Plano regional para as alterações climáticas.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 12

**Referência:** 54.07.00 – N.º 615/X;

**Assunto:** [Equipamentos e serviços do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 18

**Referência:** 54.03.03 – N.º 560/X;

**Assunto:** [Atrasos no âmbito da participação diária aos doentes deslocados II.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 18

**Referência:** 54.07.09 – N.º 565/X;

**Assunto:** [Diminuição dos tempos de entrega do pescado fresco ao cliente externo.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 29

**Referência:** 54.07.00 – N.º 611/X;

**Assunto:** [Redução e substituição das importações na área das pescas.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 29

**Referência:** 54.07.00 – N.º 613/X;

**Assunto:** [Implementação de sistemas de aquicultura para espécies endémicas dos Açores.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 29

**Referência:** 54.07.00 – N.º 614/X;

**Assunto:** [Sistema de apoios criado para todos os jovens açorianos que frequentam o ensino superior.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 30

**Referência:** 54.07.00 – N.º 593/X;

**Assunto:** [Funcionamento da medicina dentária na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 30

**Referência:** 54.07.09 – N.º 583/X;

**Assunto:** [Realização de uma sondagem por parte do Governo Regional.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 01

**Referência:** 54.07.09 – N.º 523/X;

**Assunto:** [Plataforma logística internacional.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 01

**Referência:** 54.07.00 – N.º 605/X;

**Assunto:** [Serviços públicos regionais no concelho da Povoação.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 02

**Referência:** 54.03.02 – N.º 539/X;

**Assunto:** [Redução dos lugares de chefia da administração pública regional e do número de empresas públicas e participadas da Região.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 02

**Referência:** 54.07.00 – N.º 597/X;

**Assunto:** [Versão final do Roteiro Cultural de Carlos Nascimento.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 02

**Referência:** 54.07.00 – N.º 584/X;

**Assunto:** [Estado dos recursos pesqueiros no Mar dos Açores.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 02

**Referência:** 54.07.00 – N.º 612/X;

#### **9- Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Pedido de autorização para o Deputado Miguel António Moniz da Costa, exercer o contraditório, na qualidade de demandado, no âmbito do processo autónomo de multa n.º 7/2016-M-SRATC.

**Proveniência:** Juiz Conselheiro, António Martins, Secção Regional do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 18;

**Assunto:** Solicitação de agendamento de interpelação ao Governo Regional, para plenário de setembro, sobre "A situação do Setor da Pesca na Região".

**Proveniência:** Representação Parlamentar do BE, Zuraida Soares

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 15;

**Assunto:** Remessa de Relatórios aprovados.

**Proveniência:** Subdiretor Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 20;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção do ofício n.º 2261, de 30 de junho a acompanhar o Voto de Congratulação sobre os “75 Anos da Rádio Pública nos Açores”.

**Proveniência:** A Chefe de Gabinete, Rita Faden da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 21;

**Assunto:** Ofício a provocar uma Interpelação ao Governo Regional a respeito do Sistema Educativo Regional (Indeferido).

**Proveniência:** O Deputado Paulo Estêvão do PPM

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 21;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação – “75 Anos da Rádio Pública nos Açores”.

**Proveniência:** O Grupo Parlamentar “Os Verdes”

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 26;

**Assunto:** Ofício a comunicar a recondução do Dr. Fernando Miguel Pacheco de Melo Mesquita Gabriel, nas funções de Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada E.P.E..

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 27;

**Assunto:** Ofício a comunicar a recondução do Dr. João Luís da Rosa Morais, nas funções de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E.P.E.

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 28;

**Assunto:** Ofício a agradecer a Sua Excelência a Presidente da ALRAA.

**Proveniência:** Associação dos Emigrantes Açorianos

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 28;

**Assunto:** Ofício a agradecer o envio do Relatório do Grupo de Trabalho da Comissão Permanente de Economia sobre o acompanhamento do fim das quotas leiteiras nos Açores.

**Proveniência;** A Chefe de Gabinete do 1.º Ministro, Rita Faden

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 03;

**Assunto:** Ofício de agradecimento pela atribuição da Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

**Proveniência:** Representação Permanente Junto da União Europeia, Embaixador Nuno Filipe Alves Salvador de Brito

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 03;

**Assunto:** Ofício de agradecimento pela disponibilização de um computador.

**Proveniência:** Umar Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 04;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Congratulação pelo “1.º Centenário da Ouvidoria da Povoação”.

**Proveniência:** Ouvidor Eclesiástico da Povoação, Pe. Ricardo Manuel Melo Pimentel

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 11;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Saudação – “Pela conquista do título de Campeão Europeu de Futebol”.

**Proveniência:** A Chefe de Gabinete, Maria José Ribeiro, Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 12;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução n.º 13/2016 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre eventuais sanções a aplicar a Portugal pelas Instituições Europeias por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento no ano de 2015”.

**Proveniência;** A Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, Rita Faden

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 12;

**Assunto:** Ofício a comunicar a suspensão do seu mandato de deputada, em virtude da incompatibilidade suscitada pela assunção de funções como diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, com efeitos a partir do dia 18 de agosto de 2016.

**Autor:** A Deputada do PS, Cláudia Cardoso

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 16;

**Assunto:** Ofício na sequência da comunicação da suspensão de mandato da Deputada Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa, por



motivos de incompatibilidade previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e a informar que, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do n.º 1 do art.º 9.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa, essa vaga será preenchida pela candidata Letícia Maria Dias Lourenço Vieira, que não tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2016.

**Autor:** O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 16;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do nosso ofício de 2 do corrente mês.

**Proveniência:** A Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Fernando Frutuoso de Melo,

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 17;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção do nosso ofício n.º 3114, de 2 de agosto e a agradecer o envio do Voto de Pesar – “Falecimento de Marcolino Candeias – 1952-2016”.

**Proveniência:** O Diretor Regional da Cultura, Nuno Ribeiro Lopes

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 17;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Saudação – “Pela conquista do título de Campeão Europeu de Futebol”.

**Proveniência:** Adjunta do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro, Patrícia Melo e Castro

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 19;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do nosso ofício de 28 de julho transato, Resolução n.º 13/2016 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre eventuais sanções a aplicar a Portugal pelas Instituições Europeias por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento no ano de 2015”.

**Proveniência:** O Chefe da Casa Civil do Presidente da República da República, Fernando Frutuoso de Melo

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 23;

**Assunto:** Ofício a remeter o relatório semestral sobre a análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória.

**Proveniência:** A Chefe do Gabinete da SRAPAP, Rafaela Seabra Teixeira

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 24;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução n.º 13/2016 - “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA, sobre eventuais sanções a aplicar a Portugal pelas instituições europeias, por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento no ano 2015”.

**Proveniência:** O Chefe de Unidade Adjunto da Comissão Europeia, Stefan Kuhnert

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 25.

## **10- Relatórios:**

**Assunto:** [Relatório no âmbito da audição do ex-Ministro da Cultura.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 27;

**Assunto:** [Relatório no âmbito da audição do Ministro da Cultura.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 27;

**Assunto:** [Audição Parlamentar da Diretora do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem os artigos 42.º, n.º 2, alínea d\) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi conferida pela Lei 2/2007, de 12 de janeiro, e 5.º, n.º 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei 8/2007, de 14 de fevereiro.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 27;

**Assunto:** [Relatório no âmbito da audição do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A..](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 27;

**Assunto:** [Relatório e Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, que altera o anexo II da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos, e procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, à primeira](#)

alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro, à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, 23 de agosto, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto - MA - Reg. DL 245/2016 - n.º 237/X-OGP

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 26;

**Assunto:** Verificação de Poderes da candidata à Assembleia Legislativa Regional Leticia Maria Dias Lourenço Vieira.

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 05;

**Assunto:** Projeto de Resolução n.º 160/X – “Criação de Comissão Científica para elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar”.

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 05;

**Assunto:** Pedido de autorização para que o Deputado Miguel António Moniz da Costa possa exercer o contraditório, por escrito, na qualidade de demandado, no âmbito do processo autónomo de multa n.º 7/2016-M-SRATC.

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 05;

**Assunto:** [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Marta Cristina Moniz do Couto.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 05;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 274/XIII/1.ª \(PCP\) – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março. Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto \(Lei da Organização do Sistema Judiciário\), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais – n.º 298-AR.](#)

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 22;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 277/XIII/1.ª \(PCP\) – Lei de Segurança Interna – n.º 299-AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 22;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios - n.º 234-OGP](#)

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 22;

**Assunto:** [Projeto-Lei n.º 278/XIII/1.ª \(PCP\) - Propõe um regime de vinculação dos docentes na carreira – n.º 300-AR](#)

**Proveniência:** Comissão de Assunto Sociais

**Data de Entrada:** 2016– 07 – 29;

**Assunto:** [Projeto-Lei n.º 273/XIII/1.ª \(BE\) - Consagra o direito à atribuição da pensão de velhice a trabalhadores que tenham começado a trabalhar antes de completarem 16 anos de idade que tenham 40 anos de descontos – n.º 297-AR](#)

**Proveniência:** Comissão de Assunto Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 29;

**Assunto:** [Audição de Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E.P.E..](#)

**Proveniência:** Comissão de Assunto Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 02;

**Assunto:** [Audição de Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E..](#)

**Proveniência:** Comissão de Assunto Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 02;

**Assunto:** [Relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 73/X – “Aprova o regime jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores”.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assunto Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 25;

**Assunto:** [Relatório e parecer no âmbito da apreciação da Petição n.º 44/X – “A Saúde nos Açores, Um Direito!”.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assunto Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 25;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 25/XIII/1.ª \(ALRAM\) – Proceda à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo decreto-lei n.º 215/89, de 1 de julho e à alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro – n.º 294-AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 19;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 24/XIII/1.ª \(GOV\) – Proceda à primeira alteração à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, que aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos – n.º 295-AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 19;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei – Regula as condições para a obtenção do peso bruto verificado de cada contentor para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança de Contentores \(CSC\), 1972, que é carregado num navio a que se aplique o Capítulo VI da Convenção](#)

Salvaguada da Vida Humana no Mar (SOLAS), 1974, e fixa as condições de credenciação necessárias - MM - (Reg. DL 244/2016) – n.º 235/X-OGP

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 07 – 29;

**Assunto:** Projeto de Decreto-Lei – Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão, transpondo a Diretiva n.º 2014/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro - ME - (Reg. DL 239/2016) – n.º 233-OGP

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 04;

**Assunto:** Projeto de Lei n.º 279/XIII/1.ª (PEV) – Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto – n.º 301-AR.

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 08 – 26;

**Assunto:** Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 76 /X - Cria a derrama regional a vigorar na Região Autónoma dos Açores e aprova o respetivo regime jurídico.



**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 01;

**Assunto:** [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 77/X - Aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional.](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 09 – 01.

#### **11- Diários:**

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 142, 143, 144, 145 e 146.

**P'lo redator:** André Silva